

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA



CENTRO
UNIVERSITÁRIO
LISBOA

Maria da Encarnação Horta Tavares

Mulheres Cabo-verdianas - Vida Familiar e Profissional:
O Caso do Bairro São Marçal

Orientadora: Professora Doutora Hélia Bracons Carneiro

Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa
Instituto de Serviço Social
Lisboa

fevereiro, 2024



Maria da Encarnação Horta Tavares

Mulheres Cabo-verdianas - Vida Familiar e Profissional:
O Caso do Bairro São Marçal

Dissertação defendida em provas públicas
na Universidade Lusófona – Centro Uni-
versitário de Lisboa, no dia 06 de fevereiro
de 2024, com o Despacho de Nomeação
Nº 514//2023, de 12 de dezembro de 2023,
com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Paula Ferreira

Arguente: Prof^a. Doutora Ana Paula Garcia

Orientador: Prof^a. Doutora Hélia Bracons

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Instituto de Serviço Social

Lisboa

fevereiro, 2024

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu querido pai, António Tavares.

Pai, poucas pessoas são altruístas como o senhor, um homem pacífico, inteligente, honesto e trabalhador. Agradeço-te por teres assumido o papel de pai e mãe, criando e educando três filhas bebés, sozinho.

Das histórias que ainda nos contas sobre as dificuldades que passaste nos anos 70, um imigrante recém chegado a Portugal, sem condições económicas, muito menos habitacionais, tentando conciliar o trabalho na construção civil com os cuidados a prestar às suas filhas bebés, só posso orgulhar-me pelo pai que tenho.

Pai, agradeço-te por teres escolhido ficar conosco, por teres protegido e cuidado de nós. Conforme contas, fui a que te dei mais trabalho enquanto bebé - muitas fraldas para lavar no tanque, sem falar que tinhas que ir carregar a água ao chafariz. Desse tempo não tenho memória, mas tenho do tempo em que conseguiste, com muito sacrifício, trazer toda a família que se encontrava em Cabo-Verde. Consequiste, pai!

Pai, na ausência da minha mãe biológica, deste-me uma mãe e uma avó, as verdadeiras mães que eu tive. Hoje elas são as minhas estrelinhas que lá em cima brilham forte com cada sucesso meu.

Meu sábio pai, agradeço-te por tudo e por tanto!

Dedico este trabalho, também, à Mãe que a vida me deu, à que esteve sempre ao meu lado em todos os momentos e que, juntamente com o meu Pai, fizeram de mim a mulher que sou hoje, a minha querida Francisca Lopes da Veiga (em memória).

Agradecimentos

Para a realização da presente dissertação de mestrado contribuíram diversas pessoas, as quais foram fundamentais para a investigação. Sou muito grata a todos os que de uma forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, Professora Doutora Hélia Brancos, pela partilha de conhecimentos, apoio e amizade.

Agradeço à minha família, em especial aos meus filhos, que sempre foram a minha âncora e o meu porto seguro. Tenho a sorte de poder contar convosco em todos os momentos da minha vida e estarei aqui, também, para vocês.

Agradeço a todas as entrevistadas pela disponibilidade e partilha dos seus percursos de vida. Foi com muito gosto que revi pessoas da minha infância, amigas de toda uma vida, a minha gente. Bem-haja.

Não podia terminar sem deixar uma nota de agradecimento à minha amiga de toda uma vida, uma irmã para mim, Dulce Pereira, à minha colega e amiga Clara Pires e à minha querida Mariama Djaló. Muito obrigada a todas pelo vosso apoio incondicional.

Agradeço a Deus e ao universo por me ter permitido concluir este trabalho.

Resumo

A presente investigação incidiu sobre uma amostra de vinte e seis mulheres cabo-verdianas, residentes no Bairro São Marçal, sito na Portela de Carnaxide, concelho de Oeiras.

Este trabalho tem como objetivo central compreender como estas mulheres conciliam a vida profissional e a vida familiar.

Pretende-se, especificamente, perceber de que forma gerem a vida familiar e a vida profissional, perceber a sua situação socioeconómica, compreender as suas vivências, hábitos e costumes, o seu nível de escolaridade e o grau de envolvimento e participação na vida escolar dos filhos.

Do conhecimento informal e observação, as famílias cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal aparentam diversas problemáticas, sobretudo ao nível pobreza, de desemprego, emprego precário, baixa escolaridade dos pais e dos filhos, insucesso escolar, famílias monoparentais, falta de supervisão parental e delinquência juvenil.

Os empregos precários e os baixos salários fazem com que muitas destas mulheres tenham vários trabalhos/ocupações, a maioria como empregadas domésticas, nos serviços de limpeza ou na área da restauração.

Desta forma, o trabalho ocupa-lhes muitas horas fora de casa, subtraindo tempo de convívio e de acompanhamento aos filhos, deixando-as, igualmente, sem tempo para cuidarem da vida familiar, da casa ou de si próprias. Do conhecimento informal, observa-se que em muitas famílias, tende a haver uma demissão das responsabilidades parentais por parte dos homens, sobretudo depois da separação ou do divórcio. Acresce, ainda, a pouca partilha e a alternância de papéis.

Para além destas consequências, que se percecionam como problemáticas e preocupantes, parece existir no bairro um número crescente de jovens em absentismo escolar ou em abandono escolar, sem conseguirem um emprego, sem motivação e sem perspetivas para o futuro, sendo que alguns apresentam inclusivamente comportamentos desviantes ou delinquentes. O problema afeta não só os jovens que os vivenciam, mas também as suas famílias, que pouco ou nada conseguem fazer para os resgatar.

A investigadora estabeleceu assim como objetivo perceber como é feita a gestão da vida profissional e familiar e perceber o que origina os fenómenos aqui descritos.

Será feita referência à cultura, dado que a população cabo-verdiana, apesar de estar há muitos anos em Portugal, é uma comunidade que mantém acentuados traços culturais de origem, fazendo questão de promover, o que de alguma forma contribui, também, para a diversidade cultural de Portugal.

Importa lembrar que o percurso migratório é complexo, constituído por desafios, oportunidades, liberdades e realizações, mas igualmente por dificuldades e obstáculos para os sujeitos e famílias que emigram, decorrentes da diversidade de universos culturais e sociais.

Palavras-chave: Imigração, Mulheres Cabo-verdianas, Gestão do Trabalho e da Vida Familiar, Cuidadora de Filhos.

Abstract

The present investigation focused on a sample of twenty-six Cape Verdean women, residing in the São Marçal neighborhood, located in Portela de Carnaxide, municipality of Oeiras.

The main objective of this work is to understand how these women balance professional and family life.

The goal is to specifically understand how they manage family life and professional life, understand their socio-economic situation, understand their experiences, habits and customs, their level of education and the degree of involvement and participation in their children's school lives.

From informal knowledge and observation, Cape Verdean families living in the São Marçal neighborhood appear to have several problems, especially in terms of poverty, unemployment, precarious employment, low educational level of parents and children, academic failure, single-parent families, lack of parental supervision and juvenile delinquency.

Precarious jobs and low wages mean that many of these women have several jobs/occupations, most of them as domestic workers, in cleaning services or in the restaurant sector.

In this way, work takes many hours away from home, taking away time to socialize and care for their children, leaving them, equally, no time to take care of their family life, their houses or themselves. In many families, there tends to be a dismissal of parental responsibilities by men, especially after separation or divorce. Furthermore, there isn't a lot of sharing and alternation of roles.

In addition to these consequences, which we perceive as problematic/worrying, there appears to be a growing number of young people in the neighborhood who are absent from school or dropping out, without getting a job, without motivation and without expectations for the future, some of them even show deviant or delinquent behaviors. The problem affects not only the young people who experience it, but also their families, who can do little or nothing to rescue them.

The researcher therefore set the objective of understanding how professional and family life is managed and understanding what causes the situation described here.

There will be a reference to culture, given that the Cape Verdean population, despite being in Portugal for many years, is a community that maintains strong cultural traits of origin, and they make sure they promote it, which in some way also contributes to the cultural diversity of Portugal.

It is important to remember that the migratory path is complex, consisting of challenges, opportunities, freedom and achievements, but also difficulties and obstacles for the individuals and families that emigrate, resulting from the diversity of cultural and social universes.

Key words: Immigration, Cape Verdean Women, Work and Family Life Management, Childcare.

Abreviaturas e Siglas

AMCDP – Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora em Portugal

CEF - Curso de Educação e Formação

CMO - Câmara Municipal de Oeiras

CP - Cursos Profissionais

FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

OM - Observatório das Migrações

ONU - Organização das Nações Unidas

PER - Programa Especial de Realojamento

PNADHC - Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Índice

Introdução	12
Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	14
1.1. Cabo Verde	14
1.2. Mulheres cabo-verdianas – perfil e breve caracterização	17
1.3. Feminização da Imigração em Cabo Verde	21
1.4. Comunidade Cabo-verdiana em Portugal: Situação Socioeconómica	25
1.5. Gestão do Trabalho, Vida Pessoal e Familiar	31
1.6. Educação e Acompanhamento dos Filhos	33
Capítulo II - Metodologia da Investigação	38
2.1. Definição do Objeto de Estudo	39
2.2. Objetivos de investigação	39
2.3. Delimitação do Campo Empírico, Universo e Amostra	40
2.4. Métodos e Técnicas	43
Capítulo III – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	47
3.1 Vida pessoal e familiar	48
3.1.1 Onde nasceram e os motivos da vinda para Portugal	48
3.1.2 Expectativas	49
3.1.3 Integração na comunidade portuguesa	50
3.1.4 Composição do agregado familiar	51
3.1.5 Habitação.....	53
3.1.6 O que é prioritário (vida pessoal, o trabalho ou a família)	53
3.1.7 Realização das tarefas domésticas.....	53
3.1.8 Carências.....	54
3.1.9 Manifestação de afeto	55
3.1.10. Organização conjunta da vida familiar	56
3.1.11. Partilha de responsabilidades/Tomada de decisões.....	56
3.1.12. Deslocações a Cabo Verde.....	57
3.2 Situação Laboral.....	58
3.2.1 Motivações e Expectativas	59
3.2.2 Aspetos negativos e positivos	61
3.2.3 Situação socioeconómica	62
3.3 Hábitos e vivências culturais – tradições.....	63
3.3.1 Hábitos, costumes e tradições	63
3.3.2 Relação com outras naturalidades e culturas.....	65

3.3.3 Vivências na comunidade	66
3.4 Educação e acompanhamento dos filhos	69
3.4.1 Percurso pessoal e importância dos estudos	70
3.4.2 Percurso escolar dos filhos.....	72
3.4.3 Comunicação e articulação com a comunidade educativa	74
3.4.4 Perceção sobre o insucesso e abandono escolar	75
Discussão de Resultados	77
Conclusão e Recomendações Finais	82
Referências Bibliográficas	89
Webgrafia	91
Anexos.....	93
Anexo I – Quadro População residente, por nacionalidade e sexo, Portugal, 2011-2021	94
Anexo 2 – Quadro População residente com 15 ou mais anos, por nacionalidade e secção da atividade económica, Portugal, 2021	95
Anexo 3 – Quadro População residente, por nacionalidade e condição perante a atividade económica, Portugal, 2021.....	96
Apêndices	97
Apêndice I - Guião de entrevista	98
Apêndice II – Ficha de perfil das entrevistadas	101
Apêndice III - Grelha de análise de conteúdo	102

Índice de Figuras

Figura 1 - Anos em Portugal.....	48
Figura 2 – Estado Civil.....	52
Figura 3 - Profissões	60
Figura 4 - Habilitações Literárias	71
Figura 5 - Nº de Filhos.....	78

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização das Entrevistadas	42
---	----

Introdução

O presente trabalho realiza-se no âmbito do Mestrado em Serviço Social - Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, da Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, e visa a obtenção do grau de mestre.

A presente investigação intitula-se “Mulheres Cabo-verdianas, Vida Familiar e Profissional: O Caso do Bairro São Marçal”.

Para muitas mulheres, assim como para inúmeros homens, a emigração é uma experiência altamente positiva do ponto de vista do *empowerment* e da emancipação individual. No entanto, para outras, a experiência implica uma especial vulnerabilidade e exposição a situações de pobreza, discriminação e exploração.

O trabalho impulsiona a mulher a conquistar espaço na sociedade, mas pode também implicar o aumento da carga horária em múltiplas atividades, pois além de executar as atividades profissionais no espaço do trabalho, a mulher continua a executar as atividades do lar, ou seja, cuidados relacionados com a casa e a família.

Os problemas inerentes à gestão da vida profissional e familiar afetam quase todas as mulheres, mas não de igual forma, sendo mais gravosos para as que vivem em contexto de imigração e têm muitos filhos a cargo.

Pretende-se com este trabalho – em que o objeto de estudo são as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal, na Portela de Carnaxide, concelho de Oeiras - perceber as estratégias utilizadas por estas mulheres para conciliar a vida profissional e familiar, perceber as suas características, aprofundar os conhecimentos sobre os seus percursos de vida, trabalho, hábitos culturais e nível de instrução do agregado.

O tema, Mulheres Cabo-verdianas, Vida Familiar e Profissional, surgiu devido ao facto de a discente ter ascendência cabo-verdiana e desde sempre vivenciar a dura realidade das mulheres cabo-verdianas que passam a maior parte do tempo fora de casa a trabalhar, deixando os filhos entregues a si próprios, notando-se dificuldades na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Segundo Silva (2012), a maternidade tem, muitas vezes, um preço muito alto. Para além de ser muito difícil conciliar a carreira e a família, sem empregadas domésticas e avós disponíveis, uma mulher que tem filhos corre um risco considerável de se encontrar a seguir mais isolada, abandonada pelo marido e pelos amigos sem filhos.

Estas mulheres aguentaram sempre o “barco” com grande esforço, no entanto, na sociedade atual, torna-se necessário uma séria reflexão sobre a conciliação do trabalho e da vida familiar, pois ainda existem longos desafios a ser superados.

Assim, o objetivo geral desta investigação consiste em perceber como as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal conciliam a vida profissional e a vida familiar.

Nesse seguimento, far-se-á uma análise de alguns campos fundamentais que marcam a sua realidade, nomeadamente a integração na comunidade portuguesa, a vida pessoal e familiar, a situação laboral, os hábitos e costumes tradicionais e a escolaridade dos próprios e o acompanhamento aos filhos.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro partes. A primeira refere-se ao enquadramento teórico, sendo apresentado o país Cabo Verde, a sua história e evolução, o perfil e caracterização da mulher cabo-verdiana, a feminização da emigração em Cabo Verde, a comunidade cabo-verdiana em Portugal e a sua situação socioeconómica, a situação laboral e o grau de escolaridade.

A segunda refere-se à metodologia, apresentando-se então a metodologia qualitativa utilizada na pesquisa, o objeto de estudo, os objetivos da investigação, a delimitação do campo empírico e as técnicas a utilizar. Mobiliza-se aqui a recolha e análise documental, bem como as entrevistas semiestruturadas aplicadas às mulheres cabo-verdianas residentes no bairro.

A terceira aborda o ponto central da pesquisa, onde serão analisados os dados recolhidos, seguindo-se a discussão dos resultados.

Por último, é apresentada a conclusão e as recomendações finais.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

Tratando-se de uma investigação em que o objeto de estudo são mulheres cabo-verdianas, considerou-se importante fazer uma breve referência ao seu país de origem. Ao longo deste capítulo será descrito o país Cabo Verde, designadamente ao nível da sua localização geográfica, passado histórico, situação socioeconómica e política e alguns aspetos culturais.

1.1. Cabo Verde

A República de Cabo Verde, Estado insular no Oceano Atlântico, está situado ao largo da Sonegâmbia. A Capital - Praia, na ilha de Santiago.

Cabo Verde é composto por dois grupos de ilhas – o de Barlavento ao norte e Sotavento ao sul, os quais têm enorme importância para a navegação marítima e aérea. Trata-se de um arquipélago de origem vulcânica. (Costa e Pinheiro, 1987).

Este arquipélago é composto por dez ilhas e cinco ilhéus, e ocupa significativamente uma superfície de 4 033 km². Dispõe de um espaço marítimo único que ultrapassa os 600 000 km². Está localizada ao largo do Oceano Atlântico, “a cerca de 455 km do promontório que lhe deu o nome: “Cabo Verde (Senegal)” (Backstrom, 2009).

O arquipélago é caracterizado por condições climáticas de “aridez e semi-aridez”. A seca existente no país decorre da penúria ao nível da água, que é uma constante. As secas são frequentes, sendo o principal motivo para a existência de fome, que era sofrida por 10 a 30% dos habitantes (Backstrom, 2009).

Cabo Verde pode ser considerado um país privilegiada no que diz respeito à sua posição geográfica, encontra-se praticamente no centro do mundo, entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente, ficando assim na rota das grandes linhas de navegação e de comércio. Cabo Verde foi durante muito tempo a placa giratória e de “armazenamento” de escravos levados de África para países da América do Sul, acabando dessa forma por ser beneficiado com um importante “laboratório” de línguas, Elisa Andrade (s.d), citado por Backstrom (2009). Desta forma o país viu-se condicionado a nível de povoamento, na vida económica, social e cultural.

Sendo Cabo Verde um país de emigrantes, sendo a população cabo-verdiana facilmente identificada por ser uma comunidade que comunica muito entre si na língua materna (o crioulo), destacando-se pela culinária, baseada em pratos típicos como cachupa, xerém, cuscuz, confeccionados sobretudo com milho e feijão também a música e a dança se constituem como referências dos e para os cabo-verdianos (Backstrom, 2009).

Apesar de Cabo Verde ser um país onde a língua oficial é a portuguesa, o povo dotou-se de uma língua própria, o crioulo, com uma diversidade enorme na pronúncia de cada ilha, e ao nível da maior ou menor influência do léxico de origem portuguesa (Backstrom, 2009).

Segundo Neves (2008) Cabo Verde é um pequeno estado insular em desenvolvimento, desprovido de recursos/riquezas naturais, mas com uma localização geoestratégica relevante, no meio do Atlântico. Com estabilidade, clima ameno, grande diversidade cultural e pluralidade paisagística, numa gestão ousada da vantagem geográfica, transformou-se numa referência em África, no que se refere a liberdade, democracia e boa governação. No que diz respeito à evolução socioeconómica de Cabo Verde, o autor destaca:

“Tivemos momentos altos nestes últimos 40 anos, começando, naturalmente, pela Independência Nacional”. Nos primeiros cinco anos de vida do país, destaca-se o gigantesco esforço que se fez no domínio da Segurança Alimentar e do abastecimento, ao mesmo tempo que se erigia um Estado” (Neves, 2015, p.19).

O autor destaca, igualmente:

“Desde 1975, fizemos um percurso de sucesso, gerindo bem a ajuda pública ao desenvolvimento. A ascensão a País de Rendimento médio, ocorrida em 2008, é uma primeira etapa nesta caminhada. Ela foi o resultado de um forte compromisso ético da Classe política cabo-verdiana, desde a independência, com o bem comum, o progresso e o bem-estar das pessoas, e de um grande envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil no exercício e controlo do poder” (Neves, 2015, p.21).

Segundo o autor, Cabo Verde tem tido, desde a hora zero da República, governabilidade, bons governos e boa governação como recursos estratégicos para o desenvolvimento. A boa governação é o nosso petróleo (Neves, 2015).

Desde o início da década de 1990, mais precisamente em 1993, Cabo Verde tem sido uma democracia representativa estável e continua a ser um dos países mais desenvolvidos e democráticos de África. Na ausência de recursos naturais, a sua economia em desenvolvimento é principalmente orientada para os serviços, com um foco crescente no turismo e no investimento estrangeiro. O turismo é, hoje, o principal motor da economia e responsável por cerca de 20% do PIB, gerando milhares de empregos (Neves, 2015).

O mesmo autor refere a necessidade de se consolidar uma “cultura de desenvolvimento” e de se gerar a riqueza, referindo que o desenvolvimento só é possível pela cultura do trabalho árduo, do rigor, da produtividade, da qualidade e do mérito.

Conforme mencionado por Neves (2015), Cabo Verde é, hoje, um país em transição. Transição para o nível de rendimento médio, transição demográfica, transição epidemiológica, entre outras. A sociedade cabo-verdiana também mudou nestes 40 anos, sendo hoje em dia mais instruída, mais informada e cada vez mais exigente.

Segundo o autor, nestes últimos 15 anos, Cabo Verde entrou em processo incisivo de transformação, como sendo a única via capaz de produzir mudanças estruturais, criar riqueza, romper com o círculo vicioso da pobreza e levar o país para um estágio mais avançado de desenvolvimento sustentável e sustentado:

“Hoje temos uma nação confiante e em grande transformação. Um país mais credível, mais moderno, mais livre, mais justo, com melhores condições de vida e mais oportunidades para todas e todos. (Neves, 2015, p.71).

“Fizemos de Cabo Verde um país improvável em 1975, num país possível em 2015. Gerimos bem a ajuda pública internacional e os recursos humanos. Agora, ambicionamos o desenvolvimento avançado no horizonte de 2030” (Neves, 2015, p.23).

“Temos realizado, nos últimos anos, profundas reformas nos domínios das finanças públicas, administração pública, justiça e cidadania, ambiente de negócios, forças armadas e de segurança, trabalho e segurança social, comunicação social, ambiente, descentralização e ordenamento do território e sistemas eleitorais, visando o reforço das condições de governabilidade e a boa governação” (Neves, 2015, p.65).

Para Neves (2015) Cabo Verde, graças às comunidades emigradas nos quatro cantos do mundo e ao nível educacional das pessoas, é um país muito aberto às ideias das diferentes correntes políticas, tolerante e cosmopolita. Daí o sucesso da nossa experiência de construção democrática e de desenvolvimento.

Neves (2015) refere a Cabo Verde como o país o país mais livre da África, encontrando-se, também, entre os países mais livres do mundo. Segundo o mesmo, todos os relatórios que fazem avaliação das liberdades, da democracia e da governação colocam Cabo Verde em posições cimeiras ao nível mundial e regional.

Assim, Cabo Verde é:

- País de 1ª categoria em liberdades políticas e civis (Freedom House, Millennium Challenge Corporation);
- País mais livre em África, política e civilmente (Mo Ibrahim e Millennium Challenge Corporation);
- Melhor democracia da lusofonia, 2ª melhor democracia africana e 26ª melhor democracia do mundo (Index Democracy);
- Segundo país mais transparente da África (Transparency International, Mo Ibrahim, Millennium Challenge Corporation);
- Segundo país mais bem governado de África (Mo Ibrahim);
- País com melhor Esperança de vida Africana - 79,9 anos (mulheres) e 71,5 (homens) (Mo Ibrahim e Nações Unidas);
- País no top cinco dos países africanos mais amigos das crianças;
- Dos dez países africanos com o melhor PIB em África (Figaró Magazine, Mo Ibrahim);
- Terceiro país africano com a melhor taxa de acesso e cobertura de Internet;
- dos dez “melhores destinos turísticos éticos” do mundo em 2013, em virtude da forma como promove os direitos humanos, o meio ambiente e o bem-estar social (Commonwealth Club de São Francisco);
- Dos dez países africanos de futuro e com melhor ambiente de negócios em África (Neves, 2015, p.42)

No entanto, segundo o autor, ainda subsistem alguns problemas ao nível de consolidação da qualidade da democracia, da participação dos cidadãos e da sociedade civil no processo de desenvolvimento, e outros de ordem histórico-cultural, como o trabalho infantil no meio rural, a pobreza e as desigualdades sociais. Persistem, também, alguns fenómenos, ainda que residuais, ligados aos preconceitos raciais em relação a mão-de-obra africana e estrangeira.

1.2. Mulheres cabo-verdianas – perfil e breve caracterização

No interior das estruturas sociais, as mulheres cabo-verdianas, desde tenra idade, realizam tarefas quotidianas com o objetivo de apoiar e garantir o bem-estar da

família, especialmente nos espaços rurais onde é comum ver meninas a carregar água, a catar lenha, a vender frutas e verduras, a cuidar dos irmãos menores e dos animais domésticos.

Segundo o referido por várias literaturas, em Cabo Verde as mulheres desempenham um papel crucial no funcionamento das estruturas sociais e na subsistência das famílias, bem como na economia local.

Em Cabo Verde, as mulheres são identificadas como as principais vítimas da pobreza, em particular as mulheres chefes de família, desempregadas e com baixo nível de instrução. Por este motivo, e não somente, torna-se fundamental garantir-lhes direito à educação, qualificação para o trabalho e promoção (Queiroz, 2010).

Para contornar a falta de recursos, os cabo-verdianos recorrem a estratégias como a emigração (para o exterior) ou a migração para zonas urbanas (para a capital Praia, por exemplo), o recurso ao trabalho FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra), o mercado informal, as remessas das famílias do exterior e a criação das associações de desenvolvimento comunitário (Queiroz, 2010).

Estratégias e políticas públicas de emancipação económica das mulheres, especialmente as que vivem no ambiente rural e nas periferias urbanas, apoio e promoção das mulheres chefes de família, que lutam sozinhas para criar os filhos e garantir-lhes educação adequada, combate à violência doméstica, têm sido prioridades cabo-verdianas para eliminar as diversas formas de discriminação que têm feito parte do cotidiano feminino desde a dominação colonial e que persistem nos dias atuais (Queiroz, 2010).

A rápida e profunda mudança, ocorrida a partir de meados do século XX, foi decisiva na transformação da vida familiar e dos indivíduos. Verificam-se a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, maior indiferenciação de papéis de género, uma nova arquitetura das posições femininas na divisão do trabalho, progressões nas qualificações académicas, o que contribuiu para a profissionalização das mulheres e aumento da autonomia feminina tanto na vida privada como pública. A entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho profissional fez com que hoje seja evidente uma competição, quase de forma igualitária, com os homens em muitas ocupações, constituindo assim as mulheres uma categoria profissional ativa no mercado de trabalho (Veiga, 2010).

O autor afirma que, desde os anos 80 do século passado, a família em Cabo Verde vem sofrendo transformações profundas, a um ritmo rápido, visível a nível de-

mográfico. A sociedade cabo-verdiana sofreu nas últimas décadas transformações em vários domínios da vida familiar. O casamento diminuiu consideravelmente, o que pode ser explicado pelo facto de casamento religioso deixar de ter o mesmo peso na vida das pessoas, a proporção de divórcios aumentou, a atividade profissional feminina aumentou significativamente, cada vez mais um maior número de casais tem menos filhos, em resultado da diminuição continuada da fecundidade, e do facto de um elevado número de mulheres atingiram graus de ensino médio e superior (Veiga, 2010).

As referidas transformações contribuíram para o aparecimento de novas formas de relação familiar, mais igualitárias. Essas alterações indicam a emergência de uma multiplicidade de formas de viver as relações familiares (Veiga, 2010).

Segundo o mesmo autor, a transformação mais relevante está ligada à função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os géneros, tal como o alargamento do acesso das mulheres à instrução, o acesso à autonomia e independência económica, e as transformações das estruturas familiares.

(...) uma das transformações mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição feminina é sem dúvida o maior acesso das raparigas ao ensino secundário e superior que, em relação com as transformações das estruturas reprodutivas (...), acarretou uma modificação muito importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: Observa-se assim um forte aumento da representação das mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas formas de venda de serviços simbólicas – Jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração – e, também uma intensificação da sua participação nas profissões próximas da definição tradicional das atividades femininas (ensino, assistência social, atividade paramédicas) (Bourdieu, 1999, p.78).

Ainda sobre as transformações ocorridas em Cabo Verde no que diz respeito à condição feminina, importa referir que a 5 de dezembro de 1980, Cabo Verde tornou-se parte integrante do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, na sequência da Convenção de 1979 sobre todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, uma das primeiras convenções de proteção aos direitos humanos ratificadas pelo Estado de Cabo Verde. Esse processo continuou a ser alimentado nas décadas de oitenta e noventa do século passado, metamorfoseando-se de acordo com os desafios e configurando-se hoje como uma prioridade assumida pelo Governo daquela República (Queiroz, 2010).

Segundo Neves, (2015) a Agenda de Transformação, em curso, desencadeou em toda a sociedade cabo-verdiana novos valores, crenças e novos hábitos, inclusive novas demandas e reivindicações, o que de si indica o estado dinâmico e positivo do processo. O autor prossegue, referindo:

“Estão na nossa matriz político-ideológica, a igualdade, a paridade e a equidade de género. Contra todas as formas de discriminação do género, bem como dos homossexuais e transsexuais, preconizando a todos direitos e deveres (humanos e civis) iguais” (Neves, 2015, p.45).

Segundo Queiroz (2010), importa assim salientar os sucessos que as mulheres cabo-verdianas vêm conquistando, ano após ano, e que as posicionam já em todas as profissões e cargos, como podemos comprovar num dos capítulos da Conferência dos Direitos Humanos de 2007, de Vera Duarte (Duarte, 2007, p.118), escritora e desembargadora:

“Foi assim que, paulatinamente, o princípio da igualdade foi encontrando consagração nas leis da família, do trabalho, da participação política, do foro criminal. Desde que houvesse a vontade política, e havia-a, essa era sem dúvida, a tarefa mais fácil: mudar a legislação, adaptar todo o nosso ordenamento jurídico ao princípio da igualdade. Hoje as mulheres cabo-verdianas estão em todas as profissões, contrariamente ao que se passava na era colonial em que várias profissões eram pura e simplesmente interditas às mulheres. Hoje temos mulheres deputadas, ministras, magistradas, diplomatas, funcionárias das finanças e das alfândegas, o que não acontecia antes da independência. E acho que não corro o risco de errar se disser que nas profissões ligadas às atividades da ASA, Empresa de Aviação e Segurança aeroportuária, é que as conquistas são mais sensacionais: Hoje temos mulheres controladoras de tráfego aéreo, temos mulheres bombeiros, e – pasmem-se – temos mulheres pilotos!”

De acordo com Queiroz (2010), a promoção da mulher, a nível da sua cidadania em igualdade de direitos, faz parte de uma meta que, embora ainda em evolução/progressão, tem demonstrado a sua eficiência, apresentando resultados positivos, designadamente ao nível da emancipação das mulheres rurais e daquelas que vivem em periferias urbanas, bem como no combate à violência doméstica. O incentivo à educação também faz parte das lutas travadas em prol de sua emancipação efetiva.

O Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania – PNADHC - tem desenvolvido ações, em parceria com o setor privado, para a promoção e proteção dos direitos acima referidos, abrangendo os segmentos possíveis: educação para os direitos humanos e cidadania, promoção da família, luta contra a pobreza, melhoria

da saúde, justiça e segurança, benefícios aos portadores de deficiência, idosos, imigrantes, refugiados e repatriados, presos, e um desenvolvimento sustentável com inserção nos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos, são as prioridades para sanar ou, no mínimo, amenizar a problemática social de Cabo Verde (Queiroz, 2010).

Em síntese, a situação das mulheres cabo-verdianas tem melhorado paulatinamente e pode afirmar-se que o reconhecimento da função da mulher na sociedade foi bem-sucedido. A importância da função social das mulheres em Cabo Verde é atestada, nos dias de hoje, pela presença crescente de mulheres no poder executivo (ministérios e secretarias, direção de serviços e departamentos, câmaras municipais), no poder judiciário (tribunais e procuradorias), assim como na administração em geral e também nos órgãos legislativos (Assembleia Nacional e Assembleias Municipais).

Queiroz (2010) considera que, mesmo alcançando todas essas conquistas – sociais, económicas e culturais - a sociedade cabo-verdiana ainda apresenta fragilidades que impedem as mulheres de se realizar plenamente. A violência doméstica, a persistência da prostituição, do turismo sexual, o tráfico de mulheres para o exterior, a maternidade precoce, o aborto clandestino, a pedofilia, o alcoolismo, ainda estão presentes em lares cabo-verdianos, e os órgãos competentes têm procurado soluções através de parcerias e projetos, visando consciencializar cada vez mais a sociedade, beneficiando desta forma milhares de mulheres desprovidas de assistência.

1.3. Feminização da Imigração em Cabo Verde

Segundo Lisboa (2003), os dados da ONU referem que 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, as quais, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autónomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.

Em muitas partes do mundo as mulheres estão a exigir maior autonomia, em relação ao passado e a entrar no mundo laboral em grande número. Estes aspetos da globalização são pelo menos tão importantes como os que afetam os mercados. Contribuem para o stress e para as tensões que afetam as maneiras de viver tradicionais e as culturas da maioria das regiões do mundo (Giddens, 2012).

No VI congresso português de sociologia ocorrido em 2008, vários autores referiram que a importância das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos é hoje um dado adquirido na sociologia das migrações. Na Europa Ocidental vivem

atualmente cerca de vinte milhões de estrangeiros (5,1% do total da população residente), dos quais metade são mulheres (Wenden, 2005).

Segundo Malheiros (2010, p. 27) “a feminização das migrações, e o seu impacto nos mercados de trabalho global, tem sido um tema abordado crescentemente por académicos de diferentes disciplinas e por organismos encarregados de elaborar políticas públicas”.

A comunidade cabo-verdiana foi durante muitas décadas, a comunidade de imigrantes mais numerosas em Portugal. Um dos principais motivos que levou a que as pessoas abandonassem os seus países de origem foi a procura de uma melhor condição económica (Backstrom, 2009).

Baseando-se em estudos prévios e documentos literários, Backstrom (2009), indicou a seca, a fome, os empregos pouco gratificantes, o desemprego e a falta de recursos naturais nos ilhéus como fatores que impossibilitaram a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência das pessoas, levando-as a sair das ilhas à procura de melhores condições de vida.

A migração interna, do campo para a cidade, ou a migração externa tão frequente na vivência cabo-verdiana, diz respeito não somente aos homens, mas a muitas mulheres jovens que se aventuraram por esta trilha, à procura de melhores condições de trabalho e de vida, não tendo estudos nem qualificação profissional, levavam na bagagem os seus sonhos.

A imigração cabo-verdiana era, numa primeira fase, essencialmente masculina, constituída por jovens em idade ativa, mas, rapidamente, e na sequência do reagrupamento familiar, a imigração feminina começou a fazer parte da sociedade portuguesa.

Embora apareça numa primeira fase associada apenas ao reagrupamento familiar, a integração no mercado de trabalho tornou-se de grande importância já que “as mulheres cabo-verdianas nas ilhas ou na diáspora, além de gerirem a economia dos que dependem delas por laços familiares ou de vizinhança, produzem também, rendimentos de trabalho [...]” (Grassi, 2006, p. 4). A verdade é que a mulher cabo-verdiana desempenha um papel relevante na vida familiar.

Havia, no entanto, muitas mulheres cabo-verdianas que chegavam sozinhas, muitas delas constituindo famílias monoparentais e tendo que sustentar os filhos sozinhas. Estas mulheres tinham como suporte outros membros da família, a quem entregavam os filhos, até ao momento em que sentissem algum equilíbrio. Quando atingida

alguma estabilidade, os filhos eram trazidos para o agregado familiar das suas progenitoras (Sertório & Pereira, 2004 *in* Miranda, 2009).

As mulheres que imigravam sozinhas, faziam-no porque lhes era facilitado o visto de trabalho, bastando para isso terem um contrato de trabalho para serviços domésticos, o que lhes permitia a legalização. “O acordo especial de Portugal com Cabo Verde facilitava esta situação” (Sertório & Pereira 2004 *in* Miranda, 2009, p:36).

As mulheres cabo-verdianas também vieram ocupar o espaço laboral deixado em aberto pela emigração portuguesa, a área dos serviços de limpeza, que ocuparam quase em regime de exclusividade até à altura em que outras comunidades, e.g. brasileiras e ucranianas, começaram a ser recrutadas para esse tipo de serviço (Évora, 2013).

Relativamente a dados estatísticos, segundo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE), de acordo com os dados dos Censos 2021, a população residente é de 491.233 indivíduos, o que mostra que há hoje menos 450 pessoas no país comparativamente aos Censo 2010, sendo um pouco mais de metade composta por indivíduos do sexo masculino, representando 52,0 por cento (%). Quando analisada a situação a nível dos concelhos, observa-se que apenas os da ilha de Santiago tem mais mulheres do que homens.

“Relativamente a 2010, temos uma diminuição de 450 indivíduos. A nossa pirâmide etária mostra uma contração da base, o que significa que temos baixa fecundidade e, a par disso, os dados da emigração demonstram que estão a sair jovens em idade reprodutiva e sobretudo mulheres. (...) Constatamos que a emigração é forte sobretudo na camada jovem, sendo que 64% dos que emigraram estão com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos, portanto estão na idade reprodutiva. (...) Portugal é o principal destino (61,9%), seguindo-se os EUA (17,6%) e França (6,6%)” (INE Cabo Verde).

Relativamente a Portugal, no que diz respeito a dados estatísticos portugueses, (anexo 1), à data da realização dos Censos 2021, a população estrangeira residente em Portugal era de 542 314 indivíduos, representando 5,2% do total de população residente, sendo que em 2011 a proporção de estrangeiros era de 3,7%. Verifica-se assim que, entre 2011 e 2021, a população de nacionalidade estrangeira registou um aumento de 37,5%, ficando reforçada a sua importância relativa.

Segundo os Censos 2021, (anexo 1), a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal era constituída maioritariamente por mulheres (276 593 mulhe-

res e 265 572 homens), o que se traduzia numa relação de masculinidade de 96 homens por cada 100 mulheres. Os estrangeiros residentes no país eram, portanto, maioritariamente mulheres (51,0%). Analisando as principais nacionalidades, observam-se diferenças bastante significativas na composição por sexo: nos nacionais de Angola, São Tomé e Príncipe, Brasil, Ucrânia, Espanha e Cabo Verde, as mulheres tinham maior representatividade, constatando-se valores entre os 77 e os 89 homens por cada 100 mulheres.

Segundo a mesma fonte (Censos 2021), os nacionais de Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Guiné-Bissau apesar de continuarem a ser das comunidades estrangeiras mais representativas, viram o seu peso relativo diminuir na última década. Em contrapartida, os estrangeiros nacionais do Brasil, Reino Unido e China, reforçaram a sua importância relativa. Destes destaca-se a população de nacionalidade brasileira, que representava, em 2021, 36,8% do total de estrangeiros e que cresceu de forma muito expressiva.

A Área Metropolitana de Lisboa acolhia 46,9% do total de estrangeiros residentes em Portugal, situando-se no extremo oposto a Região Autónoma dos Açores, com 0,6% do total.

Relativamente à situação laboral, segundo os Censos 2021, o trabalho de limpezas em casas particulares, hotéis e escritórios era a principal profissão para 7 das 15 nacionalidades estrangeiras mais representativas a residir em Portugal, destacando-se os nacionais de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, com valores acima dos 22,0% da população empregada (anexo 2).

No que concerne aos contributos da população estrangeira, constatou-se que os mesmos eram positivos, sendo a sua evolução favorável para o país, designadamente ao nível da natalidade.

Em 2020 e 2021 continuam a verificar-se os contributos positivos dos imigrantes para a demografia portuguesa. Os estrangeiros continuam a contribuir de forma expressiva para os nascimentos em Portugal: em 2020 e em 2021 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por, respetivamente, 13,5% e 13,6% do total dos nascidos-vivos em Portugal, importâncias relativas bastante atendendo a que a população estrangeira nesse ano apenas representou 6,4% em 2020 e 6,8% em 2021 do total da população residente no país (Oliveira, 2022).

Acresce que em 2020 e 2021 por cada 1000 mulheres verifica-se mais do dobro da prevalência de nascimentos nas mulheres estrangeiras (35 nascidos-vivos por

cada 1000 mulheres estrangeiras em 2020 e 32 em 2021) por comparação ao verificado nas mulheres de nacionalidade portuguesa (14 nados-vivos por cada 1000 mulheres portuguesas em 2020 e 13 em 2021). Confirmou-se, assim, a maior fecundidade dos estrangeiros residentes por comparação aos portugueses e, nessa sequência, os efeitos positivos relativamente à estrutura etária do país, atenuando o envelhecimento demográfico (Oliveira, 2022).

De forma a ultrapassar os vários desafios que, no geral, muitas mulheres atravessam, seria importante que estas beneficiassem de uma maior proteção ao nível das políticas sociais, principalmente as que têm filhos menores a cargo. Seria importante que estas políticas incidissem em estratégias visando o aumento do tempo para estarem com os filhos, apoiá-los e orientá-los, à semelhança do que já acontece em muitos países europeus. Enquanto os atuais constrangimentos se mantiverem, as crianças e os jovens permanecerão sem supervisão enquanto os pais trabalham, correndo maior risco de iniciar percursos de marginalidade e/ou delinquência.

1.4. Comunidade Cabo-verdiana em Portugal: Situação Socioeconómica

A maior parte da chamada “comunidade cabo-verdiana” de Portugal é constituída por imigrantes “pretos” ou “mulatos” chegados, sobretudo, a partir da década de 1960 (Batalha, 2008).

Os descendentes - geralmente designados como segunda geração -, apesar de nascidos e criados em Portugal, de terem até nacionalidade portuguesa, continuam a ser vistos, e frequentemente a verem-se como “africanos” ou “jovens da origem africana” (Batalha, 2008).

Segundo o autor, esta comunidade é o resultado de um somatório de três fluxos migratórios. O primeiro fluxo teve lugar entre 1960 e 1973, com a entrada de cabo-verdianos que vieram ocupar postos de trabalho na construção civil e obras públicas. Esse grupo de cabo-verdianos veio colmatar a falta de mão-de-obra deixada pela emigração portuguesa com rumo a vários países da Europa (Batalha, 2008).

Um segundo fluxo deu-se a partir da Independência de Cabo Verde, em 1975, com um crescimento mais acelerado e mais alargado onde faziam parte, também, membros do movimento populacional de retorno das ex-colónias portuguesas em África.

O terceiro fluxo diz respeito ao êxodo da década de 80 (do século passado), sendo caracterizado por trabalhadores da área de construção civil e obras públicas.

A primeira vaga de imigrantes, não teve as melhores condições de alojamento, tendo ido viver para barracas que as empresas de construção civil erguiam nos locais onde se desenvolviam as construções. Aqueles que se dispunham a gastar dinheiro em alojamentos alugavam quartos em pensões com valores reduzidos (Góis, 2008).

A instalação em “bairros de lata” foi também, em larga medida, uma decisão consciente, reconhecendo que aí podiam ficar juntos, formar redes de solidariedade, ter as suas hortas e melhor reproduzir o mundo social de um Cabo Verde rural (Batalha, 2008).

Segundo Batalha (2008), a maioria dos cabo-verdianos residentes em Portugal vivem em bairros sociais, criados nos anos 90, tendo sido financiados pelo Estado/autarquias através de fundos provenientes da União Europeia. Estas famílias viviam anteriormente nos “bairros de lata” na área metropolitana de Lisboa e nos Conselhos da Amadora, Cascais, Loures, Lisboa, Oeiras e Setúbal.

O mesmo autor refere que, à semelhança do que acontecia nos antigos “bairros de lata”, a comunidade dos bairros sociais viu-se isolada socialmente. É nesta realidade que a maior parte dos descendentes dos imigrantes nasceram e cresceram, sendo que apenas saíam dos bairros para frequentar a escola, e para trabalhar.

Cordeiro (2015), faz referência ao Programa Especial de Realojamento (PER) cujo o principal objetivo era a erradicação de barracas. Segundo o autor, o movimento migratório interno, do interior para o litoral e das aldeias para as vilas e cidades, data de há muitas décadas e, por exemplo, nos anos 60 do século XX, registou-se um fluxo de pessoas do interior para os arredores das grandes cidades, sobretudo Lisboa e Porto, construindo o chamado “4º mundo”, em que as pessoas viviam em condições precárias de habitação e de infraestruturas, com empregos mal remunerados e inconstantes, culturalmente desenraizadas, ostracizadas e desiludidas com o “nirvana” que, afinal, não tinham conseguido vislumbrar. A perspectiva de uma libertação social, aquisição de maior “cultura” (noção muitas vezes errónea porque cultura não é sinónimo de escolarização ou de urbanidade) e melhores condições de vida acabou por se tornar, para muitos, um autêntico pesadelo (Cordeiro, 2015).

O autor salienta,

“Graças a políticas sociais levadas a cabo pelas autarquias, em colaboração com o governo e com múltiplas organizações, designadamente representantes

dos interessados, foi possível desenvolver um programa de realojamento que fez face ao problema de quase 50.000 famílias, muitas delas com um número muito grande de crianças, a viver em barracas e outros tipos de alojamento semelhantes (um problema que existia no país mesmo antes de ser conotado com a realidade habitacional de minorias étnicas) e procedeu-se ao realojamento dessas famílias, com um mínimo de dignidade e de condições de vida, para lá de apoios sociais de reintegração” (Cordeiro, 2015, p.26).

Relativamente ao Município de Oeiras e segundo a página oficial Oeiras Valley, em meados da década de 80, do século passado, a situação era de tal forma grave que cerca de 9% da população total do Concelho de Oeiras vivia naqueles bairros, em séria privação, em condições evidentes de desrespeito pela sua dignidade. Naquele contexto, tomada a decisão de iniciar uma política social de habitação, realojando aquelas populações em habitações condignas. No início dos anos 80, o recenseamento do número de barracas existentes no Concelho apontava para um número próximo das 5.000. Durante essa década e até 1993, a Câmara Municipal de Oeiras, mediante alguns acordos de colaboração estabelecidos com a Administração Central, realojou cerca de 2.000 daquelas famílias, tendo procedido a igual número de demolições. Em 1993, a Câmara Municipal de Oeiras aderiu ao Programa Especial de Realojamento (PER), dando início ao realojamento das restantes 3.000 famílias que ainda viviam em bairros de barracas no Concelho. Assim, entre 1986 e 2003, foram realojadas mais de 5000 famílias, tendo Oeiras sido o primeiro Concelho do País a erradicar as barracas (Município de Oeiras).

No entanto, no que diz respeito à população imigrante, segundo Delgado (2013, p. 42),

“O aumento de notícias negativas sobre os bairros com maior concentração de imigrantes, contribui para uma má imagem destes e de um receio acrescido de entrar e conhecer os bairros por dentro. Por outro lado, como é frequente, os bairros estão isolados geograficamente e não têm serviços gerais que apelem à visita de outras pessoas, acabando por ficar duplamente periféricos e apenas frequentados pelos seus residentes”.

Relativamente ao trabalho, Batalha (2008) refere que, atraída por melhores salários, uma parte significativa da população rural portuguesa começou a reorientar-se, sobretudo, para França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo. Enquanto grande parte da força de trabalho portuguesa rumava à Europa industrializada, os trabalhadores cabo-

verdianos chegavam a Portugal como força de substituição. O autor cita António Carreira (s/d. p.30) “eles [cabo-verdianos e portugueses] eram forças de trabalho do mesmo tipo, ambas com uma elevada percentagem de analfabetos e apenas distinguíveis pela cor da pele” Batalha (2008).

Ainda sobre o trabalho, a imigração cabo-verdiana em Portugal caracterizada por concentrar-se em profissões com pouca qualificação e no mercado secundário de trabalho. Assim, os homens estão inseridos principalmente no setor da construção civil (servente, pedreiro) e as mulheres no setor doméstico (auxiliar de limpeza) (Delgado, 2013).

Importa salientar que a política de baixos salários vigente em Portugal conduz a dificuldades significativas, por parte das famílias, em colmatar todas as suas necessidades. Nessa sequência, muitos indivíduos, e designadamente as mulheres responsáveis por famílias monoparentais vêm-se obrigadas a ter mais do que um trabalho para fazer face às suas despesas.

Segundo o Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações de 2022, nota-se um agravamento no risco de pobreza ou exclusão social tanto nos estrangeiros residentes em Portugal como nos nacionais: em 2020 o risco de pobreza ou exclusão social dos estrangeiros em Portugal foi de 18,9%, subindo para 35% em 2021 (+16 pontos percentuais que no ano anterior, e +13pp que o verificado para os nacionais portugueses) (Oliveira, 2022).

Estes resultados associados à maior vulnerabilidade, pobreza e privação dos estrangeiros não induzem, contudo, à sua maior dependência relativamente à proteção social do país (Oliveira, 2022).

Em 2021, mantendo a tendência de anos anteriores, os estrangeiros mostram maior capacidade contributiva que os nacionais para o sistema de segurança social: os estrangeiros mantêm mais contribuintes por total de residentes (68 contribuintes por cada 100 residentes em 2021) que a população total em Portugal (46 contribuintes por cada 100 residentes) (Oliveira, 2022).

Em 2021, os estrangeiros passam a representar 10,1% do total de contribuintes do sistema de segurança social de Portugal, importância relativa inédita (e mais expressiva do que a que seria de esperar atendendo a que só representam 6,8% da população residente). Verifica-se, assim, que a população estrangeira residente em Portugal continua a ter um papel importante para contrabalançar as contas do sistema de

Segurança Social, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para a sua sustentabilidade (Oliveira, 2022).

Relativamente à situação familiar, em particular dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos, segundo Batalha (2008) são geralmente vistos na sociedade portuguesa como “jovens de origem africana” sendo que a “identidade não sofreu qualquer hifenização”. Contudo, a classificação feita pela sociedade portuguesa em geral, que os vê como “pretos” ou “africanos” não ajuda a que haja uma integração social satisfatória.

Segundo Batalha (2008), para estes jovens trata-se de uma questão de discriminação racial praticada pela sociedade dominante, tendo nessa sequência desenvolvido uma identidade “africana” opcional. Para o autor esta identidade é criada para rejeitarem o que a sociedade portuguesa lhes negou de alguma forma, o direito a serem vistos como “português comum”.

Relativamente à cultura cabo-verdiana, esta comunidade não esquece o seu país de origem, sobretudo no que diz respeito a esta temática. É um povo com uma cultura muito própria, com características muito particulares e a sua transmissão é fundamental para os mesmos. A cultura é preservada e com eles transportada quando as suas opções de vida passam pela imigração.

Backstrom, na sua tese de doutoramento (2009) refere que a cultura cabo-verdiana possui características singulares, polarizadas em dois extremos, que lhe dão um cunho de universalidade, sendo, por um lado a Europa e por outro a África, encontrando-se ambas bem presentes na singularidade dessa cultura, que é tanto homogénea quanto diversa”.

Segundo a mesma autora, nas manifestações culturais deste povo facilmente se verifica a presença desta singularidade, em que por um lado sobressai a cultura europeia e por outro lado, a cultura africana, podendo por isso ser considerada híbrida.

Importa assim referir que os cabo-verdianos herdaram desses continentes uma cultura onde está incluída a língua, a religião, a identidade, entre outros fatores. O contributo dado pelos africanos deixou marcas no povo cabo-verdiano e isso é visível nas expressões ao nível da música, da dança, da arte em geral, da alimentação, dos rituais, “da cultura africana, são inúmeros os exemplos, como o uso do pilão, a tabanca, o batuque, o colá” (Backstrom, 2009).

No contexto de cultura de um povo, importa referir um elemento fundamental: a língua, como fator de coesão e que no caso de Cabo Verde deu origem ao crioulo.

A população imigrante é uma população heterogênea, diversificada e cada vez mais escolarizada. Contudo, para muitos migrantes, a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores em que é mais precária e instável a relação laboral, nos quais há um baixo nível de remuneração global, a migração forçada ou de clandestinidade, desprovida de sistemas de proteção social, e a precariedade da situação social e económica fazem desses imigrantes um grupo particularmente vulnerável (Ramos e Dias, 2020).

A mesma autora acrescenta que a população imigrante tende a concentrar-se por origem étnica, muitas vezes em bairros com parca infraestrutura, em zonas degradadas e suburbanas, sem condições adequadas de habitabilidade e higiene, em alojamentos sobrelotados, partilhando idênticas condições de vida e fatores de precariedade, isolamento e de exclusão social.

Assim, a concentração de populações que vivem em condições socioeconómicas precárias, com fracas redes sociais, instabilidade familiar e profissional, e com taxas elevadas de violência e delinquência, constituem elementos de risco, exclusão e doença. Estes fatores agravam as dificuldades de integração na vida social, laboral e escolar, podendo conduzir a situações de isolamento e à constituição de guetos, favorecendo a estigmatização e a emergência de tensões sociais e sentimentos de intolerância, discriminação e xenofobia da população autóctone (Ramos e Dias, 2020).

Segundo a mesma autora, esses bairros e zonas degradadas são, em geral, marcados por estigma e isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade. Frequentemente as crianças e jovens desses bairros, sobretudo das segundas e terceiras gerações de migrantes, acumulam insucesso escolar e problemas de adaptação social. Isolam-se, muitas vezes, em atitudes anti-sociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de vulnerabilidade e de estresse (Ramos e Dias, 2020).

Assim, muitos migrantes carregam frequentemente vulnerabilidades (psicológica e social) e uma dupla exclusão, do país/cultura de origem e do país/cultura de acolhimento. Com efeito, alguns migrantes são confrontados com fronteiras de identidade, comunicação, pobreza, preconceito e racismo que os conduzem a situações de sofrimento, desilusão e isolamento, as quais podem afetar a sua integração, saúde mental e física e a capacidade para reclamar e defender os seus direitos (Ramos e Dias, 2020).

1.5. Gestão do Trabalho, Vida Pessoal e Familiar

À data dos últimos Censos (2021), conforme o anexo 3, mais de 68% da população de nacionalidade estrangeira (dos 15 aos 64 anos) era economicamente ativa e 60,5% encontrava-se empregada (OM).

De acordo com os referidos Censos, o trabalho constituía a principal fonte de rendimento da população estrangeira, sendo “trabalhador da limpeza” a profissão mais representada e sendo o Comércio a atividade económica que empregava mais população estrangeira.

De acordo com a mesma fonte, a análise por grande grupo de profissões permite observar que dos 264.271 estrangeiros que exerciam uma profissão, a maioria concentrava-se em dois grupos profissionais: “Trabalhadores não qualificados” com 25,1% e “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” com 23,3%.

Segundo estes Censos, a análise por comunidade estrangeira revela diferenças bastante significativas. Para os nacionais de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia e Nepal, o grupo dos “Trabalhadores não qualificados” representava mais de 40% do total de empregados, significativamente acima dos valores médios obtidos para a população estrangeira.

Relativamente à vida pessoal, segundo Giddens (2012) de entre as mudanças que estão a acontecer por todo o mundo, nenhuma são mais importantes do que as que afetam a nossa vida pessoal: sexualidade, relações, casamento e família.

Nesse seguimento, não obstante a individualidade de cada um, o autor explica que a família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. Segundo o mesmo, estamos no meio de uma revolução acerca da forma como pensamos sobre nós próprios e sobre a maneira como estabelecemos laços e ligações com os outros. É uma revolução que avança a velocidade desigual, conforme as regiões e as culturas, enfrentando muitas resistências (Giddens, 2012).

Giddens (2012), faz referência às várias transformações ocorridas no mundo, mas também às evoluções, dizendo que as desigualdades entre homens e mulheres era um fator intrínseco da família tradicional.

Relativamente aos filhos, o autor aponta as mudanças na posição dos mesmos, considerando-a interessante e algo paradoxal. As nossas atitudes em relação

aos filhos e às formas de os proteger alteraram-se radicalmente durante as últimas gerações. Segundo o autor, apreciamos tanto os filhos, em parte porque eles se tornaram muito mais raros, e em parte porque a decisão de ter um filho têm motivações diferentes das que tinham em gerações anteriores. Na família tradicional os filhos eram um recurso de natureza económica, mas no mundo ocidental dos nossos dias, um filho constitui, pelo contrário, uma pesada carga financeira para os pais. Ter um filho é uma decisão mais pensada e amadurecida do que costumava ser, além de ser uma decisão induzida por necessidades psicológicas e emocionais (Giddens, 2012).

“No interesse de todos, os pais devem ter autoridade sobre os filhos. No entanto, temos de presumir a existência de um princípio de igualdade. Na família democrática, a autoridade dos pais devia basear-se num contrato implícito. Um pai diz para o filho: “se já fosses adulto, e soubesses o que eu sei, saberias que aquilo que te estou a pedir é para teu bem”. As crianças da família tradicional deviam, ainda devem ser vistas, mas não ouvidas. Muitos pais, talvez desesperados pela rebeldia dos filhos, bem gostariam que esta regra fosse restabelecida” (Giddens, 2012, p. 64).

Numa democracia das emoções as crianças podem e devem dispor de oportunidades de resposta (Giddens, 2012).

As transformações sociodemográficas também contribuem para a instabilidade familiar e em particular na família nuclear. Entram na análise e leitura do problema as variáveis relacionadas com a baixa taxa de fertilidade e a instabilidade do casamento, provocando alterações na interface entre o apoio familiar e a vida profissional (Ferreira, 2009).

Segundo Ferreira, (2009), assistimos, à crescente heterogeneidade e diversidade do tipo de famílias, com o aumento das famílias monoparentais, das famílias reconstituídas e de pessoas que vivem sozinhas.

Neste quadro, temos famílias que vivem de um único salário, outras de vários salários e outras que estão excluídas do trabalho e estão obrigadas a recorrer à assistência do Estado (Ferreira, 2009).

Frequentemente, para colmatar as necessidades básicas essenciais muitos vêm-se obrigados a trabalhar demasiado tempo. Segundo autor, o problema é que o trabalho lhes ocupa muitas horas fora de casa, subtraindo tempo de convívio com os filhos, tempo para cuidarem das suas próprias casas e da vida familiar.

Trabalhar, cuidar dos filhos, educar, formar, para além de alimentá-los e fazer face às despesas não é tarefa fácil quando os recursos são escassos, sendo ainda

mais difícil quando as mulheres têm de o fazer sozinhas. É muito difícil conciliar o trabalho e a família quando não se tem empregadas domésticas nem avós disponíveis para ajudar (Silva, 2012).

Apesar de todos os avanços familiares, a desvalorização do trabalho da mulher ainda ocorre nitidamente, principalmente entre aquelas mais desfavorecidas, mais incapacitadas, sem acesso às políticas públicas, à escola e às condições dignas de sobrevivência, factos estes que propiciam a má remuneração pelo trabalho prestado.

Ainda sobre a conciliação do trabalho e familiar, Silva, 2012, faz referência sobretudo às mulheres que executam, sozinhas, essa função. A autora refere que trabalhar e criar uma criança é uma tarefa esmagadora, a tempo inteiro, então de duas ou mais crianças ainda se torna mais complicado. Segundo a autora, todos são poucos para apoiar a mulher e ajudar a que uma criança cresça segura, saudável, com oportunidades e feliz. É necessária uma família, são necessárias escolas, leis de proteção e também a comunidade.

Importa salientar algumas questões relacionadas com a cultura cabo-verdiana, que conduzem a que os homens estejam pouco envolvidos na educação dos filhos e nas tarefas domésticas, porque as consideram pertencentes às mulheres. Algumas dessas questões estão intrinsecamente ligados a uma divisão tradicional de género nas responsabilidades familiares, onde as mulheres frequentemente assumem um papel mais proeminente nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos, enquanto os homens podem estar mais focados em atividades externas, como trabalho remunerado e outras responsabilidades fora de casa.

Embora tenha havido progressos significativos na luta pela igualdade de género ao longo dos anos, não só em Cabo Verde como em muitas outras sociedades no mundo, ainda há muito a ser feito para eliminar as disparidades e alcançar uma sociedade verdadeiramente igualitária. A conscientização, a educação, a defesa de políticas inclusivas e a promoção de mudanças culturais são fundamentais para avançar nessa direção.

1.6. Educação e Acompanhamento dos Filhos

Relativamente à situação escolar, conforme o relatório estatístico anual 2022 do Observatório das Migrações (OM), no ano letivo de 2020/2021 encontravam-se matriculados no ensino básico e secundário 71.652 alunos de nacionalidade estrangei-

ra, verificando-se um acréscimo de 3.634 alunos (+5,3%) face ao ano letivo anterior, incremento que acompanha também o crescimento anual da população estrangeira residente no país. Os alunos estrangeiros representaram no último ano letivo 7,2% do total de alunos matriculados no ensino básico e secundário em Portugal, tendo, porém, mais impacto nas regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, onde representam, respetivamente, 12% e 13,7% dos alunos dessas regiões no ano letivo 2020/2021 (Oliveira, 2022).

De acordo com o referido relatório do OM, de uma forma geral, os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares, quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Não sendo Portugal exceção neste domínio nota-se, porém, nos últimos anos uma evolução positiva no desempenho escolar dos estrangeiros matriculados, diminuindo a distância entre alunos estrangeiros e nacionais (Oliveira, 2022).

O mesmo relatório salienta que algumas mudanças também no enquadramento legal português, com vista à captação de estudantes internacionais para o ensino superior influenciaram a evolução dos alunos estrangeiros no ensino superior. A última década ficou marcada pelo aumento substantivo do número de estudantes estrangeiros no ensino superior português. No ano letivo de 2019/2020, os alunos estrangeiros do ensino superior corresponderam a 62.690 inscritos (+10,3% face ao ano letivo anterior, e quase triplicando face ao número de alunos no início da década, ano letivo 2010/2011). Embora por comparação ao início do século, os alunos estrangeiros passaram a ser cinco vezes mais, o impacto na importância relativa destes alunos no total de alunos do ensino superior português diminuiu ligeiramente no último ano letivo, passando os estudantes estrangeiros a representar 14,3% do total de inscritos no ensino superior em 2020/2021 (em 2019/2020 representaram 16,5%, mais 13 pontos percentuais face ao ano letivo de 2000/2001, quando os estudantes representavam apenas 3,3% do total de inscritos no ensino superior) (Oliveira, 2022).

Ainda relativamente a dados estatísticos, segundo os Censos 2021, os níveis de escolaridade da população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) eram, de um modo geral, mais elevados na população de nacionalidade estrangeira comparativamente com a população portuguesa.

Enquanto 24,1% da população de nacionalidade portuguesa tinha um nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico, no caso da população de nacionalidade estrangeira essa percentagem era de 18,4%.

O ensino secundário/pós-secundário era o nível de escolaridade predominante na população estrangeira (39,6%), enquanto na população nacional esta proporção era de 30,8%. No ensino superior, as percentagens eram semelhantes, com cerca de 24% da população estrangeira e portuguesa a terem concluído esse nível de escolaridade.

No entanto, considerando as nacionalidades estrangeiras mais representativas, verificavam-se diferenças nas várias comunidades. Eram os nacionais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Índia, China e Guiné-Bissau, que possuíam os níveis de escolaridade mais baixos, na medida em que a proporção de indivíduos com nível de escolaridade abaixo do 3.º ciclo do ensino básico era superior a 25%.

Segundo Batalha (2008), a maior parte dos filhos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal abandonam a escola muito cedo, muitas vezes mesmo antes de completarem a escolaridade obrigatória o que ajuda ainda mais na exclusão da comunidade.

“Os jovens descendentes de famílias cabo-verdianas, cuja maioria vive em “bairros sociais” ou ainda em “bairros de lata”, têm elevadas taxas de desistência e reprovação no ensino básico. Muitos abandonam a escola antes de completarem o 9º ano de escolaridade por ultrapassarem a idade limite para fazer no regime normal. Poucos voltam à escola para completar no ensino noturno” (Batalha, 2008, p.35).

A escolarização é vista pelas comunidades imigrantes como um fator importante no processo de integração e de acolhimento. A escola aqui adquire um papel social importante na ligação entre as diferenças socioculturais e na adaptação dos jovens imigrantes. No entanto, segundo o autor, esse papel acaba por não fazer parte do plano educativo nacional o que contribui para uma desmotivação e por fim no insucesso e/ ou abandono escolar

“o insucesso escolar, motivado em grande medida por uma certa falência do sistema de ensino tutelado pelo Estado, e a perspectiva de empregos mal remunerados, aquém das expectativas de vida, é algo que afeta hoje grande parte da juventude que nasce e cresce em Portugal, particularmente os filhos das famílias que ficaram nas margens da sociedade afluyente surgidas nas décadas de 1980-90. Uma situação que se mantém na década iniciada em 2000” (Batalha, 2008, p. 35).

Importa assim salientar que o insucesso e o abandono escolar são situações/ problemas muito frequentes nos jovens descendentes, mas não exclusivamente da população cabo-verdiana.

Para muitos jovens as escolas podem ser vistas e entendidas como sendo autoritárias e irrelevantes, em vez de ser entendidas como um local de aprendizagem, de oportunidades e de desenvolvimento, sobretudo quando falamos de jovens que vivem em situações complicadas e conturbadas, onde persiste a falta de orientação e a falta de apoio por parte dos adultos (Giddens, 2009).

Silva, (2012, p. 69) faz referência a um estudo americano realizado por Patte Barth, com o título “De regresso à escola: “supervisionar os trabalhos de casa; certificar-se que os filhos chegam à escola; premiar os esforços e abordar a ideia da ida para a faculdade. Estas ações dos pais estão ligadas a melhor assiduidade, a melhores notas, a melhores resultados nos testes e a uma melhor preparação para a faculdade” escreve Barth. E continua: “o estudo concluiu que envolver os pais nos trabalhos das crianças, em casa, é um motor de sucesso mais poderoso do que o facto de os pais irem às reuniões de pais, reuniões com as direções das escolas, às iniciativas organizadas para angariar fundos para as escolas, às reuniões do princípio do ano letivo”.

A autora continua referindo que ajudava muito que também as famílias contribuissem para o êxito dos filhos, incutindo neles, através do seu exemplo, o sentido da responsabilidade, mostrando como não delegam as tarefas que lhes cabem à televisão ou ao computador. Interessando-se por eles, conversando com eles, lendo para eles, contando-lhes histórias e contrariando-os. Mostrando-lhes que esperam muito deles e que os querem verdadeiramente nas suas vidas, que algum do seu melhor tempo é para eles. Ética de trabalho e de exigência, amor, respeito e disciplina: tudo isso é importante para a formação de bons alunos, que queiram aprender. Tudo isto deve vir de casa e nada disso é caro. Mas custa, sim, custa muito (Silva, 2012).

No entanto, de acordo com o referido no ponto anterior (Gestão do Trabalho, Vida Pessoal e Familiar), muitos imigrantes, para colmatar as necessidades básicas essenciais, vêem-se obrigados a trabalhar demasiado tempo, sendo assim diminutos os momentos para conviver e acompanhar o desenvolvimento e educação dos filhos, comprometendo a capacidade de supervisão dos mesmos.

Importa ainda acrescentar que, segundo Batalha (2008), a comunicação social portuguesa, enquanto promotora de identidade, ajudou a criar uma imagem negativa dos descendentes de famílias cabo-verdianas imigrantes. O autor continua referindo que enquanto os pais eram retratados como “pobres, mas honestos”, “bons trabalhadores” e “trabalhadores explorados” os filhos eram vistos como “vítimas do insucesso escolar” e “delinquentes juvenis”.

Em suma relativamente a este capítulo, desde a sua independência Cabo Verde tem evoluído positivamente a nível económico, político, social e ambiental. No entanto, ainda subsistem questões estruturais como desigualdades económicas, vulnerabilidade a desastres naturais e mudanças climáticas, e também a necessidade de diversificar a sua economia e fortalecer as instituições, garantindo um desenvolvimento sustentado e sustentável a longo prazo

Tradicionalmente, a emigração cabo-verdiana era predominantemente masculina, com muitos homens a deixar o país em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades económicas, especialmente em países europeus e nos Estados Unidos. No entanto, houve uma mudança gradual nesse padrão, com um aumento no número de mulheres cabo-verdianas que também optam por emigrar, seja através de reagrupamento familiar, seja autonomamente, a procura de oportunidades de emprego, formação, acesso a serviços de saúde e educação, e maior estabilidade política e social.

A diáspora cabo-verdiana é vasta e tem uma forte presença feminina em muitas comunidades ao redor do mundo. Relativamente à diáspora portuguesa, as mulheres cabo-verdianas desempenham papéis importantes na comunidade, mantendo laços culturais com Cabo Verde e contribuindo para o desenvolvimento tanto do país de origem quanto do país de acolhimento. Contudo, são uma comunidade economicamente carente e os impactos da imigração afetam as suas dinâmicas familiares e a gestão do trabalho e da vida familiar, destacando-se desafios como a falta de redes de apoio e a pressão para sustentar a família em um novo ambiente.

Apesar de as mulheres cabo-verdianas enfrentarem uma série de desafios para conseguirem sustentar, acompanhar e educar os seus filhos, muitas demonstram uma forte determinação e conseguem garantir o sucesso académico de suas famílias. Os apoios adequados, tanto das respostas educativas e formativas quanto da comunidade em geral, são essenciais para ajudá-las a superar os desafios, promover o bem-estar pessoal e familiar e o sucesso escolar dos seus filhos.

No capítulo seguinte é apresentado uma descrição detalhada dos métodos utilizados na presente investigação.

Capítulo II - Metodologia da Investigação

A investigadora considerou pertinente dividir este capítulo nos seguintes aspetos: tipo de pesquisa, objeto e objetivo do estudo, delimitação do campo empírico (universo e amostra), método e técnicas utilizadas.

De modo a dotar esta investigação de uma maior exatidão relativamente ao objeto em análise, que permita compreender como as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal conciliam a vida profissional e familiar, a investigadora considerou utilizar a metodologia qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada, pois através dela é possível obter maior eficácia na resposta.

Não há um consenso acerca da definição da pesquisa qualitativa. Minayo e Costa (2019) afirmam que as pesquisas qualitativas têm como matéria-prima um conjunto de substantivos cujos sentidos se completam: “experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento que enforma qualquer abordagem, baseia-se em 4 verbos: escutar, compreender, interpretar e dialetizar”.

Os referidos autores dividem a pesquisa qualitativa em três etapas de trabalho: a primeira fase, exploratória, a segunda, o trabalho de campo e a terceira a análise do material recolhido de forma empírica e documental. Segundo os mesmos autores, a pesquisa qualitativa trabalha num universo de valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, específicos de indivíduos ou grupos, sendo portando humanista.

Assim, relativamente ao tema, a investigadora explorou o contexto combinado de etapas, relacionadas com a vida pessoal e familiar, trabalho, hábitos e vivências culturais e educação e formação dos filhos, focando-se também nos processos que causaram mudanças de prioridades ao longo da vida e que desencadearam decisões específicas, como por exemplo, a aquisição de uma maior maturidade, o aproveitar as oportunidades que os pais não tiveram, fazer diferente, a passagem da condição de filhas para a condição de mãe, entre outros.

Importa referir que antes da dissertação, mais exatamente, na fase de projeto de investigação, a investigadora realizou duas entrevistas exploratórias.

Considerando o enunciado pelos autores mencionados, Minayo e Costa (2019), a investigadora utilizou claramente a metodologia qualitativa.

2.1. Definição do Objeto de Estudo

Em investigação, de acordo com os autores Carmo & Ferreira (2008), a primeira questão a definir é o que se quer investigar.

Portanto, o objeto de estudo são mulheres cabo-verdianas, residentes no Bairro São Marçal, Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras.

A investigadora escolheu esta população devido a uma forte motivação pessoal, decorrente do facto de a própria ter ascendência cabo-verdiana e aperceber-se, desde a sua infância, que as mulheres cabo-verdianas passam bastante tempo fora de casa, a trabalhar, deixando os filhos entregues a outros familiares, muitas vezes entregues a si próprios ou ao cuidado de irmãos mais velhos.

A investigadora observou que a situação de ausências para além do tempo razoável de trabalho ainda acontece, o que despertou em si a curiosidade de investigar o motivo pelo qual este fenómeno se mantém, bem como as consequências do mesmo.

O facto de a investigadora falar crioulo também foi tido em consideração para a escolha da população, dado que poderia facilitar a comunicação com algumas das entrevistadas, sobretudo as mais idosas, visto que apresentam habitualmente maior dificuldade em expressar-se em português.

Considerou-se também o facto de a Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora Portuguesa (AMCDP) se situar dentro do bairro, o que poderia constituir-se como recurso, apresentando-se assim como uma fonte de informação privilegiada.

2.2. Objetivos de investigação

Uma vez delimitado o objeto de estudo, há que definir claramente que meta ou metas quer o investigador alcançar (Carmo & Ferreira, 2008).

Segundo os autores, é recomendável a precoce constituição de um corpo de perguntas ou de um conjunto de hipóteses que delimitem com progressiva clareza o objeto de estudo, funcionando como referências para a posterior definição dos rumos da investigação; a definição de uma estratégia de recolha de informação orientada por tais perguntas e hipóteses, ainda que deixando algum espaço ao inesperado, a preo-

cupação, desde o primeiro minuto, com a definição rigorosa, mas também clara, das intenções de investigação traduzidas num discurso simples.

Segundo Guerra (2006), os objetivos gerais descrevem grandes orientações para as ações e são coerentes com as finalidades, traçando as principais linhas de trabalho a seguir e não são, geralmente, expressos em termos operacionais.

A presente investigação tem como objetivo geral:

- 1) Compreender como é que as mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal fazem a gestão do trabalho e da vida familiar e como conciliam o trabalho, a vida familiar e a educação/formação dos filhos.

Os objetivos específicos exprimem resultados que se espera atingir e que detalham os objetivos gerais, funcionando como a sua operacionalização. São considerados metas que indicam estádios a alcançar, devendo ser formulados com clareza e precisão, quantificáveis e passíveis de avaliação (Guerra, 2006).

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar como as mulheres cabo-verdianas conciliam a vida familiar e profissional;
- b) Perceber a situação socioeconómica;
- c) Compreender as suas vivências culturais e tradições;
- d) Conhecer o seu nível de escolaridade e o grau de envolvimento na educação e formação dos filhos.

2.3. Delimitação do Campo Empírico, Universo e Amostra

O campo empírico desta investigação foi limitado ao Bairro São Marçal, sito na Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras.

Segundo a PORDATA, no município de Oeiras em 2021 a população estrangeira em % da população residente era 8,2% (os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente).

O Bairro de São Marçal tem um número total de 319 fogos, todos em regime de arrendamento. Foi construído entre 1999 e 2000 e tem 957 residentes, sendo 219 de nacionalidade cabo-verdiana, o que corresponde a 21,8% da população (CMO, 2019).

De acordo com os dados disponíveis no Sistema de Informação da Habitação Municipal à data de 03-10-2023, o empreendimento municipal de São Marçal, no que respeita a residentes com naturalidade cabo-verdiana, 109 são do género feminino e 88 do género masculino (CMO, 2023).

Segundo a literatura, o universo ou população-alvo é formado por um conjunto de indivíduos que entre si possuem características comuns e que são definidas por um conjunto de critérios de seleção para os quais o investigador pretende fazer generalizações (Reis, 2018).

De acordo com Carmo & Ferreira (2008), população ou universo é um conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Estes elementos têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos.

Portanto, na presente investigação o universo são 109 mulheres cabo-verdianas residentes no referido bairro social. Salienta-se que o público-alvo foi selecionado de acordo com a área e interesses de investigação. A partir da identificação da área, foi apurada a disponibilidade das entrevistadas e combinada uma data e horário para a entrevista.

Pretendia-se aplicar a entrevista a mais mulheres cabo-verdianas, contudo, não foi possível devido à extensão das questões e ao tempo limitado para a entrega da dissertação, pois dificilmente se conseguiria tratar toda a informação atempadamente.

Assim, a amostra é composta por vinte e seis entrevistadas, sendo todas mulheres cabo-verdianas. A dimensão da amostra foi definida no próprio processo de recolha, terminado quando os níveis de redundância da informação obtida chegaram a uma saturação, o que vai de acordo com a literatura.

Segundo a literatura, a forma mais comum de avaliar a saturação em entrevistas semiestruturadas com questões abertas, ocorre quando o pesquisador identifica respostas repetidas, não havendo informações adicionais nas novas entrevistas realizadas (Nascimento et al., 2018).

A amostra apresenta estados civis diversos (casadas, solteiras, viúvas e união de facto) e todas têm filhos, irmãos ou netos a cargo.

A investigadora considerou pertinente elaborar a tabela abaixo (Tabela 1), onde é caracterizada a amostra com base em fatores como a idade, habilitação, profissão, estado civil, número de anos em Portugal e número de filhos.

Conforme referido anteriormente, a amostra é constituída por vinte e seis entrevistadas, codificadas com a sigla “E” seguida de um algarismo, onde a letra “E” se refere a Entrevistada e o número corresponde à entrevista realizada, portanto, inicia no “E1” e termina no “E26”.

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

E	Idade	Habilitações	Profissão	Est. Civil	Nº Anos em Portugal	Nº Filhos
E1	53	9º ano	empregada doméstica	união de facto	37 anos	7 filhos
E2	45	8º ano	cozinheira	Solteira	nasceu em Portugal	2 filhos
E3	41	12º ano	empregada de balcão	Casada	41 anos	3 filhos
E4	52	4º ano	empregada doméstica	Solteira	48 anos	sem filhos
E5	39	9º ano	empregada de balcão	União de facto	nasceu em Portugal	2 filhos
E6	43	9º ano	agente de geriatria	Solteira	nasceu em Portugal	4 filhos
E7	56	sem escolaridade	empregada doméstica	Solteira	36 anos	2 filhos
E8	31	10º ano	auxiliar de educação	Solteira	30 anos	3 filhos
E9	78	sem escolaridade	reformada	Viúva	50 anos	4 filhos
E10	60	12º ano	empregada doméstica	Casada	46 anos	2 filhos
E11	64	4º ano	empregada doméstica	união de facto	42 anos	2 filhos
E12	68	sem escolaridade	reformada	Solteira	51 anos	5 filhos
E13	66	sem escolaridade	Peixeira	Viúva	33 anos	5 filhos

E14	45	9º ano	empregada do- méstica	união de facto	nasceu em Portugal	4 filhos
E15	24	9º ano	desempregada	Solteira	nasceu em Portugal	1 filho
E16	68	7º ano	reformada	Casada	42 anos	2 filhos
E17	42	8º ano	ajudante de cozi- nha	união de facto	nasceu em Portugal	5 filhos
E18	48	11º ano	empregada de mesa e bar	Solteira	nasceu em Portugal	2 filhos
E19	48	9º ano	auxiliar ação educativa	Viúva	38 anos	1 filha
E20	52	Licenciada	consultora imobi- liária	divorciada	48 anos	2 filhos
E21	45	12º ano	secretária	Solteira	nasceu em Portugal	1 filho
E22	45	12º ano	agente imobiliário	Solteira	38 anos	2 filhos
E23	64	12º ano	várias profissões	Solteira	31 anos	2 filhos
E24	85	sem escolari- dade	reformada	Casada	43 anos	8 filhos
E25	29	9º ano	vigilante	Solteira	nasceu em Portugal	1 filho
E26	31	7º ano	Ajudante de cozi- nha	Solteira	nasceu em Portugal	3 filhos

Fonte: Elaboração própria, com base nas entrevistas

2.4. Métodos e Técnicas

Segundo Ferreira & Carmo (2008), a técnica representa a etapa de operações limitadas, ligadas a elementos práticos, concretos, definidos, adaptados a uma determinada finalidade, enquanto o método é uma conceção intelectual coordenando um conjunto de operações, em geral várias técnicas.

Segundo os mesmos autores, as técnicas mais utilizadas em investigação qualitativa são a observação direta, a entrevista e a análise documental (Ferreira & Carmo, 2008).

A entrevista é caracterizada por uma interação com mais do que uma pessoa, sendo fundamental utilizar uma linguagem clara e adequada para que as respostas possam ir ao encontro das questões e torne o estudo mais fidedigno relativamente aos objetivos definidos (Barbosa, 2010).

Conforme anteriormente referido, o método científico aplicado na presente investigação é o qualitativo, utilizando-se a entrevista semiestruturada e a análise do conteúdo. Todavia, foi complementado com dados quantitativos provenientes de estatísticas oficiais e de gráficos elaborados pela investigadora com base no extraído das entrevistas semiestruturadas.

Escolheu-se a entrevista semiestruturada por ser um método complementar da observação direta e por proporcionar respostas muito subjetivas por parte do entrevistado, o que permite ao investigador ter uma noção de como o indivíduo se posiciona em relação a si mesmo e em relação ao meio que o envolve.

Para iniciar a investigação no terreno, a investigadora realizou vários contactos prévios às entrevistadas, quer através de chamadas telefónicas, quer contactos presenciais ou por intermédio de familiares e amigos, tendo as mesmas decidido pela participação no presente estudo.

Assim, a investigadora apresentou-se às entrevistadas, (nome; idade; percurso académico e profissional), permitindo, também, estabelecer uma relação de confiança e proximidade. Relativamente a algumas das entrevistadas, já havia um conhecimento prévio.

Dos contactos presenciais, cinco entrevistadas decidiram iniciar a entrevista de imediato e as restantes mediante marcação. Todas as entrevistadas foram devidamente informadas e esclarecidas sobre os objetivos da entrevista e da investigação, concretamente, os objetivos já mencionados, relacionados com a gestão da vida familiar e profissional.

As entrevistas decorreram entre os meses de janeiro e março de 2023, sendo que vinte foram realizadas presencialmente na residência das entrevistadas e seis por escrito e enviadas posteriormente à investigadora.

Após a recolha de dados, a investigadora procedeu à identificação e caracterização das entrevistadas, recorrendo a nove indicadores (Nome (E), Idade, Habilitações Literárias, Profissão/Ocupação, Estado Civil, Nº de anos em Portugal, Nº de Filhos; Idade dos Filhos; Razões que a levou a Imigrar para Portugal).

O guião da entrevista encontra-se orientado para quatro objetivos/categorias de análise. Por sua vez, para cada objetivo, o entrevistador delineou cinco ou mais questões encadeadas sequencialmente. Foi mencionado o tipo de entrevista a utilizar, semiestruturada, sendo justificados os motivos desta opção (acesso a grande quantidade de informação e esclarecimento dessa informação).

O guião de entrevistas (apêndice I) foi construído especificamente para esta investigação, tendo sido estruturado em quatro categorias de análise:

- Situação pessoal e familiar (onze questões);
- Situação do trabalho (cinco questões);
- Hábitos e vivências culturais - Tradição (cinco questões);
- Educação e acompanhamento dos filhos (oito questões).

Para a recolha de dados foi utilizado o gravador do telemóvel, por ser mais prático, mas com o consentimento prévio das vinte entrevistadas. Utilizou-se, igualmente, a escrita em papel, método preferido por seis entrevistadas, conforme anteriormente referido.

Importa referir que doze entrevistadas preferiu exprimir-se em língua cabo-verdiana, portanto, em crioulo, alegando ser mais fácil para si, o que não levantou qualquer constrangimento, dado que a investigadora entende e fala o crioulo fluentemente.

Quanto à observação direta, o investigador apenas observa obtendo e recolhendo os dados, mas sem ter qualquer interferência no grupo. Já na observação participante, o investigador participa em diversas atividades, envolvendo-se com o grupo em estudo, tal como refere Yin (2003), quando afirma que:

“A observação participante é uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados. (...) A técnica também pode ser usada em ambientes mais ligados ao nosso dia-a-dia, como em uma organização ou outro grupo pequeno” (p. 116).

As informações recolhidas, através das entrevistas, serão interpretadas mediante a técnica da análise de conteúdo. Esta tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que foi narrado na entrevista e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo (Guerra, 2006). A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para analisar o conteúdo das entrevistas que foram realizadas, bem como para efetuar uma análise categorial e interpretativa dos dados analisados, de forma a dar seguimento à discussão de resultados e retirar as respetivas conclusões.

Revisão de Literatura – recorreu-se à documentação através de pesquisa bibliográfica, revistas, internet, entre outros, e assim fazer um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Nesta pesquisa foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática em questão, estando estes referenciados na bibliografia deste trabalho.

Capítulo III – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Este capítulo encontra-se organizado em quatro partes, de acordo com as categorias de análise: vida pessoal e familiar; situação laboral; vivências culturais e tradição; percurso escolar, educação e acompanhamento dos filhos.

Como referido anteriormente, foram realizadas vinte e seis entrevistas a mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal, sito em Carnaxide, entre os meses de janeiro e março de 2023, sendo que neste capítulo será apresentada as expressões mais representativas, de acordo com as várias categorias e subcategorias.

A idade das mesmas situa-se entre os 24 anos e os 85 anos.

Resumidamente, a análise de conteúdo realizada às entrevistas permite-nos chegar às seguintes conclusões:

Verificou-se que quinze entrevistadas nasceram em Cabo Verde, correspondendo a 62% da amostra e onze nasceram em Portugal, correspondendo a 38% da amostra (Figura 1). Importa salientar que as entrevistadas que nasceram em Portugal se identificam como mulheres cabo-verdianas, tendo algumas, inclusive, a nacionalidade cabo-verdiana.

Através da figura abaixo (Figura 1) verifica-se que as entrevistadas que nasceram em Cabo Verde estão há vários anos em Portugal, entre 30 e 51 anos.

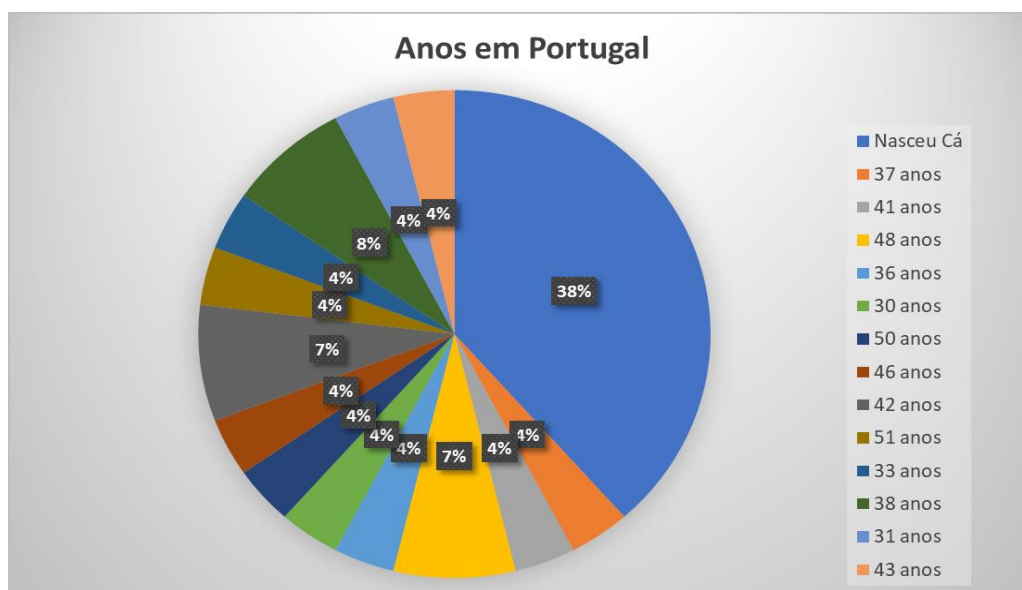


FIGURA 1 - ANOS EM PORTUGAL.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas

3.1 Vida pessoal e familiar

Neste ponto, pretende-se conhecer os motivos da vinda das mulheres cabo-verdianas para Portugal, as expectativas à chegada, a integração na comunidade portuguesa, as características das habitações onde vivem, as suas prioridades, as vivências no agregado familiar (execução das tarefas domésticas, principais carências, manifestação de afeto, organização da vida familiar, partilha de responsabilidades, tomadas de decisão e as deslocações a Cabo Verde).

3.1.1 Onde nasceram e os motivos da vinda para Portugal

Da amostra resultou que dezasseis entrevistadas nasceram em Cabo Verde (E1, E3, E4, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E16, E19, E20, E22, E23, E24) e dez em Portugal (E2, E5, E6, E14, E15, E17, E18, E21, E25, E26).

As entrevistadas que nasceram em Portugal são todas filhas de pais oriundos de Cabo Verde, sendo denominadas como a segunda geração de Caboverdianos na diáspora.

Constata-se, segundo a análise, que todas as entrevistadas nascidas em Cabo Verde vieram para Portugal à procura de melhores condições de vida. Sete referiram que a vinda ocorreu através do reagrupamento familiar (E1, E11, E13, E16, E19, E22, E24), uma referiu problemas de saúde (E8) e uma por causa da revolução do 25 de abril (E20). Apresenta-se, de seguida, as expressões mais representativas: “vim para Portugal à procura de melhores condições de vida”, “vim para procurar uma vida melhor”, “vim para Portugal trazida pelos meus pais para ter uma vida melhor” “vim ao encontro dos meus pais”, “vim para Portugal porque o meu marido veio e mandou buscar-me”, “vim para reencontrar os meus pais (...) e para estudar”, “vim ter com o meu marido”, “nasci em Cabo Verde e tive de vir para cá para tratar de um problema de saúde, eczema”, “vim para Portugal por motivos familiares, com a revolução do 25 de abril de 1974”.

No Apêndice III (Grelha de Análise de Conteúdo), a informação veiculada pelas entrevistadas é apresentada com maior detalhe.

3.1.2 Expectativas

Relativamente a expectativas, a questão foi respondida apenas pelas entrevistadas que nasceram em Cabo Verde.

Duas entrevistadas (E8 e E10), referiram não ter memória das expectativas “não tenho muita memória porque eu era bebé”, “não tinha ideia nenhuma de como seria Portugal”.

As restantes entrevistadas (E1, E3, E4, E7, E9, E11, E12, E13, E16, E19, E20, E22, E23, E24)) referiram expectativas positivas em relação à sua vinda para Portugal, nomeadamente no que se refere a alcançar melhores condições de vida, diferentes das que tinham anteriormente. Consideravam que em Portugal a vida seria mais fácil, uma vez que teriam oportunidade de trabalhar e/ou de estudar, sendo que uma das entrevistadas referiu o desejo de conhecer e conviver com outras culturas: “tinha expectativa que em Portugal a vida seria mais fácil, eu pretendia estudar, trabalhar, ter a minha própria casa e uma vida bem organizada”, “sempre tive expectativas de uma vida melhor”, “perspetiva era ter uma vida melhor, ter um salário melhor, ter uma vida mais estável, melhor do que em Cabo Verde”, “tinha as expectativas bastante elevadas, o país de onde saí é muito pobre, sabia que vinha para melhor”, “tinha expectativa de conhecer e conviver com outras culturas, estudar”

Duas entrevistadas (E7, E13) referiram que a sua vida em Portugal não foi fácil como imaginavam que seria - “a vida aqui é um bocado sacrificada e o nosso trabalho enquanto empregada doméstica não é valorizado”, “eu achava que Portugal era muito rico, (...) mas afinal não é fácil, a vida é dura, é difícil”.

Uma entrevistada (E4) referiu ainda não ter alcançado nenhuma das expectativas, apesar de estar em Portugal há mais de quarenta anos “expectativas tive muitas, mas ainda não consegui alcançar nenhuma”.

3.1.3 Integração na comunidade portuguesa

As entrevistadas consideraram que a sua integração, no geral, foi fácil, tendo-se sentido acolhidas tanto pela comunidade portuguesa como pela comunidade cabo-verdiana em Portugal. As mesmas referiram que o facto de alguns familiares já se encontrarem em Portugal facilitou muito a sua integração na comunidade. Referiram, também, que o facto de terem ido viver para bairros onde residia a comunidade cabo-verdiana ajudou bastante na sua integração.

Ainda sobre a integração na comunidade, quatro entrevistadas (E7, E11, E12, E16, referiram que o início da atividade laboral facilitou a integração “quando cheguei arranjam-me trabalho (...) mais tarde fui procurar a minha própria casa, a minha barraca no bairro Pedreira dos Húngaros e mudei-me”, “comecei logo a trabalhar, portanto, foi fácil a minha adaptação”, “arranjei trabalho, fiz a minha vida, arranjei namorado e tive os meus filhos (...) graças a Deus correu bem”, “minha integração não foi difícil porque quando cheguei comecei a lidar.

Uma das entrevistadas referiu que a sua integração não foi fácil por causa do trabalho (E9), considerando que naquela altura o trabalho era mais duro “A integração não foi fácil por causa do trabalho (...) antigamente o trabalho era mais duro (...) depois tive os filhos, lavava roupa no tanque, as fraldas que usavam era de pano, nós passámos muito mal para criar os nossos filhos”.

Relativamente ao percurso de vida, a maioria considerou-o positivo, no entanto, três entrevistadas nascidas em Portugal consideraram-no difícil, conturbado e atribulado durante a infância e na adolescência (E14, E17, E18), por terem engravidado e tido os filhos cedo demais, o que teve sérias implicações na sua vida, pois tiveram de criá-los sozinhas, sem o apoio dos progenitores, contanto, contudo, com o apoio da família nuclear “comecei a trabalhar aos onze anos (...) o meu primeiro filho tive aos catorze

anos e o segundo aos dezasseis (...) O meu percurso de vida foi muito difícil, apanhava papelão em Linda-a-Velha e vendia”, “Tive uma infância um bocadinho atribulada”, “Com 16 anos tive o primeiro filho, um ano depois veio o segundo filho (...) num episódio de violência doméstica, pensei duas vezes e separei-me do pai dos meus filhos (...) Nessa altura o único emprego que eu conseguia fazer era limpezas, foi aí então que eu comecei a trabalhar e a organizar a minha vida”.

3.1.4 Composição do agregado familiar

Dezasseis agregados são compostos por famílias monoparentais, sendo as mulheres/mães as principais responsáveis pelos mesmos (E2, E4, E6, E7, E8, E9, E12, E13, E15, E18, E19, E20, E21, E22, E23, E26). Apresenta-se de seguida as expressões mais representativas: “vivo com dois filhos, duas netas e eu, somos cinco”, “eu, o meu sobrinho e o meu companheiro”, “eu, a minha mãe e os meus quatro filhos, somos seis”, “somos duas, eu e a minha filha”, “vivo eu e os meus três filhos”, “somos três, eu e dois filhos”, “hoje somos treze pessoas cá em casa (...) eu, as minhas filhas e os netos”, “é composto por mim, pelos meus dois filhos, minha nora, duas netas e um primo, somos sete”, “eu vivo com a minha filha que tem 21 anos, só somos eu e ela”. Esclarece-se, no entanto, que um dos agregados é composto por dois irmãos, em que a irmã assumiu o papel parental, desde o falecimento da progenitora dos mesmos (E4), “aqui em casa somos dois irmãos”.

Em segundo lugar aparece a família “tradicional”, em que os progenitores são casados entre si, no total de seis agregados (E3, E5, E10, E16, E24, E25) “vivo com meu marido e meus três filhos”, “o agregado é composto por mim, pelo meu marido e pelos nossos dois filhos, somos quatro”, “somos quatro, eu, meu marido, minha mãe e minha sobrinha”, “somos quatro, eu, o meu marido e dois filhos”, “somos cinco, eu, meu marido e três netos”.

Relativamente à situação da E25, foi considerada família tradicional por ainda se encontrar a residir com os pais, apesar de já ter um filho “somos sete pessoas, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos, o meu filho e eu”.

Em terceiro lugar, aparecem as famílias que vivem em união de facto, sendo quatro agregados (E1, E11, E14, E17) “somos nove, eu, o meu companheiro e os meus filhos”, “somos três, eu, o meu sobrinho e o meu companheiro”, “sou eu, o meu pai, meu companheiro e os meus quatro filhos, somos sete”, “sou eu, meu companheiro, meus cinco filhos e minha cunhada”.

Relativamente ao número de elementos que compõem os agregados, verificou-se que a maioria (treze agregados) é composta por três a cinco elementos (E2, E3, E5, E8, E9, E10, E11, E12, E16, E20; E22, E23, E24). De seguida, analisou-se nove agregados compostos por mais de cinco pessoas (E1, E6, E13, E14, E15, E17, E18, E25, E26) e, por último, quatro agregados compostos por menos de três pessoas (E4, E7, E19, E21).

Quanto ao estado civil, como podemos ilustrar, 50% da amostra é solteira (correspondente a treze entrevistadas), 19% vive em união de facto (correspondente a cinco entrevistadas), 15% são casadas (correspondente a quatro entrevistadas), 12% são viúvas (correspondente a três entrevistadas) e 4% é divorciada (correspondente a uma entrevistada). Esta informação é apresentada na Figura 2, abaixo.

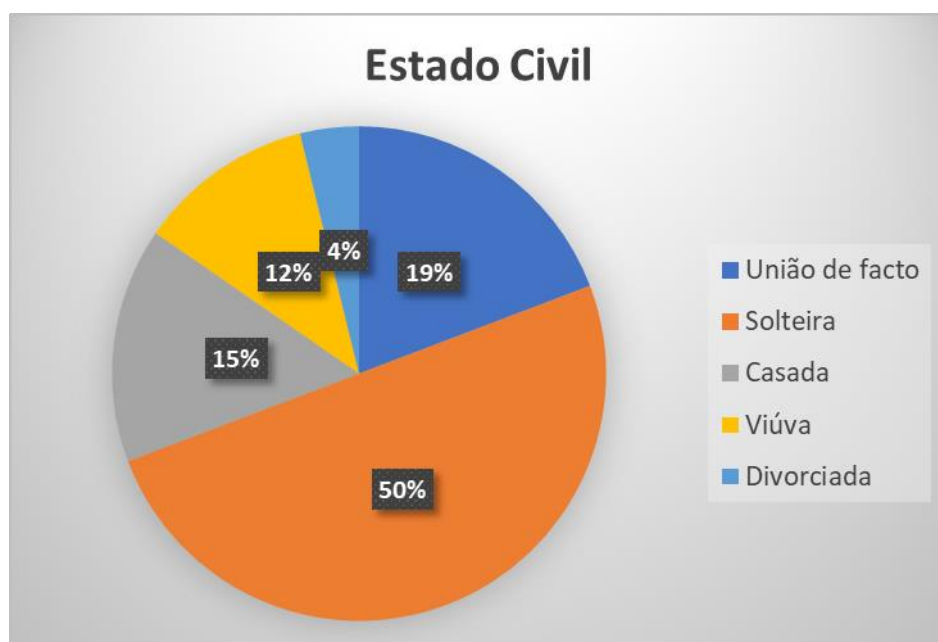


FIGURA 2 – ESTADO CIVIL

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas

3.1.5 Habitação

Relativamente à situação habitacional, todas as entrevistadas referiram residir em habitações camarárias arrendadas “camarária arrendada”, exceto duas entrevistadas (E3, E20) que referiram possuir casa “própria”.

3.1.6 O que é prioritário (vida pessoal, o trabalho ou a família)

Da análise efetuada, resultou que a maioria das entrevistadas prioriza a família, sendo no total catorze entrevistadas (E5, E6, E7, E8, E9, E10, E14, E15, E16, E17, E21, E24, E25, E26) “a minha prioridade é a família”, “para mim a família está em primeiro lugar”, “prioridade para mim são os meus filhos (...) acima de tudo são sempre eles”, “neste momento é a família”, “a família está primeiro lugar”.

Em segundo lugar aparece o trabalho como prioridade, estabelecida por sete entrevistadas (E1, E2, E3, E4, E12, E13, E18) “a minha prioridade é o trabalho”, “a prioridade nº1 é o meu trabalho”, “primeiro é ir trabalhar”, “prioridade é o trabalho”.

Em terceiro aparece a vida pessoal como prioridade para duas entrevistadas (E11, E23) “prioritário é a minha vida pessoal”; “já ultrapassei muitas dificuldades pelo que, neste momento, a minha prioridade é sentir-me bem”.

As restantes três entrevistadas não estabelecem qualquer prioridade entre os três aspetos (E19, E20, E22) referindo que conseguem conciliar facilmente as três situações, sendo que uma referiu conciliar o trabalho e a vida pessoal durante a semana, priorizando a vida familiar aos fins-de-semana “cada um tem a sua devida importância, são todas uma prioridade”, “tento conciliar o trabalho com a vida pessoal, aos fins de semana compensamos a vida familiar, passando mais tempo juntos”, “por ser mãe solteira com filhos maiores de idade e a trabalhar, a conciliação é fácil”.

3.1.7 Realização das tarefas domésticas

A maioria das entrevistadas, concretamente, dezanove (E2, E3, E5, E6, E7, E8, E10, E11, E13, E14, E15, E17, E19, E20, E22, E23, E24, E25, E26) referiu que as tarefas domésticas são divididas entre todos “dividimos por todos”, “dividimos as tarefas entre todos”, “toda a gente faz tudo”, “dividimos cada um com a sua tarefa”.

Cinco entrevistadas (E1, E9, E12, E18, E21) referiram que, apesar de contar com o apoio de alguns familiares, são elas que executam a maioria das tarefas domésticas, pese embora uma tenha justificado que o faz por combinação familiar e duas por se encontrarem reformadas “eu tenho de fazer tudo, apenas a filha mais nova ajuda”, “sou eu quem faço a limpeza os filhos ajudam, mas é muito pouco”, “agora sou eu a fazer porque a minha filha está a trabalhar e eu estou reformada”, “tarefas aqui em casa sou eu que as faço a maior parte delas”, “as tarefas domésticas ficam sempre a meu cargo, tratando o meu filho unicamente do seu quarto. Foi assim estabelecido entre nós”.

Duas entrevistadas (E4, E16) referiram serem as únicas a realizar as tarefas “quem faz as tarefas sou eu”, “aqui em casa sou eu que faço tudo”.

3.1.8 Carências

Verificou-se que dez entrevistadas não identificaram qualquer tipo de carência no seu seio familiar (E5, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E16, E17, E22) “eu só sentia carência quando era pequenina, quando eu ainda vivia com os meus pais, porque eles achavam que se nos dessem carinho e afeto estariam a ser fracos”, “não tenho carências”, “não temos falta de nada”, “não tenho razão de queixa”, “por enquanto não sentimos carências” “necessidades não sinto, por acaso não”.

As carências que mais se registaram foram as económicas, identificadas por sete entrevistadas (E1, E13, E14, E19, E21, E25, E26) “eu sou carente de tudo, carente de dinheiro, de atenção, amor, carinho, alimentar (...) a minha família não coopera comigo”; “sinto dificuldades em pagar contas, luz, água (...) as minhas dificuldades são económicas”; “a maior dificuldade que eu sinto em casa é a económica”; “a situação económica nem sempre é a mais favorável”; “carências económicas”.

As carências que aparecem em segundo lugar são as afetivas e emocionais, identificadas por cinco entrevistadas (E1, E3, E4; E6, E24), seguidas da falta de iniciativa, motivação e de cooperação identificadas por cinco entrevistadas (E1, E4, E15, E18, E20) “os meus filhos sentem mais a minha falta”; “falta de atenção, falta de cooperar”; “falta um bocadinho de empatia nas pessoas”; “sinto-me por vezes sozinha”; “falta de motivação que, por vezes, quase ninguém tem”; “as carências sentidas são a falta de empenho e de cooperação nas atividades”.

Importa referir que uma entrevistada (E1) referiu sentir carências a todos os níveis “Eu sou carente de tudo, carente de dinheiro, de atenção, amor, carinho, alimentar (...) a minha família não coopera comigo”.

Salienta-se, também, o referido por outra entrevistada (E23): “as dificuldades são coisas transversais, acontecem a toda a gente”.

3.1.9 Manifestação de afeto

À exceção de uma entrevistada (E1) que referiu não existir manifestação do afeto para consigo “não existe manifestação de carinho ou de amor para comigo”, todas as entrevistadas verbalizaram existir manifestação de afetos, demonstrado de variadíssimas formas, nomeadamente, através de abraços, beijinhos, confecção de alimentos, chamadas telefónicas, limpeza da casa, conversas, aconselhamentos, risos, brincadeiras, entre outros “quando estou em casa tentam agradar-me, dão beijinhos, abraços e ajudam-me a cozinhar”; “eles ligam constantemente a perguntar onde estou, quando chego cansada querem fazer uma comida, querem manter a casa arrumada só para me poderem agradar”; “eu sempre fui de afeto, muitos toques, abraços, beijinhos, eu gosto muito de dizer eu te amo, portanto, existe afeto em minha casa”; “dei-lhe tudo o que eu podia”; “é falando todos os dias e contando os nossos problemas uns aos outros (...) temos que nos apoiar”; “somos todos amigos uns dos outros. Olha este neto aqui no meu colo (...) ele às vezes também quer dormir comigo”; “aquilo que eu sinto é aquilo que eu transmito (...) eu não sou muito de dar abraços, beijinhos, mas de vez em quando lá vai um abraço, um beijinho nas datas mais especiais (...) o meu filho que está sempre a dar abraços (...) Os meus sobrinhos também”; “tratamos bem um ao outro, com amizade, com todo o carinho, até porque nesta velhice temos de estar unidos”; “meus filhos quando vêm cá querem fazer coisas, limpezas, preocupam-se connosco, estão sempre a perguntar coisas, se nos sentimos bem, verificam as cartas e toda a correspondência (...) os meus netos dão-me beijinhos, são muito apegados a mim e ao avô, todos tratam-me por mamã e ao avô por papá”.

Ainda sobre a manifestação de afetos, salienta-se que uma entrevistada (E4) referiu que os afetos nem sempre são manifestados “às vezes sim, às vezes não” e que outra entrevistada (E21) referiu “a nível físico não existe, mas as manifestações de carinho são demonstradas de outra forma, somos uma família muito próxima”.

3.1.10. Organização conjunta da vida familiar

Relativamente à organização conjunta da vida familiar, a maioria das entrevistadas (vinte) referiram organizar-se em família, seja com os seus maridos/companheiros, seja com os filhos (E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E12, E14, E15, E16, E17, E18, E21, E22, E23, E24, E25, E26).

Conforme as expressões descritas, para preparem qualquer iniciativa, situação ou projeto, costumam reunir em família, conversar, analisar as situações e depois decidir “tento conversar com o meu marido primeiro, tentamos organizar e decidir e depois comunicamos aos filhos”; “fazemos uma reunião e todos têm de contribuir”; “é sempre entre eu e o meu marido (...) falamos sempre os dois, de noite, deitados, organizamos, planeamos e concretizamos. Comunicamos aos filhos se for algo relacionado a eles e que eles entendam”; “eu por regra no final do ano traço os objetivos, tenho sempre uma meta (...) nós temos muito diálogo (...) prefiro reunir todos em grupo para tomar decisões em conjunto”; “organizo tudo com a minha filha”; “organizamos em conjunto e dividimos tudo, cada um paga uma coisa, cada um paga uma despesa”; “sentamos, conversamos, pomos alguns planos, ponderamos também sempre alguma coisa (...) e avançamos”; “a opinião de cada um é válido, inclusive, mesmo a minha filha que já não vive lá em casa dá a sua opinião, falamos e depois do parecer de todos agimos”; “em termos de organização era mais o meu pai a organizar tudo (...) eu falo com a minha mãe, falamos com os meus irmãos e depois a última palavra é sempre do meu pai”.

Verificou-se que quatro entrevistadas referiram organizar-se sozinhas (E1, E2, E8, E13), uma por falta de interesse da família, as outras por vontade própria ou por serem famílias monoparentais “não organizamos em família, nunca reunimos para conversar porque não mostram interesse”; “eu organizo e decido sozinha e depois chamo os meus familiares para comunicar a minha decisão”; “sou eu que organizo, são menores e eu não vivo com o pai dos meus filhos”; “sou viúva, eu sou a responsável, organizo sozinha”.

Verificou-se também que duas entrevistadas referiram que nem sempre pensam em conjunto (E19, E20) “nem sempre pensamos em conjunto”; “nem sempre, por falta de tempo”.

3.1.11. Partilha de responsabilidades/Tomada de decisões

A maioria das entrevistadas, no total de dezasseis, referiram que as responsabilidades são partilhadas e as decisões tomadas em conjunto com os seus maridos, companheiros, filhos ou irmãos (E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10, E11, E14, E15, E16, E17, E23, E24, E25, E26) “as responsabilidades são partilhadas entre mim e o meu marido”; “não tenho marido nem filhos, as responsabilidades são divididas com os meus irmãos (...) as decisões são tomadas em conjunto”; “relativamente aos nossos filhos, somos os dois responsáveis por eles, ambos decidimos”; “com os filhos mais novos eu sou a responsável e tomo as decisões após conversa prévia com os próprios e com os filhos mais velhos, no entanto, se tiver mesmo de articular com o pai deles eu faço-o sem problemas”; “no geral sou eu quem decido, mas entramos em comum acordo, falamos e decido”.

Cinco famílias monoparentais (E2, E8, E13, E18, E21) referiram que as responsabilidades e decisões são tomadas por elas próprias “a minha família continua a ser monoparental, por isso desde sempre fui a única responsável”; “sou eu que tomo as decisões”; “quem decide aqui sou eu, depois digo-lhes, elas não tomam decisões”; “nesta casa tudo aquilo que faço eu projeto e faço sozinha”; sou eu quem assumo todas as responsabilidades”, ou pela filha (E12) “quem toma a decisão é a minha filha, ela vive aqui comigo e ela quem mais decide”

Todavia, duas entrevistadas (E19, E20, E22) referiram que “algumas decisões são tomadas individualmente”; “nem sempre”; “há decisões sobre a família que são tomadas por mim enquanto matriarca e há decisões que são tomadas a título individual”, pressupondo que há decisões individuais e conjuntas.

Apenas uma entrevistada (E1) a viver em união de facto, é a única a fazer tudo e a decidir tudo “não tomamos decisões em conjunto, sou eu sozinha a fazer tudo e a decidir tudo”.

3.1.12. Deslocações a Cabo Verde

Das entrevistadas que nasceram em Portugal, cinco referiram nunca terem ido a Cabo Verde (E10, E15, E17, E21, E25) “nunca fui”; “não conheço Cabo Verde”.

Das entrevistadas que nasceram em Cabo Verde, cinco referiram não terem voltado mais ao seu país de origem (E4, E7, E19, E20, E24) sem, no entanto, especificar o motivo “não fui a Cabo Verde desde que cá cheguei”; “nunca mais voltei a Cabo Verde; “não visito”.

As restantes entrevistadas (dezasseis) já foram a Cabo Verde uma ou mais vezes (E1, E2, E3, E5, E6, E8, E9, E11, E12, E13, E14, E16, E18, E22, E23, E26) “fui uma vez a Cabo Verde”; “eu já fui duas vezes”; “já fui inúmeras vezes”.

Analisou-se que seis entrevistadas pensam um dia viver em Cabo Verde, especificamente, na idade da reforma (E2, E3, E6, E7, E8, E15), sendo que três delas nasceram em Portugal “penso em ir viver para Cabo Verde (...) na reforma”; “viver em Cabo Verde só depois da reforma”; “Cabo Verde é um dos sítios que eu gostaria de ir viver”; “penso que um dia irei findar na minha terra, na altura da reforma e se tiver uma qualidade de vida que não vá depender de ninguém”.

Duas entrevistadas não sabem se um dia irão viver em Cabo Verde (E16, E23) “ir viver para Cabo Verde não sei, depende de como a vida for seguir”; “quando eu me reformar talvez”.

As restantes dezoito entrevistadas (E1, E4, E5, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E17, E18, E19, E20, E21, E22, E24, E25, E26) não pensam regressar ou viver em Cabo Verde por diversos motivos, entre os quais, a falta de suporte familiar consistente, não possuírem lá casa, falta de recursos médicos e terapêuticos ou, simplesmente, não terem vontade de ir para lá vive “viver lá está fora de questão”; “já não tenho lá ninguém”; “ficar lá é difícil (...) vou ficar aqui ao pé dos meus filhos”; “a situação que eu tenho de saúde não dá para ir viver em Cabo Verde”; “nunca estive nos meus planos e viver em Cabo Verde”; “já não penso viver em Cabo Verde porque aqui tenho os cuidados de saúde que necessito”.

3.2 Situação Laboral

Neste ponto serão analisados questões relacionados com o exercício da atividade profissional, designadamente, as motivações e expectativas, aspetos positivos e negativos e a situação socioeconómica das entrevistadas. Pretende-se essencialmente saber as suas profissões, o grau de satisfação no exercício das suas atividade e se os seus rendimentos lhes garante uma vida digna.

3.2.1 Motivações e Expectativas

Podemos verificar no gráfico circular abaixo (Figura 3), bem como na Tabela 1, que as entrevistadas exercem atividade profissional em diversas áreas, tendo sido identificadas as seguintes profissões: empregada doméstica, cozinheira, empregada de balcão, agente de geriatria, auxiliar da ação educativa, peixeira, ajudante de cozinha, empregada de mesa e bar, consultora imobiliária, secretária e vigilante.

Importa referir que quatro entrevistadas já se encontram reformadas (E, uma encontra-se desempregada e uma outra referiu ter várias profissões).

Da análise ao referido gráfico circular (Figura 3) sobressai o trabalho como empregada doméstica (23% da amostra) (E1, E4, E7, E10, E11, E14) e na área da restauração, concretamente, ajudante de cozinha (8%), empregada de balcão (8%), empregada de mesa e bar (4%) e cozinheira (4%), totalizando estas duas áreas quase 50% da amostra (E2, E3, E5, E17, E18, E26).

A maioria das entrevistadas que trabalha como empregada doméstica exerce a atividade em várias casas, e outras, apesar de reformadas continuam a trabalhar na profissão, mantendo as mesmas casas (E12, E16) “tenho a minha patroa antiga, até hoje”; “eu estou reformada, mas ainda trabalho como doméstica em casa de patroas, numa das casas estou há 18 anos, há outras que já nem sei”.

Importa referir que todas as entrevistadas reformadas trabalhavam como empregadas domésticas ou em limpezas antes da reforma (E9, E12, E16, E24) “fiz limpeza de obras, um trabalho muito duro” “trabalhei em firmas de limpeza em Lisboa”.

Relativamente à área da restauração, apenas uma entrevistada é cozinheira e trabalha por conta própria (E2).

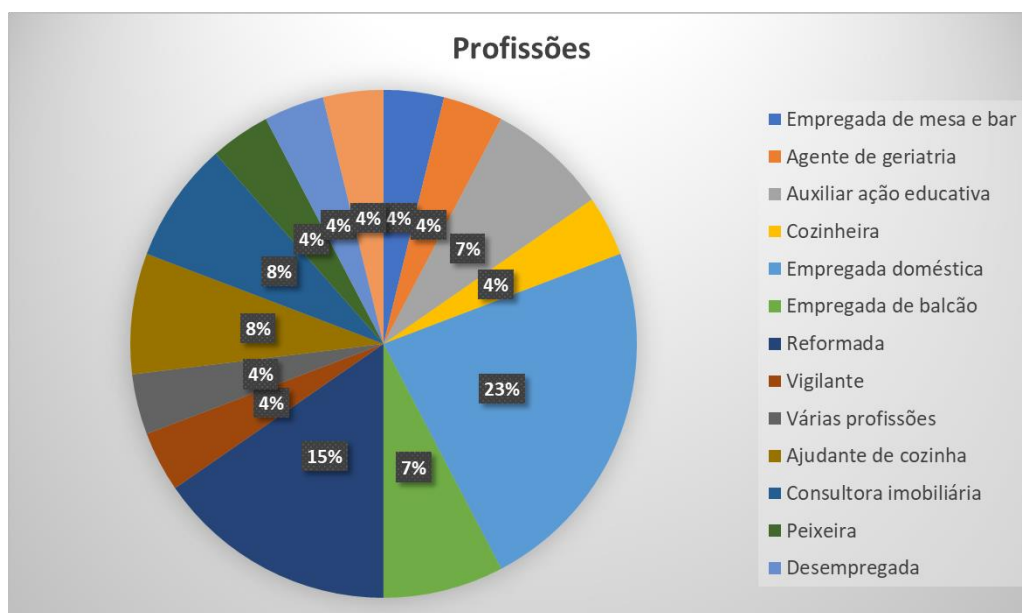


FIGURA 3 - PROFISSÕES

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas

Quanto a motivações, todas as entrevistadas referiram o gosto pelo trabalho, como a sua principal motivação, excepto uma (E10). “Eu gosto do que faço”; “gosto do que faço e faço com amor”; “sou cozinheira, adoro cozinhar, nunca me faltou motivação”; “faço com gosto e muito boa vontade”; “gosto de trabalhar na cozinha e também como aquilo é uma escola também gosto de trabalhar com crianças”; “tenho motivação desde o momento que me sinto feliz”; “sinto-me motivada por tudo aquilo que faço”.

Relativamente à E10 “gostar do que faço não, porque eu gosto mesmo é de cozinha”.

Quatro entrevistadas que exercem ou exerciam atividade na área das limpezas referiram não ter muitas expectativas, umas porque consideram que o seu trabalho não é reconhecido nem valorizado (E7, E24), outras porque gostariam de fazer outras coisas, sem especificar que coisas (E4, E14) “mas nunca somos valorizados daquilo que fazemos porque pensam que é fácil, é muito esforçado e através deste trabalho esforçado que eu hoje estou com problema de saúde”; “o pessoal das limpezas não é valorizado, não existe progressão para as que não têm estudos”; “gostaria de fazer outras coisas”; “não acho que vou progredir nisto, até porque o meu objetivo é outro”.

Algumas referiram também que a sua baixa escolaridade não lhes permitiu criar grandes expectativas (E8, E11), contudo sentem-se agradadas por terem um rendimento mensal que lhes garante a vida melhor que almejaram, pese embora

algumas tenham referido que o rendimento é baixo e que podia ser melhor “acho que não ganho bem para trabalho que faço, mas gosto, também faço pelas crianças, gosto de estar envolvida no meio delas (...) aprendo com elas e também ensino todos os dias (...) Motivada sinto por elas, não pelo trabalho porque é bastante trabalho, pouco dinheiro e horários, é bastante tempo”; “como a minha habilitação só dá para este trabalho, então eu faço com gosto e muito boa vontade”.

Salienta-se que duas consideraram bons os seus rendimentos enquanto empregadas domésticas (E4, E16) “tenho um bom rendimento, pagam bem”; “os rendimentos deram para organizar até agora e ainda continuam a dar”.

Relativamente às que trabalham na área da restauração uma entrevistada considera que não irá progredir (E5) “acho que neste trabalho não vou progredir”, enquanto outra (E17) considera que existem condições para progressão “expectativas de progressão nesse trabalho acho que sim”.

Salienta-se o referido pela E6 que considera que o trabalho como cuidador de idosos não é valorizado “fui cuidadora de idosos, pessoas na fase final com cancro (...) É um trabalho muito gratificante, pouco remunerado, é muito mal pago pelo valor sentimental, pelo afeto que a gente tem com as pessoas, pelo trabalho que exige muito psicologicamente e fisicamente”, e o referido pela E10 “estou neste porque a situação não permite que tenha outra coisa”.

Relativamente às restantes profissões, oito entrevistadas (E2, E3, E5, E18, E21, E22, E25; E26) referiram sentir-se motivadas e com expectativas de progressão, seja através dos estudos (cursos de formação), seja através de aumento salarial, negócio próprio ou simplesmente pelo gosto que têm no que fazem “expectativas de progressão, abrir pelo menos mais um restaurante, é isso que espero”; “tentamos sempre progredir”; “mas quero progredir, ter um negócio próprio”; “agora sou gerente da cantina do pessoal”; “tenho expectativas de aumento de rendimento”; “tenho grande expectativa de progressão”; “perspetivas de progressão sim, queria terminar o 12º ano”; “perspetivas de progressão, gostava de fazer um curso de cozinha porque não tenho”.

3.2.2 Aspetos negativos e positivos

Os aspetos negativos mais identificados foram baixo salário, falta de reconhecimento, má relação entre os colegas, desvalorização, críticas, comentários e desavenças entre os clientes, barulho, horários e carga horária, não ter uma banca,

cansaço, falta de organização, não ter um ordenado fixo, não ter tempo para cuidar da sua própria casa “triste é limpar a casa dos outros enquanto a minha casa fica suja”; “aspetos negativos as críticas, os comentários dos clientes, os vizinhos a queixarem-se do barulho, a confusão na porta do restaurante”; “aspetos negativos se calhar a carga horária”; “o negativo é que o trabalho não é reconhecido, para além de ser muito mal remunerado”; “aspeto negativo é bastante trabalho e pouco dinheiro”; “o trabalho não era bom porque era trabalhar no gelo, mas não tinha outra solução”; “o aspeto negativo eram as colegas”; “vender peixe assim é triste porque eu não tenho banca, tenho de vender na rua, uns pagam, outros não pagam”; “o aspeto negativo é não ter um ordenado fixo”.

Importa referir que cinco entrevistadas não apontaram qualquer aspecto negativo em relação ao seu trabalho (E10, E11, E16, E20, E23) “de momento não vejo muita coisa negativa, quase nada”; “aspeto negativo não tenho” “não tenho queixas”.

Os aspetos positivos mais identificados foram a relação positiva que criaram com os patrões e com os clientes, baseada no respeito e apreço mútuo, o gosto por aquilo que fazem, o facto de terem um salário/rendimento, a criação de novas amizades, a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos - “positivo o gosto pelo trabalho, ter um salário para pagar algumas contas”; “aspetos positivos, ótimo, adoro, muitas amigas, pessoas de infância, clientes de fora, adoro”; “aspetos positivos, conhecer sempre novas pessoas e apresentar-lhes o nosso produto”; “positivos é a relação de amizade com as minhas patroas, elas confiam em mim, desabafam comigo”; “aspeto positivo é preciso gostar para ter esta profissão de cuidadora de idosos”; “é um bom patrão (...) somos mais uma família do que uma relação patrão empregado”; “positivo as relações humanas e ajudar as pessoas”; “aspeto positivo é o bom ambiente laboral e perspectiva de progressão”; “o facto de poder ter um ordenado bastante acima da média é muito positivo”; “positivo era ter um trabalho, ter um rendimento, saber que apesar de não saber ler nem escrever trazia um salário para casa”; “positivo, ganhei grandes experiências convivendo com as pessoas, porque toda a gente tem algo para dar e algo para receber”.

3.2.3 Situação socioeconómica

Quanto à situação socioeconómica, treze entrevistadas consideraram a sua situação estável/ razoável, permitindo-lhes viver condignamente (E2, E3, E5, E8, E10, E11, E12, E16, E18, E19, E20, E23, E25). No entanto, algumas beneficiam de apoios

sociais e/ou de familiares. Outras referem, ainda, que apesar de terem uma situação razoável, conseguem por vezes com esforço, fazer alguma poupança “dá para viver dignamente”; “dá para viver uma vida digna”; “dá para conciliar”; “vida condigna tento fazer por isso, mas não é fácil; “vou conciliando com o dele (marido) e chega”; “dá para o dia-a-dia (...) estou estável”; “sim (...) neste momento como vivo na casa dos meus pais estou bem”.

Verificou-se que nove entrevistadas consideraram que a sua situação socioeconómica não lhes garante uma vida condigna, referindo igualmente que sobrevivem com apoios sociais ou de familiares (E1, E6, E7, E9, E13, E14, E21, E17, E24) exceto uma (E21), que referiu não receber qualquer ajuda “a minha situação socioeconómica é fraca (...) tenho apoio de RSI e de Banco Alimentar”; “tenho apoios sociais sim, tenho banco alimentar, tenho abono das crianças (...) recebo pensão de alimentos das crianças, tenho apoio dos meus pais e também dos meus irmãos”; “a minha situação está complicada (...) eu não tinha apoio do Estado, mas da minha família sim”; “O dinheiro da reforma não dá para viver tranquila”; “eu sobrevivo com uma pequena pensão de viuvez do meu marido, não dá para fazer nada (...) está mau (...) tenho o banco alimentar”; “não me dá para viver uma vida condigna (...) “Banco Alimentar uma vez por mês”; “não dá para garantir uma vida condigna (...) Considero má porque vivemos com muitas privações (...) sim, do banco alimentar”.

Uma entrevistada (E26), referiu que a sua situação socioeconómica é instável “às vezes garantem uma vida condigna, tem meses que sim, tem meses que não”.

Apenas duas entrevistadas referiram ter boas condições económicas e conseguir fazer poupança (E4, E22,) “ganho bem e dá para pagar as contas e para fazer uma economiazinha”; “tenho uma situação socioeconómica estabilizada”.

3.3 Hábitos e vivências culturais – tradições

Neste ponto serão abordadas questões relacionadas com os hábitos, costumes e práticas tradicionais de Cabo Verde, procurando perceber a sua relação com as outras culturas e as vivências quotidianas no bairro, salientando-se os aspetos positivos e negativos.

3.3.1 Hábitos, costumes e tradições

Os hábitos, costumes e tradições de Cabo-Verde estão enraizados na comunidade. Vinte e quatro entrevistadas (E1, E2, E3, E4, E5 E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E22, E23, E24, E25, E26) referiu que a cultura e a tradição se manifestavam nas cerimónias religiosas, fúnebres e festas particulares, pois a comunidade une-se para cumprir a tradição de cozinhar para os presentes, rezar e conviver, sobressaindo o espírito de solidariedade e de entreaajuda “festejar as cerimónias religiosas (...) o espírito de entreaajuda é grande (...) juntámo-nos para prestar solidariedade sempre que morre alguém”; “é costume juntar-se nos funerais e nas festas, existe um grande espírito de solidariedade e de entreaajuda nessas situações, algumas atividades são também excursões, passeios, temos por hábito cozinhar pratos tradicionais cabo-verdianos”; “os valores enraizei todos (...) eu amo tudo que é de Cabo Verde (...) quando há festas ou mortes eu vou e faço tudo o que se faz”; “tento ensinar aos meus filhos o crioulo, sabem dançar a dança da cultura cabo-verdiana, eles têm que aprender os dois lados e têm que saber que têm pais cabo-verdianos e nasceram em Portugal”; “aqui no bairro vivemos como irmãos, quando está sol sentamo-nos ao sol, chamamos alguns colegas, aqueles com quem nos damos melhor e convivemos”; “as festas nós só vamos quando somos convidados, mas as mortes temos que ir mesmo sem ser convidado”.

A segunda manifestação de cultura e tradição mais referida (vinte entrevistadas) foi a confeção de pratos tradicionais de Cabo Verde, mais concretamente a cachupa, mandioca, guisado, cuscuz, xerém, feijão, entre outros (E1, E2, E3, E4, E5 E6, E7, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E24, E25, E26) “faço pratos típicos de Cabo Verde”; “cozinho cachupa, congo, feijão, cozinho tudo”; “fazemos uma cachupa, uma mandioca, um arroz e um guisado”; “faço cachupa, cuscuz, xerém, feijão”.

A manifestação seguidamente referida foi a língua cabo-verdiana, o crioulo, tendo sido referida por treze entrevistadas. Todas as entrevistadas falavam crioulo, exceto uma (E10) que apenas o compreende “a língua infelizmente não sei falar bem, mas percebo”; “falar crioulo é aquilo que me faz estar mais à vontade”; “a língua cabo-verdiana toda a gente fala crioulo”; “falamos crioulo com toda a gente, aqui em casa é mais crioulo”; “falamos todos crioulo, a língua que nos une”.

Por fim, aparecem a música e a dança como hábito cultural, referida por dez entrevistadas (E6, E10, E11, E12, E13, E4, E15, E17, E18, E24) “convivo com batuque, tabanca, morna, coladeira”; “tudo que tínhamos lá também fazemos aqui, gosto de batuque, gosto de dar com torno, brinco”; “eu gosto de batuque, sei dar batuque,

sei dançar”; “ouve-se música de Cabo Verde e há pessoas que tocam ferro gaita”; “existe muita música cabo-verdiana aqui no bairro funaná, batuque, coladeira mornas”.

Importa referir que uma entrevistada (E5,) referiu não concordar com a prática tradicional de se oferecer comida nas cerimónias fúnebres, devido ao elevado valor monetário que a família enlutada despende numa situação de dor e de consternação. Contudo, referiram respeitar essa tradição “eu respeito a nossa cultura, mas não quero seguir nem passar isso para os meus filhos, por exemplo se alguém morrer na minha família eu não vou querer fazer esse tipo de coisas culturais porque acho que é um momento de dor”.

Salienta-se também o referido pela E6 que considera que a nova geração tem de mudar a forma de pensar e de agir “nós estamos em pleno século XXI e temos de mudar a maneira de pensar e a maneira de agir, não é porque os nossos pais foram que nós também temos de ser. (...) hoje em dia a mulher é mais independente, coisa que antigamente não era. A nível dos filhos, antigamente os filhos respeitavam mais os pais e hoje não respeitam tanto”.

Importa, ainda, mencionar o referido pela E25 relativamente aos hábitos culturais “faço pratos e doces de Cabo Verde (...) no bairro da Pedreira dos Húngaros vivíamos mesmo como se estivéssemos em Cabo Verde, vivíamos de porta aberta, visitávamos uns aos outros, sentávamos na rua a apanhar sol ou a fazer algumas tarefas como pisar o milho para cozinhar cachupa, descascar feijão, estender a roupa no estendal de rua”.

3.3.2 Relação com outras naturalidades e culturas

As entrevistadas foram unânimes em referir a existência de relações com outras nacionalidades e culturas. No entanto, a convivência maior acontece entre os próprios cabo-verdianos “eu convivo com todas as culturas”; “é fácil, damo-nos bem, o povo cabo-verdiano é um povo muito simpático, acolhedor, amigo, imensas festas, nós gostamos disso, é tudo muito bonito”; “tenho amigas cabo-verdianas, e amigas de outras nacionalidades, outras culturas, saímos para passear e fazemos um pouco de tudo”; “nos bairros as pessoas têm tendência em ser mais humildes, logo, é mais fácil cultivar a amizade entre todos e existe alguma relação de proximidade entre todos”; “dou-me bem com toda a gente, de todas as raças, de todas as etnias, não tenho inimigos”; “eu falo com todos no bairro independentemente de serem cabo-verdianos ou

não (...) A relação de proximidade é mais com cabo-verdianos, mas também tenho muitos portugueses”.

Porém, relativamente à convivência, cinco entrevistadas referiram conviver pouco, seja com cabo-verdianos, seja com outras nacionalidades, por terem sido habituadas a poucos convívios sociais (E4, E5, E10, E20, E21) “gosto mais de viver sozinha, particular, o convívio aqui é muito pouco”; “sempre fui particular por isso não tenho relação de muita proximidade com muita gente”; “não tenho esse hábito de proximidade, não fui habituada”; “não tenho relação com pessoas de outras culturas no bairro, fora do bairro até tenho”.

3.3.3 Vivências na comunidade

A maioria das entrevistadas (catorze) referiu que a vivência entre os adultos era pacífica, pautando-se por relações de amizade, espírito de solidariedade, entreaajuda e união entre as pessoas, seja em ocasiões festivas ou em momentos de crise (E2, E3, E10, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20, E22, E23, E24, E25) “os cabo-verdianos são alegres, são unidos entre eles”; “colaboramos muito uns com os outros”; “aqui entre nós temos uma união que eu gosto”; “positivo é a amizade, a boa convivência e relação com os vizinhos, principalmente aqueles que já eram da Pedreira dos Húngaros”; “acho que o povo está unido e colaboramos uns com os outros, pese embora cada um na sua casa (...) nos momentos de luto visitamos uns aos outros, damos conforto e procuramos a melhor forma de apoiar”; “há muito espírito de solidariedade, entreaajuda, união, amizade, é tudo muito bonito, mas, também na parte negativa são uns demónios”.

Duas entrevistadas referiram que saem de manhã para ir trabalhar e regressam à noite, pelo que pouco ou nada têm a reportar sobre as vivências no bairro, frisando, contudo, que respeitam e sentem-se respeitadas por todos, sendo que a zona onde habitam é calma - comparada com a zona mais acima, onde predomina o comércio (E11, E12) “eu saio de manhã e chego sempre noite, dou-me bem com toda a gente, não tenho queixas de ninguém”; “não tenho problemas com ninguém, a polícia não vem cá e graças a Deus estamos bem, mas lá para cima ao pé do Jumbo é pior”.

Duas entrevistadas (E4, E13) referiram que no bairro é cada um na sua casa, de forma bastante distinta da altura em que residiam nos bairros de lata, onde se vivia de portas abertas, pelo que não têm muito a dizer sobre as vivências nesta comunidade.

de “no bairro é que cada pessoa é dentro da sua casa, já não há muito convívio”; “não vejo nada porque eu não saio, estou sempre dentro da minha casa, está tudo bem”.

Uma entrevistada acrescenta “muitas vezes pensamos “essa criança não está bem”, mas nós não chegamos ao pé dela para dizer para não haver problemas, nós vemos coisas tortas, mas não dizemos para evitar problemas. Tem muitas coisas que até nos fazem pena, mas não temos como dizer” (E9).

Uma entrevistada considera positivo a comunidade ser composta por uma classe lutadora, que tem vontade de crescer, de ser reconhecida e de se integrar numa sociedade que não seja apenas a do bairro social (E22) “positivo é o facto de a comunidade ser composta por uma classe batalhadora, que tem vontade de crescer, de ser reconhecida e de se integrar numa sociedade que não seja só a do bairro social”.

Ainda sobre os adultos, pelo menos uma entrevistada (E6) referiu a existência dos aspetos negativos, nomeadamente a cobiça, a inveja, o exibicionismo e as críticas do(s) outro(s), sendo que essa crítica também é extensível aos jovens “há muita cobiça, muita inveja as pessoas são exibicionistas (...) temos de mudar isto, temos de ser mais empáticos com as pessoas, cuidar mais da nossa casa e da nossa vida do que da casa e da vida dos outros”.

Relativamente a aspetos menos positivos, foi fortemente criticada a situação dos jovens que passam a maior parte do tempo nos cafés, sem trabalharem e sem estudarem, não indo sequer à procura de uma ocupação.

A maioria das entrevistas (quinze) demonstrou grande preocupação em relação à violência crescente entre os jovens, considerando alguns problemáticos, conflituosos e violentos, principalmente quando estão sob o efeito de substâncias psicoativas (álcool e drogas), chegando a utilizar armas brancas e de fogo durante as agressões. Lamentam que os jovens não estejam a aproveitar as oportunidades que os seus pais não tiveram bem como a falta de vontade e de iniciativa por parte dos mesmos (E1, E3, E4, E5, E8, E9, E12, E14, E16, E17, E18, E19, E22, E24, E25) “aqui os miúdos são muito mal-educados, eles brigam entre eles, esfaqueiam-se, dão tiros, bebem e fazem o que não devem, pronto, este é um bairro de conflitos”; “os jovens hoje em dia, também têm aqueles grupos e se calhar são um bocado rebeldes”; “os jovens muitos bebem e querem boa vida, não gostam de estudar nem de trabalhar, isso é muito mau para a sociedade”; “eu vejo muito é os rapazes que ficam aí enfiados no café, que não fazem nada da vida porque para eles o café mais é mais importante do que a vida deles”; “os jovens que estão nos cafés parados a conversar deviam de ir buscar trabalho

ou buscar um curso para não estarem assim desocupados só a jogar”; “aspectos negativos por vezes a falta de vontade e a falta de iniciativa de alguns jovens”; “infelizmente, os jovens da comunidade têm tudo para ter um futuro melhor do que os pais, mas não aproveitam”.

Duas entrevistadas (E7, E14) referiram o aparato e a carga de violência policial exercida sobre os jovens, ou em contrapartida, a questão de a Polícia nem sequer aparecer quando é chamada “quando há um convívio do cabo-verdianos no bairro e outras pessoas chamam a polícia aí vem um batalhão, batem porque não nos dão valor, enquanto os ciganos fazem mil e umas coisas, chama-se a polícia, mas não vêm”; “os polícias quando vêm ao bairro não respeitam, eles entram logo a matar por tratar-se de um bairro (...) aqui no bairro é tudo ao molho e fé em Deus, batem uns nos outros, dão tiros, dão facadas, e depois é muito complicado porque nem sequer os polícias vão lá no momento”.

Ainda sobre os jovens, uma entrevistada (E18) referiu as corridas de moto a grandes velocidades e o barulho que fazem durante a noite, quando as pessoas necessitam de descansar para se levantarem de madrugada, mas não conseguem ter uma noite de descanso “Aspectos negativos os miúdos a andarem de carros a alta velocidade ou em motorizadas, o barulho que se faz sentir durante a noite e que as pessoas que levantam às 6 da manhã não conseguem ter uma noite de descanso, as drogas que alguns fumam”.

Uma entrevistada (E25) salientou a negligência de alguns pais que deixam crianças de dez, onze anos ficarem na rua até às 4h/5h da manhã “os miúdos de dez, onze anos estão na rua até às quatro/cinco horas da manhã, acho isto muito mal”.

Relativamente ao bairro em si, houve quatro entrevistadas (E5, E10, E21, E23) que referiram que as pessoas que vieram de bairros de lata para bairros camarários não eram cuidadosas nem responsáveis com o lixo que produziam, não sabiam cuidar dos animais, nem do prédio “nem toda a gente que veio dos bairros sabe viver nos bairros camarários”; “as pessoas que têm os seus animais de estimação e não sabem como cuidar deles, nem do prédio”; “o aspeto mais negativo que consigo verificar é o facto de algumas pessoas não serem mais cuidadas no exercício das suas responsabilidades com o lixo que produzem”; “ao entrar nos prédios também vemos organização bem como desorganização, mas isso acontece em todo o lado, não só no bairro (...) Por vezes existem pequenos conflitos num prédio que se podiam resolver localmente”.

Ainda sobre o bairro, uma entrevistada (E26) considerou positiva a existência de redes de apoio às crianças e jovens, nomeadamente as associações de jovens, os clubes de futebol e os treinos de andebol “positivo são as associações, os clubes para os miúdos jogarem a bola, os treinos de andebol e de futebol que temos no bairro”.

Uma entrevistada (E15), desvalorizou as vivências negativas no bairro, referindo que a parte negativa existe e acontece em todos os lugares “negativo eu acho que há em todo lugar, por isso não vejo nada em específico que seja negativo”.

Quanto à ocupação de tempos livres, a maioria das entrevistadas passa-os em casa, aproveitando para fazer algumas tarefas domésticas, ver televisão, dormir, ou então saindo para passear em família (parques, cinema, almoços), em especial as que têm filhos menores a cargo “fico aqui em casa a ver televisão ou na internet”; “em família, passeio, eu tento compensar o tempo que estou longe”; “no meu tempo livre vou ao cinema, vou fazer as compras”; “o meu tempo livre de momento ocupa a falar com os meus filhos e a fazer atividades em família”; fico no sofá a descansar e a ver televisão”; “costumo levá-los aos jogos, costumo ir ver os jogos deles e quando não faço isso estou em casa a ouvir música, a fazer limpezas e organizar as coisas”; “vou ao cabeleireiro a correr, vou às compras, venho para casa tratar da casa e cuidar da cozinha”; “em casa ou nos ensaios da igreja”; “nos meus tempos livres eu meto o meu batuque alto e danço”.

Três entrevistadas (E18, E19, E22) referiram aproveitar o seu tempo livre para fazer exercício físico, concretamente, caminhadas e ginásio “estou num ginásio, faço zumba e caminho”; “faço exercício físico, vou ao cinema, teatro”.

Relativamente ao associativismo, segundo a análise efetuada, este é quase inexistente no bairro. Salienta-se que existe no bairro uma Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora Portuguesa (AMCDP), mas que a maioria das entrevistadas desconhece-a. Importa referir que, das entrevistadas que conhecem e que se tornaram sócias desta associação, apenas uma se mantém (E23), sendo esta a sua própria a fundadora “esta associação foi fundada por mim, com muito orgulho, até hoje é a única associação cabo-verdiana na diáspora em Portugal”.

3.4 Educação e acompanhamento dos filhos

Neste ponto será analisado o percurso escolar das entrevistadas e dos seus filhos, tentar-se-á perceber qual o grau de importância que atribuem aos estudos, o

envolvimento e acompanhamento da situação escolar dos filhos, bem como a sua percepção sobre o insucesso e abandono escolar.

3.4.1 Percurso pessoal e importância dos estudos

Todas as entrevistadas referiram ter crescido em ambientes onde se valorizava os estudos, exceto uma (E2) “não fui criada num ambiente que valorizava os estudos”.

Três entrevistadas referiram nunca ter frequentado a escola (E9, E13, E24) das quais quatro justificaram que na época poucas eram as mulheres que tinham este privilégio, pois dizia-se em Cabo Verde que as meninas iriam aprender a escrever cartas aos namorados “os meus pais valorizavam a escola, mas não nos deixavam ir à escola porque nós éramos do interior e naqueles tempos a mulher não ia à escola”; “a escola era boa, sim davam valor à escola. Puseram-me na escola, mas o meu pai não me deixou frequentar porque diziam em Cabo Verde que as meninas iriam escrever cartas aos namorados”; “a minha mãe valorizava os estudos, mas como eu era menina adaptou-se à época, por isso nunca fui à escola, não sei ler nem escrever”.

Duas entrevistadas (E7, E12), apesar de terem frequentado, não concluíram nenhuma escolaridade, ao que justificaram ter abandonado por dificuldades na aprendizagem e por medo das repreensões verbais e físicas que eram perpetradas aos alunos menos capazes “eu não estudei muito porque na minha cabeça entrava por um lado, saía pelo outro (...) eu larguei a escola”; “sim, mas eu não atinei (...) em Cabo Verde ensinar era com porrada, com orelhas de burro para ficar ao canto da porta, com pedras debaixo do joelho, esticar a mão para levar com palmatórias de três buracos, isso não era educação, não era ensinar os alunos e eu tinha medo (...) Abandonei por causa dos professores”.

Relativamente ao ensino básico, duas entrevistadas referiram ter concluído o 4º ano (E4, E11) duas concluíram o 7º ano (E26, E16) duas concluíram o 8º ano (E2, E17) e sete concluíram o 9º ano (E1, E5, E6, E14, E15, E19, E25).

Relativamente ao nível secundário, sete entrevistadas referiram ter frequentado (10º ano – E8), (11º ano – E18), (12º ano – E3, E10, E21, E22, E23), não tendo, no entanto, esclarecido se concluíram esse nível.

Quanto ao ensino superior, apenas uma entrevistada (E20) referiu ter concluído a licenciatura, tendo considerado o seu percurso escolar bom “tive bom percurso

escolar, considero os estudos muito importante, valorizo bastante os estudos, é fulcral para a vida profissional no futuro”.

Analisada a Figura 4, de acordo com o referido pelas entrevistadas, verifica-se que 27% da amostra estudou até ao 9º ano, 19% até ao 12º ano, e 19% não tem qualquer escolaridade. Verifica-se, também, que 8% da amostra estudou até ao 4º ano, 8% até ao 7º ano, 7% até ao 8º ano, 4% até ao 10º ano, 4% até ao 11º ano e 4% licenciatura.

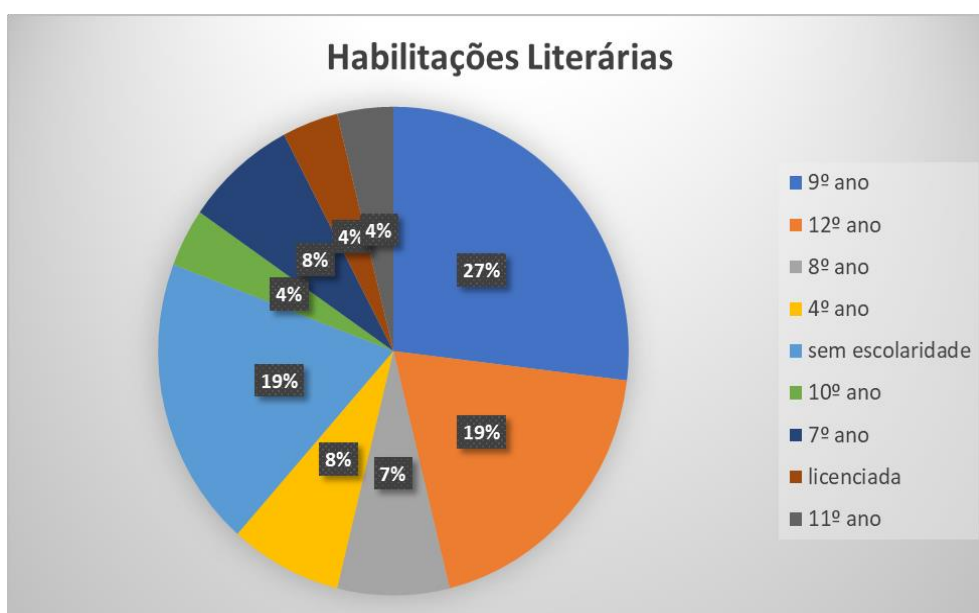


FIGURA 4 - HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Quando questionadas sobre os seus percursos, uma entrevistada classificou-o como péssimo (E2) “o meu percurso avalio péssimo”, outra entrevistada (E25) classificou-o como insatisfatório “o meu progresso nos estudos não foi grande coisa, mas foi por minha culpa”, uma outra entrevistada classificou-o como mau (E26) “o meu percurso foi mau na escola, não foi por falta de incentivo, foi mesmo pela minha cabeça”.

Sete entrevistadas (E7, E17, E19, E21, E22, E25, E26) consideraram que o nível escolar que alcançaram foi baixo, lamentando a situação “eu larguei a escola, mas era muito importante que eu continuasse, só agora é que eu vi”; “o meu percurso escolar foi complicado porque eu não gostava da escola. Agora já dou mais importância ao estudo e estou arrependida de não ter estudado mais”; “se soubesse

não tinha desistido”; “o meu percurso escolar deveria ter sido mais aproveitado, mas devido às vicissitudes da vida não me foi possível. Tenho como objetivo voltar a estudar”; “o meu percurso não foi como devia ter sido, foi irregular. Dou muita importância, tenho em mim um vazio por não ter terminado os estudos, penso em voltar a todo o instante”; “o meu progresso nos estudos não foi grande coisa, mas foi por minha culpa. Eu agora estou a terminar o 12º ano (...) uma pessoa sem escola é uma pessoa burra por não aproveitar as oportunidades neste século que estamos a viver”; “é muito importante os estudos e se fosse hoje, agora, eu estudava mais”.

Três entrevistadas (E5, E14, E18) referiram ter abandonado os estudos por motivos de trabalho, namoro e gravidez, respetivamente “na altura eu era muito nova apaixonei-me pelo meu namorado, hoje é meu marido, fiquei loucamente cega e larguei a escola”; “estudei até ao 5º ano e depois não pude estudar mais devido à minha gravidez, tinha então 14 anos na altura”; “até ao sétimo ano tive um percurso normal, depois, entretanto, como tive filhos deixei de estudar”.

Todas as entrevistadas consideraram a escolaridade como muito importante “para mim a escola é de elevada importância”; “para mim a escola é importante, muito importante, tenho orgulho de vocês que estudaram”; “para mim os estudos é muito, muito importante, só agora aos 45 anos é que tive oportunidade de voltar à escola”; “para mim a escola é uma coisa muito importante, por isso lutei para aprender alguma coisa, trabalhei e estudei ao mesmo tempo”; “valorizo bastante os estudos, é fulcral para a vida profissional no futuro”.

3.4.2 Percurso escolar dos filhos

No que diz respeito ao percurso escolar dos filhos, seis entrevistadas manifestaram tristeza pelo facto de estes terem abandonado a escola (E1, E11, E13, E14, E16, E24) “foi muito triste porque eu deixei-os à vontade e fui trabalhar, a minha vida foi mais trabalhar (...) Quando tentei olhar para a situação escolar já era tarde demais, já tinham abandonado a escola”; “os meus filhos não estudaram muito, mas eu insisti muito com eles, um foi até ao décimo, outro foi até ao 11º e aí ficaram por opção deles”; “os meus filhos estudaram até certa altura abandonaram”; “os dois primeiros, devido à minha idade na altura, eu era adolescente, não tiveram um percurso de escolaridade muito satisfatória”; “os meus filhos foram todos à escola, estudaram até onde quiseram, um chegou ao décimo, outro não terminou 12º, cada um largou, cada um foi

à sua vida”; “os meus filhos tiveram um percurso conturbado, exceto uma filha que seguiu até à universidade e fez uma licenciatura”.

Oito entrevistadas consideraram o percurso escolar dos filhos/irmãos bom, em comparação com os seus percursos ou simplesmente porque o consideram bom (E2, E4, E7, E9, E12, E17, E18, E21) “o meu filho foi até ao 7º, a minha filha foi até ao 11º. (...) O percurso deles foi positivo”; Não tenho filhos, mas apoiei os meus irmãos e tiveram um percurso que considero bom porque estudaram mais do que eu e conseguiram um emprego muito melhor”; “o percurso dos meus filhos foi bom a minha filha foi até ao 12º ano”; “eles todos estudaram e acho que eles aproveitaram bem, pelo menos aproveitaram mais do que eu que não tenho nada”; “sim eles estão a fazer bom percurso escolar e eu estou sempre atenta e a incentivar que estudem”; “até a data o meu filho cumpriu com a sua carreira escolar e tem como objetivo fazer um ano sem estudar para depois ingressar no ensino superior”.

Devido à idade atual dos filhos, sete entrevistadas referem ainda estar a acompanhar os seus percursos e consideram-nos positivos até ao momento (E3, E5, E6, E8, E14, E25, E26) “os mais novos com 12 anos e 10 anos, considero um percurso de escolaridade muito satisfatória até o momento “neste momento está estável graças a Deus”; “o percurso escolar está a ser bom”; “está tudo a estudar, estão bem”; “os mais novos com 12 anos e 10 anos, considero um percurso de escolaridade muito satisfatória até o momento”.

Uma entrevistada referiu estar a efetuar esse acompanhamento com muitas dificuldades, devido aos problemas comportamentais e défice de atenção do filho (E15), “eu sou muito participativa até porque tenho uma peste que me chamam quase todos os dias na escola e tenho de estar muito presente porque ele tem um défice de atenção, tenho de estar muito em cima, não é tanto a aprendizagem, é o comportamento”.

Seis entrevistadas referiram que um filho ingressou na universidade ou concluiu uma licenciatura (E10, E19, E20, E22, E23, E24) “fez universidade no ISLA à noite, trabalhava de dia e estudava de noite, então já é formada em gestão de recursos humanos e está bem, está a trabalhar graças a Deus”; “sou uma mãe orgulhosa, pois a minha filha licenciou-se este ano em relações internacionais”; “muito bom, muito positivo, estudaram em bons colégios em Madrid e em Portugal. Eu acompanhava de perto, supervisionava tudo”; “foi positivo, terminaram a escolaridade obrigatória e a minha filha seguiu para a faculdade”; “uma filha que seguiu até à universidade e fez uma licenciatura”.

Importa referir que uma entrevistada (E14) referiu ter agora uma maior maturidade e estar a acompanhar os filhos mais novos de uma outra forma, para não repetir os erros que fez com os filhos mais velhos “os dois primeiros, devido à minha idade na altura, eu era adolescente, não tiveram um percurso de escolaridade muito satisfatória (...) os mais novos com 12 anos e 10 anos, considero um percurso de escolaridade muito satisfatória até o momento”. Outra entrevistada (E18) considera o percurso de um filho bom por ter concluído um curso profissional e do segundo filho mau devido a dislexia e por ter abandonado a escola “o primeiro filho teve os primeiros anos de estudos satisfatório, no entanto, quando ele chegou ao 8º ou 9º ano foi para um curso de eletricidade e a partir daí acabou o 12º. O segundo filho teve muitas dificuldades a nível das aprendizagens porque ele tinha dislexia”. Outra entrevistada (E24) lamentou o facto de todos os filhos terem abandonado a escola cedo, exceto uma filha que concluiu a licenciatura.

3.4.3 Comunicação e articulação com a comunidade educativa

Da análise efetuada, verificou-se que vinte e três entrevistadas tinham contactos regulares com a escola, seja através de reuniões presenciais, de mensagens na caderneta do aluno ou através de contactos telefónicos “tento sempre estar presente, mesmo com o diretor de turma, através da caderneta do aluno, tento sempre estar informada”; “tenho contatos regulares com a escola”; “eu comunico regularmente com a escola sim, com a diretora de turma (...) Tenho o WhatsApp e falamos todos os dias, um grupo da diretora de turma”; “eu ia a reuniões falava com a diretora falava com os professores, quando as reuniões fossem no horário do trabalho eu não ia, mas eu marcava outro dia à parte”.

Apenas três entrevistadas (E1, E4, E24) referiram que os contactos com a escola eram irregulares, uma porque ficava sempre a aguardar que a iniciativa partisse da escola, a segunda por motivos de trabalho e por não ser o encarregado de educação e a terceira por não saber ler nem escrever e acreditar no que os filhos lhe diziam “a articulação é irregular”; “não comunicava com regularidade porque eu ia trabalhar e o tempo não dava para ir saber de reuniões (...) o responsável pela educação era o meu pai”; “não existia comunicação regular, quase nunca ia à escola. Se os filhos dissessem que estava tudo bem nós acreditávamos”.

Importa referir que duas entrevistadas mencionaram que os contactos eram regulares por iniciativa da escola, devido a comportamentos desajustados dos filhos

(E10, E15) “todas as semanas e os professores ligavam-me. Quando eu ouvia telefone a tocar eu já sabia era da escola”; “eu neste momento vou à escola sempre, vou 2/3 vezes por semana porque o meu filho é muito nervoso, está sempre na briga (...) tenho de estar sempre atenta ao telefone para ir porque ele se enerva eu tenho que ir buscá-lo à escola”.

3.4.4 Perceção sobre o insucesso e abandono escolar

As entrevistadas foram unânimes em dizer que projetos de prevenção do insucesso e do abandono escolar precoce são benéficos para os alunos e que deviam existir em todas as escolas “eu acho bem a existência desses projetos, pena é que os meus filhos não se sentiram incentivados e não souberam aproveitar”; “têm projeto de combate ao abandono escolar e absentismo sim, a Casa Pia tem. Tem uma assistente social que apoia as famílias e aos alunos, está muito bem estruturada a Casa Pia, é um projeto muito importante”; “a escola tinha projeto e é muito bom que as crianças não abandonem a escola”; “concordo, acho bem porque os miúdos precisam de incentivos para saírem da rua e isso é o que falta (...) enquanto os pais estão a trabalhar eles estão na rua e não sabem o que é que poderão vir a ser mais tarde. Por isso é que há muitos miúdos da rua a fazerem assaltos, negligência, muita criminalidade, malta jovem que é um desperdício, muito triste ver miúdos da idade dos meus filhos na marginalidade”; “eu acho que projetos para combater o abandono escolar devem existir porque nesta altura eu tenho quase 30 anos e estou arrependida de não ter acabado a escola, porque agora eu podia estar num emprego melhor”.

Sobre projetos de prevenção do insucesso e do abandono escolar, uma entrevistada (E3) referiu que estes existem em algumas escolas, mas que a forma como se encontram desenhados não favorece os jovens, pois destinam-se apenas a alunos que já reprovaram muitas vezes ou com problemas comportamentais, acabando por se gerar nesse contexto grupos com comportamentos desviantes “tem aqueles cursos de recuperação, mas às vezes não corre muito bem por aquilo que oiço, porque são meninos que já reprovaram muitas vezes e pronto, acaba por ser ali, ativam-se aqueles grupos e às vezes não interessa a ninguém. O projeto de combate ao insucesso e ao abandono escolar deviam ser mudados”.

Duas entrevistadas (E5, E11) referiram que as escolas deveriam sofrer alterações, clarificando que deveria existir uma outra forma de captar a atenção e de beneficiar as crianças/jovens, com atividades/aprendizagens mais práticas “eu não sei de

projetos de prevenção de abandono escolar, mas eu acho que devia existir nas escolas normais para resgatar as crianças do insucesso escolar, pois existem muitas formas de captar a atenção dos jovens (...) as escolas normais deviam sofrer alterações”; “projetos que eu desse conta não, mas acho que devia ter. Eu não sei como explicar, mas sei que a escola devia ter coisas que incentivassem os meninos a irem para a escola. Podia haver nas escolas uma carpintaria, coisas práticas que puxassem os jovens”.

Duas entrevistadas (E7, E26) referiram que a solução encontrada para prevenir o insucesso e o abandono escolar precoce foram os Cursos de Educação Formação (CEF) e os Cursos Profissionais (CP) “a escola tinha projeto e é muito bom que as crianças não abandonem a escola (...) ela não queria e quando decidiu fazer o curso profissional eu disse, olha é melhor agarrar um profissional do que abandonar”; “eu acho que a escola devia ter alguma coisa para ajudar, para prevenir, para evitar que os miúdos abandonem a escola. Podia ser cursos para ajudar”.

Três entrevistadas (E4, E12, E15) referiram que as atividades desportivas após as aulas e o apoio escolar (explicações) de que alguns jovens beneficiaram ajudou muito ao nível da prevenção do insucesso e do abandono escolar precoce “eles têm vários, têm futsal, têm ténis, têm vários e eu até acho engraçado porque o meu filho está sempre a trocar (...) Mas eu acho que isso é importante, pelo menos para o meu filho é importante, porque ele precisa de se acalmar, porque seja o mínimo que aconteça ele expande e ele precisa mesmo de alguma coisa para o acalmar e isso é muito bom”; “era andebol (...) Os treinos eram depois da escola (...) a explicação era na capela, havia lá um rapaz que lhes dava explicação e pronto, era assim”; “no tempo que eu estudava não havia, só muitos anos depois é que veio a haver um apoio que davam lá no bairro, para os miúdos do bairro. Eu não aproveitei, os meus irmãos começaram a ir, mas depois desistiram. Sim o projeto é bom porque há muitos mais miúdos que aproveitaram”.

Duas entrevistadas (E14, E25) referiram que, nos casos em que o abandono escolar se concretize, os alunos deveriam poder seguir um percurso alternativo como por exemplo o RVCC “eu não sei se há ou se não há, mas acho benéfico existir porque o abandono escolar existe e os miúdos podem fazer um percurso alternativo, por exemplo tirar o RVCC”; “eu acho que projetos para combater o abandono escolar devem existir porque nesta altura eu tenho quase 30 anos e estou arrependida de não ter acabado a escola, porque agora eu podia estar num emprego melhor (...) Eu por exemplo, estou no RVCC e tenho lá pessoas de sessenta e tal anos”.

Uma entrevistada (E16) referiu não ter percebido a existência de projetos desta natureza no passado, pois muitas crianças e jovens abandonaram precocemente a escola. Mencionou, contudo, que existe uma associação que apoia os jovens que abandonaram a escola “naquela ocasião por acaso não senti nada disso, porque se uma diretora ou uma professora verificar que existe uma criança fraca ou que esteja a ir por maus caminhos chamavam logo a atenção aos pais (...) acho que há uma associação que cuida desses jovens que abandonaram a escola”.

Duas entrevistadas (E21, E23) referiram que o assunto deve ser visto com preocupação, deve ser tratado por toda a comunidade e que devem implementar-se medidas em que todos tenham igualdade de oportunidades “na minha opinião este tema é um assunto que deve ser visto com preocupação e tratado por toda a comunidade (escolas, famílias, alunos, governo) por forma a criar medidas para combater o insucesso e o abandono escolar. Deve-se implementar medidas em que todos tenham igualdade de oportunidades na educação, depois trata-se de um direito fundamental”; “eu via os professores e as assistentes sociais na escola a puxarem muito pelos alunos, mas eu também via muito desleixo dos pais (...) é necessário escolas, pais e alunos, para que todos beneficiem, mas nem sempre os pais têm consciência disso (...) muitos pais preocupam-se mais com sustento da casa do que propriamente com sustento intelectual (...) por isso muitas crianças enveredam por outros caminhos, por falta de acompanhamento dos pais e não da escola (...) são os próprios pais que por vezes são as barreiras para o desenvolvimento dos seus próprios filhos”.

Discussão de Resultados

Através da análise de entrevistas realizadas a uma amostra de vinte e seis mulheres Cabo-Verdianas residentes no Bairro São Marçal, podemos extrair as seguintes conclusões relativamente aos parâmetros previamente identificados:

1 - Vida pessoal e familiar

A maioria das entrevistadas nasceram em Cabo Verde e vieram para Portugal à procura de melhores condições de vida, sendo que algumas já tinham suporte familiar no país. Para a maioria, as expectativas eram positivas e os objetivos que almejavam foram atingidos. No entanto, três entrevistadas viram as suas expectativas frustradas.

De uma forma geral, a integração foi fácil, tendo-se sentido acolhidas pela comunidade cabo-verdiana em Portugal e, também, pela comunidade portuguesa.

Quanto às entrevistadas que nasceram em Portugal, a maioria aludiu a um percurso positivo, pese embora três entrevistadas o tenham considerado conturbado durante a infância e juventude.

No que diz respeito aos agregados familiares, verificou-se que estes são compostos maioritariamente por famílias monoparentais, cujas responsáveis são mulheres. Os outros agregados são compostos por famílias “tradicionais”.

Todas as entrevistadas residem em casas camarárias arrendadas, exceto duas entrevistadas que adquiriram essas casas, tornando-se proprietárias das mesmas.

A maior parte dos agregados são compostos por três a cinco elementos, seguindo-se os agregados compostos por mais de cinco elementos e, por fim, os agregados compostos por menos de três elementos.

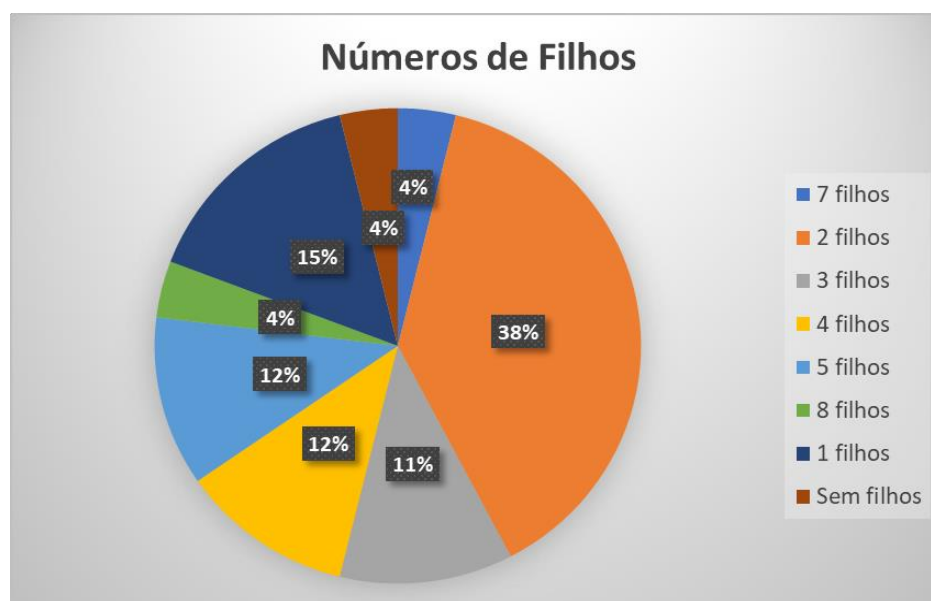


FIGURA 5 - Nº DE FILHOS

Fonte: Elaboração com base nas entrevistas

Relativamente à conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar, é priorizada a vida familiar, seguindo-se o trabalho, sendo que as restantes entrevistadas não estabelecem qualquer prioridade entre esses três aspetos ou então referem conseguir conciliá-los de forma bastante satisfatória.

No que diz respeito à execução das tarefas domésticas, sobressai a divisão das mesmas entre todos os elementos que compõem o agregado, independentemente do género. A divisão das tarefas não acontece em dois agregados.

Relativamente a carências no agregado familiar, sobressaem as carências económicas, seguindo-se a carência afetiva ou emocional, bem como a falta de iniciativa e de motivação dos jovens que a compõem. Salienta-se, contudo, que dez entrevistadas não identificaram qualquer tipo de carência no seu seio familiar.

Todas as entrevistadas referiram existir manifestações de afeto no seu seio familiar, exceto uma que referiu não existirem afetos para consigo, mas apenas entre os outros elementos da família. Quanto à organização da vida familiar, sobressai a organização conjunta com os maridos, companheiros e/ou filhos. Porém, algumas entrevistadas organizam-se sozinhas.

No que diz respeito à partilha de responsabilidades e tomadas de decisão, a maioria partilha e decide em conjunto com os maridos, companheiros e/ou filhos. Salienta-se, contudo, que relativamente às famílias monoparentais são as próprias responsáveis quem decide sobre questões relevantes.

Quanto às deslocações a Cabo Verde, a maioria das entrevistadas já foram de férias para visitar a família. No entanto, cinco entrevistadas nunca foram a Cabo Verde e outras cinco não conseguiram ir desde que chegaram a Portugal.

A maioria das entrevistadas pensam continuar a viver em Portugal até ao fim da sua vida. Apenas cinco entrevistadas desejam ir viver para Cabo Verde quando se reformarem.

2 - Situação laboral

Verificou-se que a maioria das entrevistadas exerce atividade profissional em diversas áreas, sobressaindo a profissão de empregada doméstica em casas particulares. Verificou-se ainda que algumas entrevistadas mantêm essa atividade apesar de se encontrarem reformadas, enquanto outras conciliam essa atividade com o exercício de outras profissões.

Relativamente a motivações, a maioria das entrevistadas aludiu ao gosto pelo trabalho que fazem.

Quanto a expectativas de progressão na carreira, as entrevistadas que trabalham como empregadas de limpeza não têm essa expectativa, mas as que exercem outras profissões mantêm perspectivas de poder progredir a nível laboral.

Os aspetos positivos mais identificados em relação ao trabalho foram a boa relação com patrões e clientes, o gosto pela atividade exercida e o facto de a mesma permitir a obtenção de rendimentos.

Os aspetos negativos mais identificados foram os baixos salários, a falta de reconhecimento e a má relação com colegas.

Quanto à situação socioeconómica, a maioria das entrevistadas considerou a sua situação razoável. 7 consideraram-na má, com necessidade de recurso a apoios do Estado ou de outros familiares.

3 - Hábitos e vivências culturais – tradições

Sendo os estrangeiros do bairro maioritariamente cabo-verdianos, a cultura está muito enraizada na comunidade. Os hábitos culturais mais referidos foram a solidariedade e o espírito de entreajuda nas cerimónias religiosas e fúnebres, bem como em festas particulares, a confeção de pratos tradicionais, a língua cabo-verdiana – crioulo, e ainda, a música e a dança.

Relativamente à relação com outras nacionalidades e culturas, existe confraternização com todas as nacionalidades e culturas.

No que diz respeito a vivências na comunidade, no geral existe uma boa convivência entre os adultos, sendo esta baseada na amizade, respeito e apreço. A maioria dos adultos passa o seu tempo livre em casa ou então saem em família.

Apesar da Associação de Mulheres Cabo-verdianas na Diáspora em Portugal (AMCDP) situar-se no bairro, verificou-se que o associativismo é praticamente inexistente

Relativamente à convivência entre os jovens, a maioria das entrevistadas referem preocupação com a crescente violência e criminalidade existente entre os mesmos. Salientaram que muitos jovens não querem estudar nem trabalhar e passam a maior parte do tempo nos cafés, consumindo álcool e outras substâncias psicoativas, sem aproveitarem as oportunidades que hoje em dia existem. Aludiram, ainda, a posse de armas brancas e de fogo, à excessiva carga policial exercida sobre os jovens ou à ausência das autoridades quando são chamadas.

Foi referida, também, a negligência dos pais ao nível da educação e face aos comportamentos desviantes dos filhos. Foi ainda referida a falta de cuidado com o lixo produzido, prédio e com os animais.

Como fator positivo, foi referida a existência de clubes desportivos e associações para as crianças e jovens ocuparem os seus tempos livres.

4 - Educação e acompanhamento dos filhos

Quanto à educação, todas as entrevistadas foram educadas em ambiente onde se valorizava os estudos, sendo que as próprias também os consideram muito importantes. Porém, pelos mais variados motivos, muitas não conseguiram ser bem-sucedidas a esse nível, sobressaindo a baixa escolaridade e o analfabetismo. Apenas cinco entrevistadas referiram ter concluído o nível secundário e, uma, a licenciatura. A maioria referiu que poderia ter aproveitado mais e evidenciou algum arrependimento por não ter prosseguido.

Relativamente ao percurso escolar e acompanhamento dos filhos, a maioria das entrevistadas consideraram-no bom, pelo facto de estes terem estudado mais que os pais. Efetivamente, o percurso de alguns filhos não foi positivo, contudo, outros percursos foram muito bons porque os filhos conseguiram ingressar ou concluíram uma licenciatura.

Relativamente a estes últimos, observou-se que beneficiaram de uma maior supervisão e acompanhamento por parte dos pais, os quais, por sua vez, eram também mais instruídos.

Relativamente à comunicação e articulação com a comunidade educativa, a maioria dos pais tinha contactos regulares, presenciais ou por outros meios, por iniciativa própria ou por iniciativa da escola.

No que diz respeito à perceção sobre o insucesso e o abandono escolar, todas as entrevistadas foram unânimes em considerar benéfica a existência de projetos que apoiem a esse nível, por considerarem que a forma como o ensino está atualmente instituído não beneficia todos os alunos. Algumas das entrevistadas frisaram que o insucesso e o abandono escolar precoce é uma preocupação que tem que ser tratada por toda a comunidade, nomeadamente, escolas, famílias, alunos e governo.

Conclusão e Recomendações Finais

O presente estudo pretendeu contribuir para a investigação sobre a forma como as mulheres Cabo-Verdianas residentes no Bairro São Marçal, em Carnaxide, conciliavam a vida familiar e profissional. Pretendeu, igualmente, perceber a sua situação socioeconómica, compreender as suas vivências, hábitos e costumes tradicionais e avaliar, ainda, o seu nível de escolaridade, bem como a envolvimento e participação na educação e formação dos filhos.

Um estudo exploratório desta natureza permite conhecer a realidade de um universo reduzido de indivíduos. Tendo em conta que a amostra é constituída por vinte e seis mulheres cabo-verdianas, os resultados apresentados não poderão ser generalizados a todas as mulheres cabo-verdianas residentes no bairro.

A partir da análise dos dados foi possível compreender que um dos principais motivos que levaram estas mulheres a imigrar para Portugal foi a procura de melhores condições de vida e o reagrupamento familiar. Segundo Backstrom, 2009, um dos principais motivos que levou a que as pessoas abandonassem os seus países de origem foi a procura de uma melhor condição económica.

A maioria destas mulheres estabeleceu como prioridade a família, sendo a maior parte famílias monoparentais com filhos a cargo, compostos maioritariamente por três a cinco elementos ou por mais de cinco elementos, o que as tornam famílias numerosas, com carências a vários níveis – nomeadamente, carências económicas e emocionais/ afetivas, sendo que, não obstante as dificuldades, se constata manifestação de afeto e de carinho no seio familiar. A manifestação de afetos torna-se fundamental, pois, segundo Cordeiro (2015, p. 24), “mais importante do que a estrutura familiar é a existência de um ambiente afetivo, tranquilo e promotor do bem-estar, com figuras de referência, com limites e um ensino/aprendizagem baseado na ética, na excelência, mas com o afeto e envolvimento que só o amor pode incluir”.

Estas mulheres tiveram de encontrar estratégias para gerir e conciliar a vida familiar e profissional, optando desta forma por dividir as tarefas domésticas entre todos, partilhar as responsabilidades, organizar-se e tomar as decisões em conjunto, seja com os filhos, seja com os maridos/companheiros.

Relativamente à situação laboral, as entrevistadas exercem atividade em diversas áreas, destacando-se, contudo, o trabalho como empregada doméstica em casas particulares e/ou como empregada de limpeza. Relativamente àquelas que

trabalham na área da restauração apenas uma exerce a função de cozinheira (trabalha por conta própria), sendo as restantes ajudantes de cozinha, empregadas de balcão e empregadas de mesa e bar. Muitas mulheres ocupam postos de trabalho pouco qualificados e precários, com baixos salários. Segundo refere Delgado (2013, p. 35), “A imigração cabo-verdiana em Portugal caracteriza-se por concentrar-se em profissões com pouca qualificação e no mercado secundário de trabalho. Assim, os homens estão inseridos principalmente no setor da construção civil (servente, pedreiro) e as mulheres no setor doméstico (auxiliar de limpeza)”.

Devido à baixa escolaridade, algumas não conseguiram obter um emprego mais qualificado. No entanto, desempenham as suas tarefas com agrado e mantém boa relação com os patrões, sendo que a maioria considera a sua situação socioeconómica razoável, pese embora uma parcela considerável destas mulheres percecionem a sua situação “má” a este nível, necessitando de apoios do Estado ou de familiares. Segundo Ramos e Dias (2020), a população imigrante é uma população heterogénea, diversificada e cada vez mais escolarizada. Contudo, para muitos migrantes, a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores em que é mais precária e instável a relação laboral, nos quais há um baixo nível de remuneração global, a migração forçada ou de clandestinidade, desprovida de sistemas de proteção social, e a precariedade da situação social e económica fazem desses imigrantes um grupo particularmente vulnerável.

Relativamente a hábitos culturais e tradicionais, no bairro preserva-se a identidade cultural de Cabo Verde. Prevalece um grande espírito de solidariedade e entreaajuda em cerimónias religiosas, fúnebres ou festas particulares, confeciona-se pratos típicos de Cabo Verde, fala-se o crioulo e ouve-se e dança-se músicas de Cabo Verde. Verifica-se, assim, o referido por Backstrom (2009) a identidade cultural dos cabo-verdianos vai para além do crioulo, exprime-se através da culinária, da literatura, das artes plásticas, da música e da dança, estas características são a representação de uma afirmação enquanto sinais de uma identidade inconfundível.

Segundo Filho (1981), citado por Backstrom (2009, p.38), a identidade cultural do povo cabo-verdiano advém principalmente da formação de uma sociedade “caldeada” em séculos de vivência e num sentimento de nacionalidade que se manteve firme.

Relativamente aos tempos livres, a maioria das entrevistadas fica em casa a descansar ou a fazer tarefas domésticas, ou então sai para convívios em família. O associativismo é praticamente inexistente para estas mulheres.

Existe uma grande preocupação com o crescendo de violência entre os jovens, grupos com comportamentos desviantes que abandonaram precocemente a escola, não trabalham, consomem substâncias psicoativas e não querem aproveitar as oportunidades, evidenciando fragilidades a todos os níveis. Segundo Ramos e Dias (2020) a concentração de populações que vivem em condições socioeconómicas precárias, com fracas redes sociais, instabilidade familiar e profissional, e com taxas elevadas de violência e delinquência, constituem elementos de risco, exclusão e doença. Estes fatores agravam as dificuldades de integração na vida social, laboral e escolar, podendo conduzir a situações de isolamento e à constituição de guetos, favorecendo a estigmatização e a emergência de tensões sociais e sentimentos de intolerância, discriminação e xenofobia da população autóctone.

No que concerne à situação escolar, o grau de escolaridade que mais sobressaiu entre a amostra foi o nível básico, seguido do analfabetismo. Para Ramos e Dias, (2020) esses bairros e zonas degradadas são, em geral, marcados por estigma e isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade. Frequentemente as crianças e jovens desses bairros, sobretudo das segundas e terceiras gerações de migrantes, acumulam insucesso escolar e problemas de adaptação social. Isolam-se, muitas vezes, em atitudes antissociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de vulnerabilidade e de estresse.

Não obstante a baixa escolaridade e o analfabetismo dos pais, todas as entrevistadas consideraram os estudos muito importantes, motivo pelo qual os seus filhos foram alfabetizados, pese embora muitos também não tenham tido sucesso a esse nível. Salienta-se, contudo, que os filhos cujo os pais eram mais instruídos ingressaram e concluíram uma licenciatura, sendo que esses beneficiaram de melhor supervisão e acompanhamento parental. Segundo Oliveira (2022), não sendo Portugal exceção neste domínio nota-se, porém, nos últimos anos uma evolução positiva no desempenho escolar dos estrangeiros matriculados, diminuindo a distância entre alunos estrangeiros e nacionais.

Todas as entrevistadas consideraram que as escolas deveriam ter projetos de combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce, adaptado às necessidades atuais dos alunos, na sua individualidade e não de uma forma generalista.

Considerando os pressupostos aqui descritos, conclui-se que a amostra representa uma classe de mulheres trabalhadoras, que se encontra mais vulnerável devido aos baixos rendimentos, à baixa escolaridade e à situação de monoparentalidade.

O facto de residirem em habitações camarárias contribuiu de forma positiva para a sua situação económica, pois, com o baixo ordenado relatado pela maioria, dificilmente conseguiriam suportar uma renda aos custos de mercado.

O trabalho, sobretudo ao nível dos horários, também não permitiu um acompanhamento mais próximo aos filhos, o que fez com que muitos ficassem em autogestão, entregues a si próprios. Nesse sentido, ainda há muito caminho a percorrer, nomeadamente no que diz respeito à criação de rede de apoio e infraestruturas, sendo esta comunidade economicamente carente.

Uma vez que a maioria das entrevistadas priorizou a família, apraz registar a aprovação recente da Agenda do Trabalho Digno, pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, que consiste numa reforma das relações laborais que comporta medidas que visam melhorar as condições de trabalho e, simultaneamente, facilitar a conciliação da vida profissional com a vida familiar dos trabalhadores. A Lei n.º 13/2023, ora aprovada, vem garantir os direitos dos trabalhadores e cuidadores.

Importa referir que a conciliação entre a vida pessoal e familiar é uma necessidade não só das mulheres cabo-verdianas, mas da população portuguesa em geral.

Em suma, a imigração pode ter um impacto significativo na dinâmica familiar e no papel das mulheres cabo-verdianas, especialmente em relação à gestão do trabalho e da vida familiar, incluindo o cuidado dos filhos. Quando as mulheres cabo-verdianas imigram para outros países, elas muitas vezes enfrentam desafios únicos relacionados à conciliação entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares.

Em muitos casos, as mulheres imigrantes cabo-verdianas podem ser obrigadas a assumir múltiplos empregos para sustentar suas famílias, o que pode resultar em longas horas de trabalho e menos tempo disponível para cuidar de seus filhos. Além disso, a falta de redes de apoio familiares e sociais em um novo país pode aumentar a pressão sobre as mulheres imigrantes, tornando ainda mais desafiante a gestão do trabalho e da vida familiar.

Sobre a conciliação do trabalho e familiar, Silva, 2012, faz referência sobretudo às mulheres que executam, sozinhas, essa função. A autora refere que trabalhar e criar uma criança é uma tarefa esmagadora, a tempo inteiro, então de duas ou mais crianças ainda se torna mais complicado. Segundo a autora, todos são poucos para apoiar a mulher e ajudar a que uma criança cresça segura, saudável, com oportunidades e feliz. É necessária uma família, são necessárias escolas, leis de proteção e também a comunidade.

Nesse contexto, é crucial que políticas públicas e programas sociais reconheçam e abordem as necessidades específicas das mulheres imigrantes cabo-verdianas, proporcionando acesso a serviços de cuidados infantis acessíveis e de alta qualidade, flexibilidade no local de trabalho e apoio para desenvolver redes de apoio comunitário. Além disso, é importante promover uma cultura organizacional que valorize e apoie a conciliação entre o trabalho e a vida familiar para todas as mulheres, independentemente de sua origem ou status migratório. Essas medidas podem ajudar a garantir que as mulheres cabo-verdianas imigrantes tenham as ferramentas e o suporte necessário para equilibrar suas responsabilidades de trabalho e familiares de maneira eficaz.

Paralelamente, e considerando a família equivalente a uma instituição/organização, a investigadora aponta estratégias de gestão que os chefes de família podem cultivar para conduzir sua família de maneira eficaz, pois, liderar uma família requer uma variedade de competências e qualidades importantes, tais como:

a) planeamento (o gestor define o que fazer e como fazer, traça metas, objetivos e estabelece o que cada um deve fazer para atingi-los);

b) organização (implica definir recursos, atribuições, responsabilidades e tomadas de decisões importantes que afetam toda a família. Isso requer habilidades de análise, pensamento crítico e consideração cuidadosa das necessidades e interesses de todos os envolvidos);

c) direção (determina como atingir os objetivos, busca garantir a execução das ações e motivar os outros membros a desempenharem as suas atividades da melhor maneira possível, com otimização dos recursos);

d) comunicação eficaz e capacidade de ouvir atentamente os membros da família, expressar seus próprios pensamentos e sentimentos de forma clara e respeitosa, e resolver conflitos de maneira construtiva;

e) empatia e compreensão, concretamente e entender as necessidades, preocupações e sentimentos dos membros da família. A empatia é essencial para construir relacionamentos fortes e manter um ambiente familiar saudável:

f) resiliência e gestão do estresse (os chefes de família precisam ser resilientes e capazes de lidar com o estresse de maneira saudável, buscando apoio quando necessário e encontrando maneiras construtivas de enfrentar os desafios e contratempos da vida familiar);

g) flexibilidade e adaptação (a vida familiar está sujeita a mudanças e imprevistos. Os chefes de família devem ser flexíveis e capazes de se adaptar às circunstâncias em constante mudança, ajustando-se conforme necessário para atender às necessidades de sua família).

As melhorias na gestão podem levar a bons resultados no curto prazo, em termos de eficiência dos recursos e de eficácia nos resultados (Almeida, 2009).

Importa salientar que cada família é única e que os chefes de família podem precisar adaptar suas abordagens de acordo com as necessidades e dinâmicas específicas de sua própria família.

Em termos pessoais, a presente investigação foi gratificante, pois a investigadora teve oportunidade de contactar com algumas pessoas da sua infância, ouvir os seus percursos, reconhecer em alguns percursos as dificuldades que os seus próprios pais também passaram quando chegaram a Portugal, extensíveis aos filhos, e as histórias de superação.

Foi igualmente gratificante a investigadora ser parabenizada por quase todas as entrevistadas, dando conta da satisfação e orgulho que sentem pelo facto de alguém que conhecem desde a infância ter aproveitado as oportunidades e seguido um percurso académico a este nível, pretendendo agora apresentar um estudo relacionado com as suas origens.

Apesar da investigação permitir a realização pessoal, muito ainda ficou por saber, sobretudo no que diz respeito à situação dos jovens, considerada preocupante pela maioria das entrevistadas, devido ao crescendo de violência entre os mesmos. Relativamente a esta população recomenda-se um estudo àqueles que residem no bairro, para se perceber os percursos, os eventuais desvios, apoiar a recuperação destes indivíduos e trabalhar na prevenção.

Surge também outra questão relacionada com o elevado número de famílias monoparentais, concretamente, saber onde se encontram estes progenitores. Nessa sequência, recomenda-se um estudo aos homens cabo-verdianos residentes no bairro, ou não, relacionado com o seu percurso de vida e com questões da parentalidade.

Uma vez que foram observadas algumas fragilidades ao nível de competências parentais, seria importante que esta população beneficiasse de ações de formação gratuitas a esse nível, sendo igualmente importante ações de formação e sensibilização a nível da gestão doméstica, financeira e ambiental. Sugere-se um levantamento de necessidades de formação.

Recomenda-se que as referidas formações/sensibilizações sejam ministradas por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, ou por outras entidades credenciadas, nos termos a acordar com os habitantes/arrendatários do bairro, sendo que algumas sessões ou um determinado número de sessões anuais deveriam ser de carácter obrigatório, especialmente no que diz respeito à preservação das habitações e dos prédios camarários.

Sugere-se também que as formações sejam certificadas, enriquecendo assim os seus currículos e que ocorram em pontos ou em ocasiões específicas, previamente informados. O empoderamento das mulheres e a promoção da igualdade de género são objetivos importantes para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de todas as comunidades.

Recomenda-se, ainda, a criação de espaços e projetos destinados à população mais idosa, onde seja possível promover o envelhecimento ativo da mesma, tratar de questões documentais e de saúde, bem como prestar apoio no que se refere aos seus direitos e deveres.

Considera-se importante privilegiar um acompanhamento aos residentes do bairro em contexto domiciliário, uma vez que facilita o acesso das pessoas aos serviços, permite uma relação mais próxima entre o técnico e o utente, observa-se o contexto domiciliário e as relações familiares, garantem um diagnóstico mais preciso, entre outros.

Referências Bibliográficas

- Almeida, C. D. (2009). O orçamento como ferramenta para a gestão de recursos financeiros no terceiro setor: um estudo nas organizações do estado do Rio Grande do Norte.
- Backstrom, B. (2009). Saúde e Imigrantes: As representações e as práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa, ACIDI, ISBN 978-989-8000-79-8.
- Barbosa, A. (2010). Processo de Luto. In Barbosa, A. & Neto, I. (eds.), Manual de Cuidados Paliativos. (2ª ed). Faculdade de Medicina de Lisboa.
- Batalha, L. (2008). Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade. Comunidade (s) cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana, 25-36.
- Bourdieu, Pierre (1999). A Dominação Masculina, Oeiras, Celta Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem, 2ª edição, Universidade Aberta.
- Cordeiro, M. (2015). Crianças e Famílias num Portugal em Mudança, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Costa, P. & Pinheiro, S. (1987). África Negra, Contribuição para o Conhecimento Histórico Geográfico, 2.ª Edição, Edição dos autores.
- Delgado, S. (2013). Vários Percursos Diversas Identificações. Descendentes de Migrantes Cabo-verdianos no Bairro do Talude – Unhos, Lisboa, ACIDI, I.P.
- Duarte, V. Construindo a Utopia. Temas e Conferências sobre direitos humanos. Praia: Tipografia Santos Ltda, 2007.
- Évora, G. (2013). Sucesso escolar nos alunos de origem cabo-verdiana: o caso dos alunos que ingressam no ensino superior. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação – Educação, Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, J. (2009). Serviço Social e Modelos De Bem-Estar Para a infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família, tese de doutoramento, ISCTE.

- Giddens, A. (2009). Sociologia. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2012). O Mundo na Era da Globalização, 8ª edição, Editorial Presença.
- Góis, P. (Ed.). (2008). Comunidade (s) cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana. ACIDI, IP.
- Grassi, M. & Évora, Y. (2006). (Org.). Género e Migrações Cabo-verdianas, Estudos e Investigações, 43, Imprensa de Ciências Sociais (ICS).
- Guerra, I. C. (2006). Fundamentos e Processo de Uma Sociologia de Acção—O Planeamento em Ciências Sociais, Cascais, Editora Principia. Publicações Universitárias e Científica.
- Lisboa, T. K. (2003). Reseña de "Gênero, classe e etnia-trajetórias de vida de mulheres migrantes" de Teresa Kleba Lisboa. Revista Katálýsis, 6(2), 251-252.
- Malheiros, J., Padilla, B., & Rodrigues, F. (2010). Mulheres imigrantes empreendedoras. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Minayo & Costa. (2019). Técnicas que fazem uso da Palavra, do Olhar e da Empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação. Ludomedia.
- Miranda, J. (2009). Mulheres Imigrantes em Portugal; Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida. Estudos OI 35. ACIDI.
- Nascimento, L. D. C. N., Souza, T. V. D., Oliveira, I. C. D. S., Moraes, J. R. M. M. D., Aguiar, R. C. B. D., & Silva, L. F. D. (2018). Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. Revista Brasileira de Enfermagem, 71, 228-233.
- Neves, J. (2015). Cabo Verde Gestão das Impossibilidades, Rosa de Porcelana Editora.
- Oliveira, C. R. (2022) Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual 2022. 1ª ed. (Imigração em Números – Relatórios Anuais 7) OM.
- Queiroz, S. (2010). Literatura e Representação Social das Mulheres em Cabo Verde: Vencendo Barreiras, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Ramos, M. & Dias, M. (2020). Migrações Contemporâneas e Feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades, Revistas de Políticas Públicas.

- Reis, F. D. (2018). Investigação científica e trabalhos académicos-guia prático. Edições Sílabo.
- Silva, I. (2023). A Intervenção no Luto em Unidades de Cuidados Paliativos ([Dissertação de Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).
- Silva, M. (2012). A Crise, a Família e a Crise da Família, Fundação Francisco Manuel dos Santos,
- Veiga, U. (2010). Conciliação entre Vida Profissional e Familiar em Cabo Verde, O Papel do Estado e das Famílias, ISCTE-IUL.
- Wall, K., Nunes, C., & Matias, A. R. (2008). Trajectórias de mulheres imigrantes em Portugal. In VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: saberes e práticas. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Wenden, C. W. (2005), Atlas des migrations dans le monde – réfugiés ou migrants volontaires, Paris, Éditions Autrement, Collection Atlas /Monde.
- Yin, R. (2003). Estudo de Caso: planeamento e métodos. 2ª. Edição (reimpressão). Porto Alegre: Bookman.

Webgrafia

- https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde, acedido a 18-02-2023.
- <https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.258-270>, acedido a 14-03-2023.
- https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5166/1/TMRI_PaulaMartins.pdf, acedido a 28-04-2023.
- https://www.academia.edu/29666067/Ebook_literatura_cabo_verdiana?email_work_card=title, acedido em 18-09-2023.
- <https://inforpress.cv/censo-2021-resultados-definitivos-confirmam-que-ha-mais-homens-do-que-mulheres-a-residir-em-cabo-verde/>, acedido a 18-09-2023.

<https://expressodasilhas.cv/pais/2022/04/09/quantos-somos-como-vivemos-para-onde-emigramos/79492>, acedido a 18-09-2023.

<https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-17>, acedido em 19-09-2023.

<https://www.pordata.pt/municipios>, acedido a 22-09-2023.

https://www.oeiras.pt/pt/bairros_municipais, acedido em 22-09-2023.

Anexos

Anexo I – Quadro População residente, por nacionalidade e sexo, Portugal, 2011-2021

	2021			2011			Variação 2011-2021		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	N.º			N.º			%		
População residente	10 343 066	4 920 220	5 422 846	10 562 178	5 046 600	5 515 578	-2,1	-2,5	-1,7
Nacionalidade portuguesa	9 800 752	4 654 568	5 146 184	10 167 129	4 858 250	5 308 879	-3,6	-4,2	-3,1
Nacionalidade estrangeira	542 165	265 572	276 593	394 496	188 086	206 410	37,4	41,2	34,0
Principais nacionalidades									
Brasil	199 810	89 503	110 307	109 787	46 249	63 538	82,0	93,5	73,6
Angola	31 556	13 707	17 849	26 954	12 749	14 205	17,1	7,5	25,7
Cabo Verde	27 144	12 814	14 330	38 895	18 537	20 358	-30,2	-30,9	-29,6
Reino Unido	24 609	12 874	11 735	15 774	7 891	7 883	56,0	63,1	48,9
Ucrânia	21 199	9 613	11 586	33 790	17 165	16 625	-37,3	-44,0	-30,3
França	19 064	9 594	9 470	14 360	6 644	7 716	32,8	44,4	22,7
China	16 631	8 366	8 265	11 458	5 943	5 515	45,1	40,8	49,9
Guiné-Bissau	15 298	7 875	7 423	16 360	9 162	7 198	-6,5	-14,0	3,1
Índia	14 130	10 959	3 171	3 148	2 144	1 004	348,9	411,1	215,8
Roménia	13 837	6 610	7 227	24 356	12 445	11 911	-43,2	-46,9	-39,3
Itália	13 829	7 740	6 089	3 443	1 935	1 508	301,7	300,0	303,8
Nepal	13 224	8 526	4 698	959	710	249	1278,9	1100,8	1786,7
Espanha	12 811	5 909	6 902	10 486	4 776	5 710	22,2	23,7	20,9
Alemanha	11 193	5 682	5 511	9 238	4 633	4 605	21,2	22,6	19,7
São Tomé e Príncipe	10 024	4 375	5 649	10 408	4 700	5 708	-3,7	-6,9	-1,0
Apátridas	149	80	69	553	284	269	-73,1	-71,8	-74,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2021

Anexo 2 – Quadro População residente com 15 ou mais anos, por nacionalidade e secção da atividade económica, Portugal, 2021

		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Actividades de informação e de comunicação	Actividades financeiras e de seguros	Actividades imobiliárias	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	Educação	Actividades de saúde humana e apoio social	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	Outras actividades de serviços	Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais
População residente	4 426 461	130 145	10 253	693 317	18 467	32 323	342 138	711 033	175 562	257 142	148 726	101 636	41 940	215 140	210 873	348 363	328 256	445 455	51 164	99 868	62 793	1 867
Nacionalidade portuguesa	4 162 122	115 478	9 887	664 636	17 693	31 400	310 743	674 229	165 739	224 045	135 295	98 373	38 775	203 241	187 350	344 778	320 063	426 542	47 314	90 646	54 503	1 392
Nacionalidade estrangeira	264 271	14 663	366	28 672	774	923	31 385	36 794	9 821	33 090	13 429	3 262	3 165	11 899	23 514	3 585	8 191	18 908	3 848	9 221	8 286	475
Principais nacionalidades																						
Brasil	107 638	1 498	93	14 081	317	362	13 132	13 269	5 283	13 422	6 696	1 077	1 234	4 504	8 037	1 130	2 541	10 298	1 580	5 916	3 130	38
Angola	11 746	105	46	1 180	59	68	1 925	1 416	341	1 393	314	203	137	379	1 138	401	365	1 350	85	312	479	50
Cabo Verde	12 869	91	18	807	30	73	3 138	1 260	265	1 875	147	75	49	207	2 032	215	220	925	88	242	1 102	10
Reino Unido	5 918	84	9	287	22	6	258	506	177	656	558	142	293	796	432	65	924	212	267	125	67	32
Ucrânia	12 627	904	83	2 171	28	94	2 229	1 271	731	1 175	170	72	74	206	1 353	117	156	578	68	411	731	5
França	5 922	96	4	519	22	18	274	697	179	442	593	293	221	661	738	111	422	258	170	135	50	19
China	8 711	20		164	4	5	107	5 724	40	1 711	70	72	168	126	120	24	103	52	24	61	114	2
Guiné-Bissau	6 656	152	12	431	15	21	2 186	600	102	480	64	32	12	47	1 360	126	73	556	50	98	231	8
Índia	9 350	2 764	3	1 153	12	41	973	1 434	253	1 048	194	57	36	111	757	95	63	67	36	120	130	3
Roménia	8 608	1 313	22	902	15	60	1 498	927	352	892	117	60	54	123	969	112	93	394	69	156	476	4
Itália	5 971	28	5	447	23	5	155	639	211	594	799	221	105	808	747	98	386	318	167	145	34	36
Nepal	8 312	2 861	1	580	9	7	98	1 060	41	2 744	47	27	6	57	327	57	33	93	17	65	178	4
Espanha	6 266	130	7	536	56	13	230	811	177	330	508	194	98	687	505	192	511	877	176	128	52	48
Alemanha	4 418	95	5	469	20	10	153	494	109	344	413	69	89	516	529	79	440	266	124	100	71	23
São Tomé e Príncipe	4 257	32	1	296	16	17	942	356	80	587	54	17	13	42	743	59	78	477	14	69	361	3
Apátridas	68	4	0	9	0	0	10	10	2	7	2	1	0	0	9	0	2	5	2	1	4	0
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2021																						

Anexo 3 – Quadro População residente, por nacionalidade e condição perante a atividade económica, Portugal, 2021

	Total	Ativa			Inativa						
		Total	Empregada	Desempregada	Total	População com menos de 15 anos	Estudantes	Domésticos	Reformados	Incapacitados para o trabalho	Outra situação
População residente	10 343 066	4 817 978	4 426 461	391 517	5 525 088	1 331 188	676 812	304 480	2 383 397	153 395	675 816
Nacionalidade portuguesa	9 800 752	4 517 549	4 162 122	355 427	5 283 203	1 265 808	640 446	281 972	2 333 831	148 878	612 268
Nacionalidade estrangeira	542 165	300 356	264 271	36 085	241 809	65 363	36 361	22 497	49 561	4 516	63 511
Principais nacionalidades											
Brasil	199 810	123 688	107 638	16 050	76 122	29 112	13 878	9 119	5 600	684	17 729
Angola	31 556	14 542	11 746	2 796	17 014	5 416	4 310	1 041	1 692	522	4 033
Cabo Verde	27 144	15 207	12 869	2 338	11 937	2 186	2 951	464	2 122	703	3 511
Reino Unido	24 609	6 346	5 918	428	18 263	2 072	553	1 036	11 610	129	2 863
Ucrânia	21 199	14 235	12 627	1 608	6 964	1 904	720	624	750	232	2 734
França	19 064	6 354	5 922	432	12 710	1 973	886	671	6 421	180	2 579
China	16 631	8 894	8 711	183	7 737	2 667	1 329	923	482	48	2 288
Guiné-Bissau	15 298	8 253	6 656	1 597	7 045	1 667	2 159	279	260	341	2 339
Índia	14 130	10 029	9 350	679	4 101	1 106	260	719	108	73	1 835
Roménia	13 837	9 501	8 608	893	4 336	1 075	692	474	232	148	1 715
Itália	13 829	6 496	5 971	525	7 333	1 409	750	508	2 969	48	1 649
Nepal	13 224	9 374	8 312	1 062	3 850	939	331	465	29	47	2 039
Espanha	12 811	6 761	6 266	495	6 050	1 556	626	747	1 765	73	1 283
Alemanha	11 193	4 677	4 418	259	6 516	1 001	482	509	2 657	97	1 770
São Tomé e Príncipe	10 024	5 206	4 257	949	4 818	1 211	1 653	158	247	239	1 310
Apátridas	149	73	68	5	76	17	5	11	5	1	37

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2021

Apêndices

Apêndice I - Guião de entrevista

Guião de Entrevista

Entrevista dirigida a: Mulheres cabo-verdianas residentes no Bairro São Marçal, Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras, Lisboa.

Objetivos da Entrevista:

1. Perceber como conciliam a vida familiar e profissional;
2. Perceber a situação socioeconómica;
3. Compreender as suas vivências culturais e tradições;
4. Perceber o seu nível de escolaridade e o grau de envolvimento na educação e formação dos filhos.

Introdução: Apresentação do entrevistador, (Nome; Idade; Percurso Académico e Profissional), com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança e proximidade. Explicar à entrevistada os objetivos acima mencionados da entrevista e da investigação. à gestão do trabalho e da vida familiar.

I – Vida Pessoal e Familiar

- a) Onde nasceu? Por que motivo imigrou para Portugal? Quais eram as suas expectativas? Conseguiu alcançá-las?
- b) Refira o seu percurso de vida e/ou a sua integração em Portugal?
- c) Quantos elementos compõem o seu agregado familiar e qual o grau de parentesco em relação a si?
- d) Há quantos anos reside neste Bairro? Gosta de viver aqui? A sua habitação (camarária) é própria ou arrendada?
- e) Como organiza e concilia a vida pessoal, o trabalho e a família? Estabelece algumas prioridades entre os três aspetos, explique.
- f) Quem executa as tarefas domésticas, dividem entre todos? Como é feita essa divisão?
- g) Quais as principais carências sentidas no seu seio familiar (económicas, alimentares, afetivas, motivação, cooperação) O que faz para as superar?

- h) Sente que existe manifestações de afeto e carinho no seu seio familiar? Explique como é manifestado. Em caso negativo, explique porquê?
- i) Quanto à organização conjunta da vida familiar (relação conjugal/ filhos), partilha das responsabilidades, projetos futuros, como fazem? As decisões são tomadas em conjunto?
- j) Visita Cabo Verde com que regularidade? Com que objetivo?
- k) Pensa um dia viver ou retornar a Cabo Verde? Em caso afirmativo, em que altura da sua vida?

II – Situação do Trabalho

- a) Fale um pouco sobre o seu trabalho, gosto pelo que faz, motivação, horários, rendimentos e expectativas de progressão.
- b) Relativamente ao seu trabalho, mencione aspetos positivos e aspetos negativos?
- c) Os seus rendimentos garantem-lhe uma vida condigna? Consegue fazer alguma poupança? Explique como gere os seus rendimentos.
- d) Como avalia a sua situação socioeconómica atual? Explique
- e) Beneficia de algum apoio social (RSI, Banco alimentar, família, outros)

III – Hábitos e Vivências Culturais - Tradição

- a) Sendo este bairro habitado maioritariamente por cabo-verdianos, refira os hábitos, costumes e tradições, mencionando as atividades, o grau de envolvimento da população, divulgação, diversidade étnica.
- b) Como é cultivado a amizade com os cabo-verdianos e/ou com pessoas de outras culturas ou nacionalidades no bairro? Têm uma relação de proximidade ou realizam atividades conjuntas? Como fazem?
- c) Indique aspetos positivos e aspetos negativos desta comunidade e do meio envolvente.
- d) Conhece, ou faz parte da Associação de Mulheres Cabo-verdiana na Diáspora Portuguesa (AMCDP) existente no bairro? Sabe como funciona a Associação AMCDP e quais as atividades que desenvolvem?
- e) Como ocupa o seu tempo livre?

IV – Educação, Formação e Acompanhamento dos Filhos

- a) Foi criada num ambiente que valorizava os estudos? Como avalia o seu percurso escolar? Qual o grau de importância que atribui aos estudos e diga se considera a hipótese de no futuro estudar ou retomar os estudos.
- b) Como avalia o percurso escolar dos seus filhos? Como faz o acompanhamento da vida escolar dos mesmos (supervisão dos horários, assiduidade, pontualidade, trabalhos escolares, amizades, comportamento, apoio ao estudo).
- c) Existe comunicação/articulação regular entre a escola e o encarregado de educação? Com que regularidade?
- d) Costuma comunicar com outros pais e encarregados de educação para conversarem sobre a aprendizagem ou sobre a vida académica dos vossos filhos? Participa nas reuniões de pais ou em outras atividades promovidas pela escola?
- e) Quando existem conflitos, zangas, problemas de indisciplina, como costuma resolver?
- f) A escola dos seus filhos tem algum projeto específica para combater o insucesso e o abandono escolar precoce? Que projeto? Qual a sua opinião acerca deste assunto.
- g) Se tivesse oportunidade de voltar atrás no seu percurso de vida, faria diferente? O que mudaria?
- h) Relativamente ao tema, deseja acrescentar mais alguma informação ou reflexão que considere importante?

Obrigada pela sua colaboração!

Apêndice II – Ficha de perfil das entrevistadas

Ficha de Perfil das Entrevistadas

Identificação: _____

Idade: _____

Habilitações Literárias/Grau de escolaridade: _____

Profissão / Ocupação: _____

Estado Civil: _____

Há quanto tempo está em Portugal: _____

Número de Filhos e suas Idades: _____

Razões que a levou a Imigrar para Portugal: _____

Apêndice III - Grelha de análise de conteúdo

Análise de conteúdo - matriz

Entrevistado: E1

Local da entrevista/meio de entrevista: residência da entrevistada/gravação de áudio telemóvel

Duração da entrevista: 1h (aproximada)

Tema	Categorias	Subcategorias	Indicadores/unidades de registo	Unidades de Contexto
Vida Pessoal e Familiar	3.1 Vida pessoal e familiar	3.1.1 Onde nasceu e os motivos da vinda para Portugal		"nasci em Cabo Verde. Vim (...) ao encontro dos meus pais" (E1, P1)
		3.1.2 Expectativas		"tinha expectativa que em Portugal a vida seria mais fácil, eu pretendia estudar, trabalhar, ter a minha própria casa e uma vida bem organizada" (E1, P1)

		3.1.3 Integração na comunidade portuguesa		“fui muito bem acolhida pela comunidade cabo-verdiana em Portugal e integrei-me bem na sociedade portuguesa” (E1 P2).
		3.1.4 Composição do agregado familiar		“somos nove, eu, o meu companheiro e os meus filhos” (E1, P2)
		3.1.5 Habitação		“camarária arrendada” (E1, P2).
		3.1.6 A sua prioridade (vida pessoal, o trabalho e a família)		“a minha prioridade é o trabalho,” (E1, P2).
		3.1.7 Execução das tarefas domésticas		“eu tenho de fazer tudo, apenas a filha mais nova ajuda” (E1, P3)
		3.1.8 Principais carências		“eu sou carente de tudo, carente de dinheiro, de atenção, amor, carinho, alimentar (...) a minha família não coopera comigo” (E1, P3)
		3.1.9 Manifestação de		“não existe manifestação de carinho ou de amor para

		afeto		comigo” (E1, P3)
		3.1.10. Organização da vida familiar		“não organizamos em família, nunca reunimos para conversar porque não mostram interesse” (E1, P4)
		3.1.11. Partilha de responsabilidades/Tomada de decisões		“não tomamos decisões em conjunto, sou eu sozinha a fazer tudo e a decidir tudo” (E1, P4)
		3.1.12. Deslocações a Cabo Verde		“consegui ir a Cabo Verde em 2020 (...) viver lá está fora de questão” (E1, P4)
3.2 Situação do trabalho		3.2.1 Motivações e expectativas		“tenho várias patroas. Eu gosto do que eu faço (...) Tinha expectativas de ter um emprego melhor (...) ganhar um bom dinheiro e cuidar dos meus filhos” (E1, P4)
		3.2.2 Aspetos positivos e negativos		“positivo o gosto pelo trabalho, ter um salário para pagar algumas contas (...) a boa relação com as minhas patroas, elas ajudam-me, para além do ordenado” (E1, P5)
		3.2.3 Situação socioeconómica		“os meus rendimentos não me garantem uma vida condigna (...) A minha situação socioeconómica é fraca (...) Tenho apoio de RSI e de Banco alimentar”

				(E1, P5)
3.3 Hábitos e vivências culturais – tradições		3.3.1 Hábitos, costumes e tradições		“festejar as cerimónias religiosas (...) o espírito de entreatura é grande (...) Em casa fazemos pratos tradicionais (...) juntámo-nos para prestar solidariedade sempre que morre alguém” (E1, P6)
		3.3.2 Relação com outras naturalidades e culturas		“eu convivo com todas as culturas” (E1, P6)
		3.3.3 Vivências na comunidade		“aqui os miúdos são muito mal-educados, eles brigam entre eles, esfaqueiam-se, dão tiros, bebem e fazem o que não devem, pronto, este é um bairro de conflitos (...) fico aqui em casa a ver televisão ou na internet” (E1, P7)
3.4 Educação e acompanhamento dos filhos		3.4.1 Percorso pessoal e importância dos estudos		“fui criada num ambiente que valorizava os estudos (...) estudei até ao 5º ano (...) Para mim a escola é de elevada importância” (E1, P7)
		3.4.2 Percorso escolar dos filhos		“foi muito triste porque eu deixei-os à vontade e fui trabalhar, a minha vida foi mais trabalhar (...) Quando tentei olhar para a situação escolar já era tarde de-

				mais, já tinham abandonado a escola. A escolaridade máxima dos meus filhos foram as duas mais novas que chegaram ao 10º ano” (E1, P8)
		3.4.3 Comunicação e articulação com a comunidade educativa		“a articulação é irregular (...) Não costumo comunicar com outros pais (...) Eu ia a algumas reuniões escolares, mas não ia a outras atividades escolares” (E1, P9)
		3.4.4 Perceção sobre o insucesso e abandono escolar		“eu acho bem a existência desses projetos, pena é que os meus filhos não se sentiram incentivados e não souberam aproveitar” (E1, P10)